

NOS LIMTES DA PRÁTICA ANTERIOR



A cerca de três anos, quando se preparava a campanha de protesto pelos nove anos da Ditadura Militar, uma polêmica se abriu na esquerda brasileira sobre o problema da "denúncia da ditadura militar no exterior". Até aquele momento toda a prática de denúncia da ditadura no exterior se resumia aos apelos la mentosos, e denúncia de tortura e repressão junto aos setores liberais.

Foi a própria dinâmica do processo revolucionário chileno que se encarregou de mostrar as debilidades desta política. A tendência a chamar "amplios setores" para a denúncia da ditadura, era contestada pelo próprio processo de polarização. A política aparentemente ampla e unitária, tinha o papel de servir como instrumento para uma política bem concreta: a política de alianças entre o reformismo e setores "democráticos". Para os primeiros, ela servia às suas tentativas desesperadas de impedir os desbordamentos e a radicalização; para os segundos ela tinha o papel de enfeitar a cara, de mostrar-se mais "democráticos" para enganar o proletariado chileno quanto ao seu caráter e preparar o golpe.

Na discussão sobre a campanha, os que mal ou bem representavam a velha política, argumentavam que se tratava de "isolar a Ditadura", que para tal devia se levar a política mais ampla possível, resumir a agitação aos aspectos democráticos para contar com mais forças. Isto significava chamar a D.C.

Para os que questionavam esta política tratava-se de desenvolver uma política classista de denúncia à ditadura, que o "isolamento" da mesma não estava desvinculado da luta de classes ao nível internacional, que ao lado das denúncias das torturas, devia se desenvolver a denúncia de seu caráter de classe, devia se mostrar a experiência de derrota do proletariado brasileiro por confiarem em lideranças burguesas, etc. Por isto a nossa atividade naquele momento deveria ser uma contribuição em experiências e agitação para o amadurecimento do proletariado chileno em sua lu

ta pelo poder. A prazo, significava o amadurecimento das possibilidades de uma solidariedade de classe entre o proletariado chileno e o brasileiro, na luta pelo socialismo e contra os seus inimigos de cada momento, como era o caso da ditadura brasileira. Contra isto se voltavam os clássicos argumentos de "realismo", de termos que trabalhar com "quem tem forças", etc... e quem tinha força era a DC, era o PC. O que a ditadura ouvia "nao era os apelos do proletariado", eram os apelos dos "democratas", dos intelectuais, etc.

Para os que contestavam a velha política tratava-se de buscar os sindicatos, os conselhos, os setores revolucionários. As alianças com setores liberais só tinham valor se contribuisse à agitação revolucionária, à agitação de base. E isto só era possível se ela não nos impedisse de criticar as limitações dos próprios aliados. Para os outros, uma agitação mais radical "assustava os aliados", e devia ser deixada de lado em nome da amplitude do movimento. A consequência era a clássica situação onde "comunistas", "revolucionários", desenvolvem uma agitação democrática burguesa com métodos e palavras-de-ordem democrático-burguesas, por objetivos democrático-burgueses... como se nao existissem suficientes democrata-burgueses para desenvolver uma prática democrático-burguesa, e sobrassem revolucionários para levar a prática revolucionária. Era a ironia de, em função de nossas poucas forças, das poucas forças comunistas e revolucionárias, perante a ampliação das forças democráticas, deixar de desenvolver uma prática comunista e revolucionária, e desenvolver uma prática democrático-burguesa.

Na aplicação de forças, uns centravam as forças nos atos amplos, "democráticos", outros voltavam-se para o proletariado, e em particular para os seus setores mais combativos.

Durante estes anos de reorganização após o golpe chileno, a esquerda brasileira no exterior, apenas marginalmente voltou a se colocar este problema. Mas quando suas forças já

começam a ser suficientes para uma expressão exterior mais significativa, estes debates começam timidamente a ressurgir. Isto já se verificara no ano passado, quando dos protestos pelos 11 anos do golpe militar. Mas foram nas atividades do Comitê Anistia que esta questão começou a ser colocada mais claramente.

Em nome de uma prática apartidária, o Comitê Anistia, a partir de um programa avançado, tendeu a ter uma prática cada vez mais reduzida aos limites de uma política liberal.

Nada mais normal diriam alguns, já que o Comitê é apoiado e se apoia no conjunto das forças da esquerda brasileira (desde seus setores revolucionários, até os setores reformistas), com raras exceções. Mas o que não é normal é: 1º - que o Comitê tenda a reduzir sua prática aos marcos liberais e de cúpula; 2º - que a esquerda revolucionária limite sua prática (e dê principalidade) às atividades no Comitê, que se mantém nestes limites.

A primeira questão aponta que a esquerda revolucionária, tem sistematicamente se omitido de intervir dentro do Comitê em nome de que este não pode ter mais do que uma prática "democrática" (leia-se não revolucionária) devido ao número de forças que nele atuam. Basta ler os dossiês preparados pelo Comitê, relativos à vinda de Geisel, para se verificar que o centro da denúncia é sempre os danos a setores burgueses, principalmente pequeno-burgueses e secundariamente, aparecem os problemas relativos à classe operária, aos trabalhadores à esquerda, à luta revolucionária e clandestina. Do mesmo modo, suas atividades tendem a apoiar-se sistematicamente em personalidades francesas, intelectuais, liberais, secundariamente ao nível das cúpulas sindicais e partidos de esquerda (principalmente do Programa Comum) e jamais, em um trabalho direto (ou que crie condições para tal) junto às massas trabalhadoras.

Mais recentemente, esta mesma discussão apareceu quando se tratava da preparação, pelas forças da esquerda francesa, das atividades relativas aos protestos pela vinda de Geisel à França. Apoiar as atividades dos elementos do Programa Comum, ou da Esquerda Revolucionária Francesa. Chegou-se a um acordo, o de apoiar as duas. Logicamente alguns dando mais força a uma, outros a outra. Uma vitória sem dúvida. Mas a esquerda revolucionária brasileira ainda vacila em usar a sua independência. No "meeting" de esquerda revolucionária ela vacila quanto a se exprimir de forma independente, com suas próprias posições, além da intervenção que haverá em nome do Comitê. Do mesmo modo ela tende a limitar sua atividade a estas manifestações mais amplas, "que podem ter maiores repercussões."

Aqui volta uma discussão já aparecida em outros tempos. Não há dúvida que estas manifestações mais amplas têm uma importância. Mas elas não são suficientes. Todos estes anos tem havido protestos contra a ditadura brasileira, mas continuam sendo apenas manifestações de setores "democráticos", de liberais, intelectuais e estudantes, e de organizações e partidos. O protesto a nível da classe operária, para nós o mais importante, continua ausente (se não entendemos por trabalhadores as cúpulas sindicais), e as atividades são extremamente conjunturais e não adquirem uma expressão sistemática.

Para nós, o fato de existir um "meeting" de esquerda revolucionária, de esta esquerda revolucionária se expressar de forma independente, é sem dúvida um passo. Mas o que mais uma vez poderá faltar, é um trabalho de capitalização destas atividades (que se traduza em relações orgânicas), junto às bases de esquerda revolucionária, e da "vanguarda larga" francesa, que crie as condições de um trabalho sistemático e permanente, cada vez mais centrado junto aos trabalhadores franceses, de protesto à Ditadura Militar Brasileira, e de apoio à luta revolucionária no Brasil.

O ÚLTIMO DOS "AUTÊNTICOS"

Desde as eleições de 1974, um a um, os autênticos foram mostrando a sua tendência à colaboração de classes. Alguns não esperaram nem sua posse. Ainda não tinha terminado a contagem dos votos, e alguns deles já multiplicavam suas declarações, onde agradeciam a Geisel pela "eleição democrática". Já haviam esquecido os eleitores que neles votaram como uma denúncia e protesto contra a Ditadura, e mais ainda, aqueles que votaram neles como um protesto "contra a farsa eleitoral".

Depois, um a um, foram sendo dobrados pelos limites da "luta parlamentar", tal qual ela se verifica hoje no Brasil: o limite da "oposição" de dentro do aparato institucional da Ditadura. Pouco a pouco, foram cumprindo com o único papel que podiam cumprir: o de canalizar o descontentamento da massa para a luta parlamentar, o de tentar transformar este descontentamento em base de pressão para as lutas interburguesas, e de apoio deste ou daquele setor da Ditadura. Um dos mais "radicais", Airton Fagundes, não sobreviveu mesmo à greve da E.C.A., quando propôs desmobilizar a greve dizendo que encaminharia as reivindicações ao Parlamento. É claro que, somente recebeu como resposta as vaias e os assobios.

Mas, um dos autênticos sobrevivia às maiores colaborações, ainda que cada vez mais omisso. Mantinha-se, como uma prova para alguns (para outros era apenas a exceção que não poderia durar muito) de que era "possível o uso do Parlamento". Argumento para manutenção de uma posição cada vez mais insustentável.

Em 19 de janeiro, a declaração de Lisâneas veio clara e cristalina: comentando a substituição de "linha dura" Gal. Eduardo D'Ávila Melo:

"A medida presidencial, após o recuo da ditensão, é o primeiro sintoma de que se pretende inaugurar um governo de respeito neste país" ... "... certos grupos empresariais de São Paulo certamente, não se conformarão com a medida salutar do presidente Geisel" ... "... neste passo, a nação tem que ficar em posição de atenta solidariedade ao presidente, ante a reação que certamente a substituição do Gal. Ednardo D'Ávila Melo provocará".

Aos camaradas que defendiam a "aliança com independência", resta apenas levar à prática a sua independência. Basta apenas uma denúncia expressa e pública do seu aliado que talvez tenha "ficado para trás".

EDUCAÇÃO POLÍTICA E PENSAMENTO MARXISTA VIVO

C. MORAIS - fevereiro 76

O problema da formação política pode ser visto em diferentes sentidos e de diferentes maneiras. Em geral ele é visto apenas como um problema de formação de quadros, de militantes. Em parte esta visão reflete uma base real: no geral, a compreensão da necessidade de formação de uma organização preparada, capaz de "arrastar as massas atrasadas" e no particular a necessidade, por parte das organizações revolucionárias brasileiras, de quadros militantes; em função de sua fraqueza orgânica no momento atual. Por outro lado, esta visão reflete a cristalização do marxismo (e consequentemente seu recuo) a nível internacional, no período estalinista e os seus reflexos a nível nacional.

É, como consequência desta cristalização do marxismo, que decorre a incapacidade de resolver as contradições existentes entre teoria e prática, entre especialização e formação polivalente. A postura profissional e paternalista, vai aparecer na formação política. A formação de quadros vai se transformar em um processo linear (e em um sentido apenas) de absorção dos "ensinamentos teóricos" e das posições políticas da organização que "forma" os novos quadros. O problema da política de formação é visto como um problema de método pedagógico da formação. O militante novo é tratado como um "aluno", passivo em face ao quadro "formado", o professor, agente do processo de formação. Os "cursos de marxismo" - exposições sistemáticas e simplificadas da teoria marxista -, são constantemente vistos como sendo o próprio processo de formação, apenas complementados ocasionalmente pela discussão de documentos teóricos das Os. A formação de quadros é vista completamente à parte da situação que envolve as Os., à parte da conjuntura da luta de classes, sem relação social e orgânica com o movimento revolucionário, sem relação com a prática das Os. e da crítica a estas. Em última instância nesta formação já existe em embrião toda a divisão que tende a existir no interior das Os. revolucionárias, hoje: a divisão entre os teóricos e os práticos, entre os dirigentes "que pensam" e as bases "que fazem". É este tipo de formação que consolida e reproduz esta divisão.

Se considerarmos que a tarefa central das Os. revolucionárias é contribuir à formação da consciência de classe do proletariado (através da agitação revolucionária, e da organização de suas lutas concretas), podemos fazer como Gramsci a seguinte observação:

"A afirmação de que todos os membros de um partido político devem ser considerados intelectuais pode prestar-se à chacota e à caricatura; mas sem dúvida quando se raciocina, nada é mais exato. Se deverá fazer distinções de graus: um partido poderá ter uma composição maior ou menor no grau mais alto ou no mais baixo, porém não é isto que importa; o que importa é a sua função, que é dirigente e organizadora, isto é, educativa, intelectual".

Em última instância poderíamos dizer que o processo de formação de consciência de classe do proletariado é o processo de formação de uma nova cultura e que os revolucionários são os "intelectuais" que partici-

pam ativamente na formação desta nova cultura.

Não há dúvida que a frase anterior, só poderá ser vista com desconfiança. Mas se isto se verifica é devido ao conceito de "intelectual", propagado pela concepção burguesa do mundo, e que é de uma ou da outra forma aceite pela nossa esquerda.

Não vamos tratar aqui de como a sociedade de capitalista e as sociedades precedentes, "separaram" organicamente as atividades "intelectuais" e "manuais". Mas é nesta separação que se apóia o conceito de "intelectual" normalmente difundido. Quando Marx, critica o capitalismo em relação a este aspecto, ele pode ser apreendido pelo leitor desapercibido (se não se considera o aspecto polémico do seu texto) como referendando a existência de entidades (intelectual e prática) independentes. De fato esta diferenciação não existe neste nível senão para efeito de análise teórica. Na realidade, como afirma Gramsci, "se pode falar de intelectuais, mas não de não-intelectual (como se pode falar de prático, mas não de não-prático - observação nossa -), porque os não-intelectuais não existem"... "a relação entre esforço de elaboração intelectual-cerebral e esforço muscular nervoso nem sempre é a mesma; com isto se tem diversos graus de atividade intelectual específica. A intervenção intelectual não pode se excluir de nenhuma atividade humana, o 'homo faber' não pode se separar do 'homo sapiens'. A margem de sua profissão, cada homem tem uma certa atividade intelectual e é por conseguinte, um 'filósofo', um artista, um homem de gosto, participa em uma concepção de mundo, tem uma linha consciente de conduta moral, isto é, contribui para sustentar ou modificar uma concepção de mundo" (grifos nossos).

Tendo isto por base, poderíamos dizer que um partido político é "uma camada de intelectuais" que desenvolvem e sistematizam a "concepção de mundo" de uma camada social ou classe, da qual são os setores mais avançados e conscientes. O que só pode ser feito na medida em que desenvolvam em si determinadas capacidades intelectuais e que tenham uma relação orgânica com a classe ou camada social que representam. Aqui já é contestado o conceito de intelectual que "cria" uma teoria, uma concepção de mundo; ele entende, sistematiza, organiza e desenvolve uma concepção de mundo que tem como ponto de partida uma prática social determinada e determinado interesse de classe.

Neste sentido caberia frisar uma primeira questão. Todo homem tem uma "concepção do mundo" independente do grau de maior ou menor sistematização, do grau de consciência desta concepção. Esta "concepção de mundo" tem como base primeira a sua prática social a qual é consolidada e sistematizada pela educação, pela propagação ideológica que passa através dos meios de comunicação e outros mecanismos de difusão ideológica. Normalmente esta "concepção de mundo" corresponde às idéias hegemônicas dentro de uma dada sociedade, ou seja às idéias das classes dominantes.

Quando se fala em formação política (a partir de um ponto de vista revolucionário) não se fala em outra coisa senão em destruir a concepção de mundo original, "natural", e substituí-la por outra "concepção de mundo" contestadora, crítica, revolucionária. Isto é, não se trata de "ensinar coisas mais corretas" do que a burguesia diz (embora isto seja uma consequência), mas de formar outra "concepção de mundo" com um ponto de vista de classe distinto (1).

O processo de formação política não é portanto outra coisa senão uma luta de classes no campo das idéias.

FORMAÇÃO TEÓRICA LUTA POLÍTICA

Quando Lênin fala que sem teoria revolucionária não existe revolução proletária, ele aponta uma particularidade da formação de uma "concepção de mundo" proletária. Ele parte de que, na história, até o surgimento do proletariado, todas as classes revolucionárias formaram as suas "concepções" de mundo a partir de uma prática social diferenciada dentro da velha sociedade. As "idéias burguesas" se formaram a partir da prática social burguesa dentro da sociedade feudal, no seio da qual se forma o embrião da sociedade e da prática social capitalista. Em base a esta prática é que seus ideólogos trabalhavam, sistematizando as idéias que ela originava. O mesmo não acontece no caso do proletariado. A sua prática social é a prática do capitalista, ele existe como parte da produção capitalista. Assim Lênin explica que a "ideologia proletária" não pode ser formada senão a partir de uma prática de contestação (alimentada pelos seus interesses específicos e em contradição com a visão de mundo burguesa), e pela luta ideológica desenvolvida a partir da prática teórica.

Aqui se caracteriza uma diferença básica entre a "formação" burguesa e a "formação" proletária. A educação burguesa ainda nas escolas mais atrasadas (aonde não se interligam teoria e prática), desenvolve a formação teórica de um elemento, em cima da prática social capitalista. Esta prática social, ainda que se dê fora dos limites escolares, é o referencial objetivo para a formação burguesa.

No caso da formação teórica revolucionária, se dá exatamente o contrário. O elemento em formação, continua dentro dos marcos da sociedade capitalista, com uma prática social burguesa, e neste quadro, se se limitar ao estudo teórico, só poderá ter uma formação deformada. Daí porque é tão fácil formar "marxólogos" e tão difícil formar marxistas.

Daqui se tira uma primeira premissa para a nossa formação política. Uma formação teórica, desvinculada de uma prática política de contestação, não pode fazer mais do que dar informações, que serão absorvidas dentro da concepção de mundo "natural", burlesca por conseguinte, e não traz por consequência a transformação qualitativa do elemento em formação.

A prática de contestação, a luta revolucionária, é a única prática social dentro da sociedade capitalista que pode servir de base e referencial para o rompimento com a visão de mundo burguesa, e é portanto condição da formação revolucionária.

Decorrente do anterior, é que não existe formação política revolucionária sem que se desenvolva uma capacidade crítica por parte do elemento em formação. A formação burguesa estando em correspondência com a

(1) Isto é uma das bases da caricaturização da esquerda. Seu "espírito de superioridade" em relação à massa, já que vê divergências entre concepções de mundo como sendo uma oposição entre "cultura" e "ignorância".

prática social existente na sociedade capitalista não exige esta capacidade crítica, pelo contrário a restringe e atrofia. Mas se o processo de formação se dá dentro de um ponto-de-vista de classe proletário e em contradição com a prática social capitalista ele não pode se desenvolver, em primeira instância, senão a partir da crítica a esta prática social (na medida em que o elemento em formação age consciente na transformação de sua prática social), e em segunda instância na crítica sistemática aos valores gerados pela prática social burguesa (e pelos organismos de difusão ideológicos burgueses).

A segunda decorrência é que não existe formação política revolucionária fora da vida coletiva porque é a organização que materialize a prática de contestação e luta política.

A terceira decorrência é que o grau de complexidade e globalidade da formação política está relacionada com o grau de complexidade e globalidade do processo de contestação e qualidade da luta política. Uma prática de contestação e organização sindical não pode dar base a um elemento em formação, para que este desenvolva uma visão de conjunto da sociedade. Assim como uma prática de contestação pequeno-burguesa, ou uma prática de luta política dentro do limite dos interesses e formas de luta pequeno-burguesas não pode servir de base a uma formação política que transpasse os limites de uma concepção de mundo pequeno-burguesa. E este aspecto merece um pouco mais de aprofundamento.

FORMAÇÃO POLÍTICA TOTALIDADE PENSAMENTO MARXISTA VIVO

Se compreendemos que a "concepção de mundo" correspondente aos interesses do proletariado não difere da concepção de mundo burguesa apenas no relativo à "política", mas em relação a todos os problemas da sociedade, compreenderemos que a prática de contestação, para forjar essa concepção de mundo revolucionária, tem que se desenvolver em todos os campos da atividade humana; compreenderemos que quanto mais complexa e diversificada fôr a contestação, mais complexa e ampla será esta concepção de mundo.

Na medida em que a esquerda revolucionária limita o "pensamento marxista" aos quadros das Os. e ao pensamento sobre os problemas políticos (no sentido lato), ela permite que a burguesia mantenha o monopólio do conjunto das atividades humanas dentro da nossa sociedade e conte com estas como emissoras de seus valores. Com isso ela aprorrofunda o isolamento da esquerda, e "enquadra" o conjunto da produção intelectual de nossa sociedade (inclusive as que trazem elementos de contestação), dentro dos limites das concepções de mundo burguesa.

Neste ponto, algum dos muitos "realistas" de nossa esquerda, poderia contestar, que as Os. revolucionárias, não podem, em particular neste momento em que nossas forças são extremamente reduzidas, pensar o conjunto das atividades humanas.

Mas a burguesia também não contaria com quadros suficientes para responder a todos os problemas da sociedade. Isto só é possível devido ao peso que tem a prática social capitalista e ao grande desenvolvimento de sua "organização da cultura" (todo o siste-

ma de escolas, bibliotecas, arquivos, meios de comunicação, organismos de pesquisas, literatura, etc.)

Se esclarecermos que a prática social que serve de eixo para a formação de uma nova concepção de mundo é a prática de contestação, de luta revolucionária, caberia ainda analisar que "organização da cultura" podem os revolucionários oferecer como alternativa.

Aqui voltamos a Gramsci: "Uma das principais características de todo o grupo que avança para o domínio é sua luta pela assimilação e a conquista "ideológica" dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tanto mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão elabora simultaneamente os próprios intelectuais orgânicos".

Nossa "organização da cultura" terá que ter como centro a criação de pólos de "pensamento marxista vivo", a partir dos "intelectuais orgânicos", que nas condições atuais são os militantes revolucionários. Estes são intelectuais na medida em que, como diz Gramsci, sejam caracterizados "por uma certa capacidade dirigente e técnica não só na esfera concreta de sua atividade e de sua iniciativa (no seu caso, a "política" - observação nossa), mas também nas demais, pelo menos nas mais próximas"... "têm de ter capacidade para organizar toda a sociedade em geral... até o órgão estatal. Devem ter esta capacidade pela necessidade de criar as condições mais favoráveis para a expansão da própria classe - ou bem, há de possuir, no mínimo, a capacidade de escolher... com quem contar para esta atividade organizadora das relações gerais complementares..."

A partir daí cabe atrair os "intelectuais inorgânicos", organizar nossa literatura, nossos centros de pesquisa (usando inclusive os instrumentos da burguesia), rede de "escolas", arquivos, documentação, bibliotecas, etc.

É neste sentido que dizemos que não pode haver formação política apenas nos limites das Os. revolucionárias (o que é tanto mais verdade - repetimos - devido às poucas forças destas). A formação dos intelectuais "orgânicos", ainda que seja o eixo da formação de uma nova concepção do mundo, tem de ser um processo paralelo à atração de intelectuais "inorgânicos" ou se restringirá pelos limites dados pelas suas próprias forças (e consequentemente pouca capacidade de produção intelectual).

Ainda uma última questão deve ser compreendida a nível teórico para podermos esboçar algumas particularidades de nossa realidade nacional: o problema do "intelectual coletivo".

Quando consideramos a Organização política como um "grupo de intelectuais" caberia esclarecer que isto não quer dizer uma soma de "intelectuais" que somam suas atividades, mas uma totalidade; queremos dizer que ela é "um intelectual coletivo", na medida que a O. "pense" coletivamente os problemas da realidade que a cerca e na qual intervém. É para este "pensar coletivo" que aporta individualmente cada militante com suas características intelectuais específicas. O conceito de "intelectual coletivo" não traduz uma soma de conhecimentos individuais dos militantes que dele fazem parte, e muito menos a compreensão política dos elementos mais avançados que dele fazem parte, mas a capacidade de produção intelectual do coletivo - sua capacidade dirigente organizadora, educativa, in-

telectual - como uma totalidade particular, em cujo interior se desenvolve uma intensa luta política e ideológica capaz, não de somar as capacidades individuais de seus militantes, mas de fundi-las num processo dialético, traduzindo-se numa capacidade intelectual superior.

ALGUMAS PARTICULARIDADES DA REALIDADE BRASILEIRA

NOSSOS LIMITES:

O baixo nível teórico brasileiro tem sido explicado, muitas vezes, pela falta de dedicação ao estudo teórico, ou simplesmente pela despreocupação da esquerda relativa a este problema. Esta "explicação" não aborda senão problemas marginais, e não poderá nunca oferecer outra alternativa que não seja a reprodução dos clássicos e cursos diletantes de marxismo que aprofundam a divisão entre teoria e prática, que aprofundam o dogmatismo de nossa esquerda, e caricaturam ainda mais o "marxismo" como uma coisa estagnada.

A inexistência de um pensamento marxista vivo no Brasil, tem suas bases objetivas tanto ao nível nacional como internacional:

1. A principal, a nível nacional, é a inexistência de um movimento operário independente, é a tradicional subjugação do movimento de massas aos compromissos com as classes dominantes. Sendo a única, ou a principal prática de contestação política, dominada pelas correntes populistas e reformistas, os valores, as "concepções de mundo" dos opositores, não podia deixar de estar carregada dos valores populistas e reformistas. O Partido Comunista, ao desenvolver uma política de colaboração de classes não podia contribuir para a criação de um pensamento marxista vivo, mas ao contrário, ser o principal responsável da cristalização, recuo e dogmatismo do pensamento "marxista" no Brasil. Os movimentos revolucionários que surgiram a partir da crítica e dissidências do PC, em particular após 64, ainda que procurassem resgatar a herança histórica, as conquistas teóricas e de princípio do marxismo, estavam profundamente marcados pelo seu surgimento e formação isolada do movimento revolucionário, e pela tradição populista e reformista. A inexistência de um movimento operário independente, a inexistência de focos de oposição independentes, foi uma causa de força a qual não conseguiram romper. Quando as discussões burguesas e o movimento de massas pequeno-burguês voltou a ender todos os espaços nacionais, alguns se submeteram primeiro à espontaneidade do movimento, depois às idéias que este movimento irradiava - as idéias da pequeno-burguesia radicalizada. Outros setores, não se "envolveram", ao contrário, se isolaram (ou pelo menos não souberam romper o isolamento) e com isto ficaram sem uma base para a alimentação de seu pensamento. A consequência foi o processo de estagnação pelo qual passaram, e no qual em alguns setores aproximou-se da cristalização.

A existência de um equilíbrio dentro das classes dominantes, o crescimento da oposição burguesa e pequeno-burguesa no momento atual, voltam a criar uma forte pressão sobre os setores da esquerda que buscam desenvolver uma crítica radical aos erros do país.

Nestas condições, as tendências ao isolamento ou à submissão à pequena-burguesia democrática e à oposição burguesa, limitam, mais uma vez, as possibilidades de construção de um pensamento marxista vivo. A prática de contestação, de luta política proletária, desenvolvida em setores extremamente localizados (em algumas fábricas, em escolas, no campo, nas oposições sindicais), é a prática que poderá alimentar a criação de um pensamento marxista vivo em nossa realidade, permitindo aos revolucionários sair do "gueto" de suas organizações. Mas por outro lado a construção deste pensamento vivo é também uma condição para a sobrevivência e desenvolvimento destes "focos": A Ditadura militar, controlando e censurando as informações, a literatura, aperfeiçoando o sistema escolar como elemento de dominação, a corrupção e compra dos intelectuais (que sofrem uma imensa atração econômica, pela ausência de outras alternativas economicamente viáveis), o controle total dos meios de comunicação, a repressão, o isolamento da esquerda, são alguns aspectos que mostram as dificuldades para a construção de um pensamento marxista vivo no Brasil.

2. Um outro elemento a ser considerado, é o elemento internacional. Quase 50 anos de stalinismo cristalizaram e castraram o marxismo. O "boom" econômico imperialista pós-guerra, contribuiu para que esta cristalização chegasse a níveis inimagináveis. Somente após os anos 60 é que a situação internacional evoluiu em um sentido aonde se desenvolve o renascimento do marxismo revolucionário e a revolução se generaliza. O pensamento marxista se regenera, se recria a nível internacional. Mas ele afeta pouco, ainda, (serve como base objetiva) ao interior do Brasil. Em parte pelas limitações (repressão, censura, controle da ditadura) impostas por nossos inimigos; mas em grande parte pela camisa de força do "nacionalismo" com que se veste a esquerda, e do descaso pelo movimento revolucionário internacional, que é uma tradição tristemente herdada ao stalinismo.

3. A outra debilidade básica se dá em função da inexistência, ou melhor, do pequeno número de intelectuais "orgânicos" existentes. A incapacidade de compreender as particularidades da prática proletária nas nossas condições particulares - de isolamento da esquerda e inexistência (ou o reduzido número) de focos independentes - levam sistematicamente a maior parte da esquerda a oscilar entre o propagandismo e a luta pequeno-burguesa, tem feito que as Os. não tenham um eixo de intervenção política que sirva de base para a formação política. A tendência a não enfrentar problemas que não sejam diretamente "políticos", o nacionalismo, a inexistência de métodos leninistas de funcionamento que transformam as Os. em um "intelectual coletivo", todos estes fatores, (heranças da nossa tradição reformista e consequência dos limites objetivos ao processo brasileiro - apontados anteriormente) limitam o surgimento de intelectuais orgânicos, os restringindo, em geral, a quadros oriundos da pequena-burguesia. A debilidade teórica e limitações políticas de nossa esquerda, por sua vez, vai facilitar a caricaturização do marxismo (em cima da tradição stalinista) e contribuir ao seu isolamento.

4. As condições particulares da "organização da cultura" no Brasil vai ser outro elemento limitador da formação de um pensamento marxista vivo no Brasil. Os seus principais elementos são o monopólio quase total da informação dados pelo monopólio eco-

nômico dos meios de comunicação em primeira instância, e pelo aparato político-repressivo extremamente centralizado que se dotou a burguesia (a Ditadura Militar). A elitização extrema da cultura e da educação tornam difícil a formação de "intelectuais orgânicos" no setores mais baixos e explorados da população (em particular intelectuais de origem social proletária). Por outro lado a Ditadura conseguiu nestes dez anos readaptar em parte a "concepção de mundo" burguesa, atualizando-a para as novas necessidades do capitalismo, reduzindo o peso dos valores ideológicos populistas, e criando uma imensa máquina de propaganda e luta ideológica.

5. Outro aspecto que tem uma certa importância é a inexistência de centros de documentação, literatura acessíveis, que sirvam de instrumento para a formação de uma intelectualidade marxista. A Ditadura eliminou sistematicamente, a documentação referente à história do movimento revolucionário e da esquerda, procurando conscientemente quebrar a sua tradição, "apagar a sua memória". Depois de eliminar os arquivos e documentações "legais", ela se preocupou em eliminar os materiais e arquivos clandestinos da esquerda. A desarticulação do movimento revolucionário nos anos 70-72, fez com que praticamente todos os arquivos da esquerda caíssem em mãos da polícia, tornando praticamente impossível reconstruir a história passada do movimento revolucionário sem contar com o depoimento pessoal de elementos envolvidos nos diversos períodos e atividades e com a documentação dispersa ao nível internacional... à parte, é claro, dos densos arquivos da própria polícia política, que no momento nos são inacessíveis.

Em termos de literatura marxista, em português (além da pouca produção nacional), os próprios clássicos do marxismo são de difícil acesso, pois muito pouco foi editado no Brasil, onde o marxismo, a luta e a organização revolucionária sempre foram "proscritos". Além das edições do período de 60-64 muito pouco foi editado, em português, no Brasil em termos de marxismo. E a pouca divulgação internacional do português e monopolio por parte da reação dos países de língua portuguesa fizeram que o mesmo se verificasse ao nível internacional. Só mais recentemente, com a queda da ditadura Salazarista, e com a libertação e revolução nas colônias portuguesas, é que começa, por um lado uma maior divulgação da língua portuguesa (inclusive a reedição nos países socialistas de uma literatura em português, até o momento extremamente rara), e por outro lado a edição de uma literatura marxista em Portugal e nas colônias liberadas.

ALGUNS ASPECTOS POSITIVOS:

Tratamos de apontar as limitações para o surgimento de um pensamento marxista vivo no Brasil. Poderíamos apontar também alguns aspectos que são a sua correspondência dialética, os pontos positivos gerados pelo processo de luta de classes e desenvolvimento econômico no Brasil.

1. Ao nível da conjuntura brasileira (de uma prática social revolucionária) podemos apontar alguns aspectos positivos novos: o recente surgimento, radicalização e amadurecimento de polos de contestação revolucionária ao sistema; a tendência à concentração de forças por parte da ER, no sentido de uma prática revolucionária no seio do proletariado são, ainda que embrionários, elementos extremamente estimulantes para os revolucionários. Por outro lado, a crise no sei-

o da burguesia realça e dá maior peso àqueles polos embrionários.

2. O desenvolvimento capitalista recente trouxe características novas donde se pode apontar algumas das principais, como: o aumento do peso específico do proletariado industrial (crescimento numérico, importância econômica); a redução dos limites de viabilidade do populismo e reformismo burgueses como forma de controle das massas exploradas; a maior vinculação internacional e redução dos limites para o "nacionalismo" da própria esquerda; uma maior formação técnica de parcelas do proletariado (o que tem como consequência o aumento de sua capacidade intelectual); uma relativa "massificação da cultura" e da "técnica" nos meios da pequena-burguesia devido às novas necessidades intelectuais do sistema, devido à complexidade que ele vai assumindo após o último "boom".

3. Outros aspectos positivos são devidos às dificuldades da Ditadura que, ao eliminar o sistema representativo, castrou a reprodução de uma intelectualidade "orgânica" burguesa e partidos burgueses. Além do mais; a incapacidade do modelo econômico, extremamente elitista, de absorver a intelectualidade pequeno-burguesa (esta em parte foi comprada, o que criou entre ela e os interesses burgueses um laço extremamente débil); e a própria remodelação da educação, que foi extremamente limitada (não eliminou as contradições com o "eruditismo" anterior e não conseguiu até o momento formar uma nova "inteligentzia" - como o comprova a incapacidade de absorver ou reduzir o movimento estudantil). Fez com que grande parte dos cérebros fugisse do país pelas limitações ao desenvolvimento da pesquisa, ocasionados pelo sistema ditatorial e dependência tecnológica do imperialismo.

4. Outro aspecto, não desprezível na formação de uma nova intelectualidade, foi que, o aprofundamento dos vínculos com o capitalismo internacional e o crescimento de uma colônia de exilados, fez com que uma grande massa de jovens, no exterior, tivessem contato e participação em processos revolucionários - em momentos de luta direta pelo poder - contatos com a revolução internacional, e contato com o pensamento marxista vivo, em diversos campos de atividade. Isto trará consequências imensas a longo prazo, difíceis de se estimar hoje em dia, na medida em que estes elementos são grande parte da "inteligentzia" e vanguarda revolucionária do futuro próximo.

Estes são apenas alguns dos aspectos positivos que poderiam ser apontados. São uma pequena parte mas já mostram que não existe avanço da reação em nenhum campo de atividade de que não forge as condições de sua negação. A nós cabe descobri-las, desenvolvê-las e aprofundá-las.

Esta é uma das tarefas que se impõem no caminho da formação de um pensamento marxista vivo: o estudo da "organização da cultura" no Brasil, enquanto totalidade e nos seus diferentes campos. Mas, ainda que geral, o nível do estudo acima já nos aponta o sentido de algumas tarefas: a da formação dos intelectuais "orgânicos" e a da relação (instrumentos, formas de intervenção, etc.) com intelectuais "não-orgânicos". Em próximos artigos, voltaremos a estes problemas.



UMA TÁTICA CLASSISTA NA LUTA PELA PELA "ANISTIA"

MARIO RIBEIRO-março 76

- 1 Uma visão classista sobre o problema da luta por anistia e pela Libertação dos Presos políticos, implica em defini-la por 3 reivindicações básicas:
- a)- Liberdade Geral e Irrestrita dos presos políticos e abolição de todas as medidas punitivas (cassações, banimentos; etc.)
 - b)- Desmantelamento do aparato repressivo; eliminação de todos os processos e arquivos policiais; extinção de todas as leis repressivas e de todos os organismos de repressão política.
 - c)- Julgamento popular e punição exemplar dos torturadores e responsáveis pelo aparato repressivo.

1.a- Só a palavra de ordem de Liberdade Geral e Irrestrita dos presos políticos, aponta uma solução real ao problema, impedindo que concessões limitadas das classes dominantes e da Ditadura, sejam um instrumento de engano das massas e consigam desmobilizar, desviar o movimento de seus objetivos básicos, isolando e golpeando o proletariado.

1.b- O Desmantelamento do aparato repressivo é a única garantia de que uma anistia não seja imediatamente seguida de novas ondas repressivas tornando deste modo fictícia a obtenção desta reivindicação.

1.c- A punição exemplar dos torturadores e elementos comprometidos com a máquina repressiva, é por sua vez a garantia para o desmantelamento dessa mesma máquina, impedindo e dificultando a sua recomposição em novas bases.

2- Estas reivindicações são classistas na medida em que, ainda que não sendo exclusivas do proletariado, interessam a este e dirigem-se contra as bases de sustentação da Ditadura Militar. Mas isto ainda não define o caráter classista da luta. O que o define em última instância, é que pela condução e conteúdo ela dificultam o isolamento do proletariado, na medida em que apontem reivindicações e formas de luta que ao se desenvolverem, impeçam que a reação manobre, fazendo por um lado concessões a determinados setores sociais, e por outro golpeie o proletariado.

3- Sendo reivindicações classistas, elas não podem ser levadas até o fim senão pelas forças organizadas do proletariado e do seus aliados. Pois só os trabalhadores da cidade e do campo, só aqueles que não têm nenhum interesse na manutenção da Ditadura, podem levar até o fim as reivindicações que destruam as suas bases de existência. O critério básico para os revolucionários, o referencial para verificar se o movimento pela libertação dos presos avança, é o de verificar se ele aumenta a consciência e organização dos trabalhadores da cidade e do campo (no que se refere a estas reivindicações), e não se estas reivindicações parciais serão obtidas ou se setores burgueses falam em anistia. A obtenção de reivindicações parciais só significa um ganho real quando elas se refletem na consciência das massas como uma vitória sua sobre seus inimigos (e não como sendo uma concessão ou magnanimidade destes), e obtida pelas suas próprias forças e organizações (e que portanto signifiquem um estímulo a novos combates e maiores exigências). Do mesmo modo o eco de palavras de ordem democráticas e alianças pontuais com setores externos ao bloco revolucionário, só significam uma acumulação de forças, quando não servem para enganar as forças revolucionárias, nem esconder o caráter limitado e traiçoeiro destes "aliados".

Só assim será possível impedir confusões, desmobilizações e desmoralizações de parcelas significativas do movimento de massas, quando setores de oposição burguesa recuem e traíam o movimento.

A consequência portanto é, compreender que tal programa, isto é, que a realização de uma anistia geral e irrestrita, não será alcançável enquanto não se forje um movimento de massas forte e independente, o que inevitavelmente não se dará em um prazo curto. A palavra de ordem de Anistia portanto, é hoje uma palavra de ordem de propaganda, e não é, como pensam alguns que reduzindo o seu alcance e fazendo concessões, que ela deixará de ter este caráter.

4- O problema da anistia começou a se colocar no Brasil, não pelo ascenso do movimento, mas vinculado à discussão do processo de "abertura" e de institucionalização da Ditadura. E compreendendo esta característica que se pode enten-

der algumas particularidades da forma como ela tem se colocado.

Lançada a discussão do processo de "abertura" e de "reconciliação nacional", por setores das classes dominantes, como consequência inevitável se colocaria o problema da "anistia". Mas exatamente por partir da polêmica no seio das classes dominantes ela não poderia se colocar senão como o "ato magnânimo do perdão": do perdão necessário para a "reconciliação nacional".

Mas esta palavra de ordem, vai encontrar um eco em setores da pequena burguesia e da esquerda, que são tanto mais importantes na medida em que o processo de "institucionalização" consegue criar expectativas também nestes setores. A palavra de ordem de "anistia", ganha repercussão não como um chamado ao combate, mas como uma "possibilidade real", "viável", imediata, como consequência do processo de "institucionalização" em curso.

Na medida em que os setores duros se realinham, se recompõem, e definem como condição para um processo de "abertura", a inexistência de anistia geral e a inexistência de punições desorganização do aparato repressivo; mesmo estas inocentes expectativas, começam a se tornar perigosas. A "oposição" burguesa busca ser "realista"; tornar "viável" a anistia. Aponta como caminho as concessões. Reduz a luta ao pedido de anistia aos "presos por idéias", não por "atos"; deixando para depois os que pegaram em armas, etc. Do mesmo modo argumentam que não pode haver punições se queremos uma "conciliação nacional".

Mas ao mesmo tempo em que este processo se verifica, outros setores da pequena burguesia se radicalizam, em particular no movimento estudantil.

Neste quadro se verifica a onda repressiva de meados do semestre passado. A linha dura recomposta toma a iniciativa da repressão direta. Centenas de pessoas são presas, algumas mortas sob tortura. A oposição burguesa aprofunda sua traição, propõe "reforçar Geisel contra os duros". Mesmo os seus setores "mais radicais", os "autênticos", se imobilizam, ou chegam mesmo a propor o apoio "crítico" a Geisel.

Neste quadro, a palavra de ordem de anistia em lugar de ganhar força perante a onda repressiva, perde velocidade. Setores da oposição, inclusive o PC; reduzem a agitação: "para não prejudicar a abertura". Na manifestação em relação a Herzog - o jornalista assassinado sob tortura -, uma missa com cerca de 10.000 pessoas, ficou clara a preocupação dos setores "democráticos". Em vez de aproveitar o fato para transformar a indignação em consciência e organização, preocuparam-se em reduzir a dimensão do protesto, controlar a manifestação, neutralizar os "radicais", e de desmobilizar ou reduzir o processo de radicalização dos estudantes em greve, na USP. Tudo em nome do "realismo da luta contra os duros" e pela preocupação de não "prejudicar a abertura".

5 - Porque quando há uma onda repressiva, a luta por anistia em lugar de ganhar maior repercussão é reduzida? Cabe aqui analisar a visão da luta por "liberdades democráticas", hegemônica no momento atual.

A primeira destas posições vê a atualidade das lutas democráticas fundamentalmente pela existência de uma oposição burguesa em ascensão, que coloca problemas democráticos e pela fraqueza do movimento revolucionário. No fundo, os seus defensores não consideram as lutas democráticas como um problema do proletariado, mas como algo que não lhe diz respeito; mas que pode lhe interessar em determinadas conjunturas. Os setores mais radicais dentro desta visão chegam a dizer mesmo que paralelamente à luta democrática deve ser levada uma luta "anti-capitalista" no interior do proletariado. "Luta democrática" e "luta anti-capitalista" se

riam assim, duas coisas separadas. Uma devendo ser levada junto a amplos setores e outra, devendo ser levada pelas organizações revolucionárias no interior do proletariado.

A consequência desta visão é a de combinar uma atividade "ampla" de caráter democrático - burguês com uma atividade artesanal (em geral econômica ou propagandista) no seio do proletariado. Mas como a oposição burguesa tem mais força e a "luta democrática" mais presença no momento atual, a consequência é que a oposição burguesa acaba por catalizar o essencial das forças de oposição para uma atividade política dentro dos seus limites (pelo menos a atividade mais ampla e efetiva).

A outra consequência, para quem considera as reivindicações democráticas como algo à parte da luta anti-capitalista, é que estas reivindicações estejam sempre subordinadas à existência de setores burgueses e pequeno-burgueses democráticos, e não serem uma necessidade e um interesse básico do proletariado. Assim, para estes setores, as lutas democráticas tendem inevitavelmente a perder importância quando não há setores burgueses que as levantem.

O resultado destas posições é a perda de força da luta pela anistia no momento em que a "oposição" burguesa a abandona e se dispõe a uma política de compromissos com a Ditadura.

6 - O Outro fator importante a ser considerado é a concepção de tática que está implícita na visão anteriormente esboçada.

Esta visão, pelo menos na prática, considera a tática como um objetivo "inferior e menor" que a estratégia "medida" pelas forças que se tenha. Se uma "Anistia Geral" é impossível, levantar esta palavra de ordem é um esquerdismo. Trata-se portanto de estabelecer um "programa mínimo" (leia-se reduzido) capaz de contentar a todos e viável de ser imposto no momento atual. Para os setores mais atrasados desta corrente, trata-se mesmo de "conquistar objetivos parciais para depois se colocar superiores". E para os mais radicais, estes "objetivos mínimos" são apenas acenados e depois deixados de lado conforme a consciência da massa e a luta avance.

Nada mais errado.

Para o revolucionário, a tática não é uma redução dos objetivos, e a agitação revolucionária não se limita ao passível de ser aceito em um determinado momento. A palavra de ordem: Pela Liberdade Geral e Irrestrita dos Presos Políticos (ao não ser viável neste momento), não deixa de ser um objetivo "atual", pois ela é uma solução necessária. A tática é um instrumento para construirmos a força social capaz de realizá-la. Assim, ao lado da propaganda de hoje desta reivindicação em sua totalidade, devemos combinar outras palavras de luta e reivindicações que a traduzem em um momento determinado, que permitam apontar objetivos imediatos para o combate, mas que eduquem a compreender qual é a única solução real e quem é capaz de levá-la à prática, quem são os aliados, quem são os que têm uma atitude vacilante, e quem são os que têm uma atitude traidora.

No final do ano por exemplo; quando da ofensiva repressiva (e do recuo da oposição burguesa), caberia combinar:

a) - a bandeira de luta imediata pelo fim da onda repressiva, pelo fim das prisões e das torturas, com a luta pela libertação dos aprisionados, pela demissão e punição dos responsáveis pelas mortes;

b) - a propaganda da necessidade de libertação Geral e Irrestrita de todos os Presos Políticos (com todas as explicações dadas no ponto 1.) como única solução real ao problema das constantes ondas repressivas, e a educação insistente de que esta reivindicação está vinculada à luta pela derrubada da Ditadura, responsável pelo aparato repressivo.

c) - a denúncia do comportamento vacilante e/ou

traiador da oposição burguesa e setores da oposição pequeno-burguesa, e que exatamente por isto as massas exploradas não podem confiar nela, ou seja, não podem confiar senão em suas próprias forças.

Caberia ainda ressaltar que a reivindicação de melhores condições para os presos políticos tem uma importância imediata, pode se manifestar em lutas e vitórias imediatas e ao mesmo tempo pode educar para a luta mais geral de libertação dos Presos Políticos. A sua importância está principalmente porque ela serve para denunciar a existência de presos políticos. E, segundo porque se mostra mais palpável para uma mobilização imediata (como vimos no ano de 75), e é capaz de levar a vitórias significativas que estimulem o movimento. Em terceiro lugar, pelo fato delas terem sido impulsionadas pelos setores mais radicais (camaradas presos) e que tendem a dar a elas um sentido mais independente em relação as oposições burguesas.

7.- Uma última questão que ainda caberia aprofundar é o problema do termo "ANISTIA". Este termo é um sinônimo de "perdão", e dentro des-

te ponto de vista ele seria inaceitável. Mas a história da luta de classes ao nível internacional já o transformou, e hoje quando é levantado em distintos países como bandeira de luta contra regimes totalitários e ditatoriais, ele já não tem exatamente este significado.

Mas no interior do Brasil, em particular, a tradição populista e reformista (assim como sua hegemonia atual na luta de resistência) faz com que o conceito de Anistia esteja profundamente vinculado à visão de indulto, perdão e a uma visão democrático-burguesa. A palavra de ordem PELA LIBERDADE GERAL E IRRESTRITA DOS PRESOS POLITICOS está menos carregada destes valores ideológicos, ainda que ela não traduza o conjunto dos problemas que apontamos anteriormente (destruição do aparato repressivo, punição dos torturadores, etc.), mas serve assim como um meio de diferenciação.

Ainda que não se trate de um problema de princípios, a melhor elaboração da palavra de ordem e de sua transformação em algo que condense de melhor forma possível uma política, é importante considerar este aspecto para tornar mais ágil nossa agitação. Caberá ainda aprofundar mais este problema.

CHINA: POST-SCRIPTUM

O artigo "CAMINHO É SINUOSO MAS O FUTURO É RADIANTE?" já estava escrito no seu essencial, quando a luta política que ora se desenvolve na China ganhou repercussão internacional. Algumas questões novas esta situação coloca ao nível do problema de que rumo tomará a política exterior chinesa, em função dos reacomodamentos que se verificam (não se trata aqui de abordar problemas e transformações no interior do país).

Poderíamos dizer que o fenômeno que ora se verifica na China é um reacomodamento ao nível da estrutura do poder que poderá ter importantes repercussões. De maneira alguma poderia se falar em uma nova revolução cultural (pelo menos até o momento). Ainda que existam elementos espontâneos - e de participação de massas - as modificações de fundo são ao nível da correlação de forças no interior da burocracia e reforçamento de sua ala "esquerda". Um dos elementos que pesou neste desequilíbrio foi sem dúvida a morte de Chu En Lai....

Mas poderíamos arriscar que o próprio fracasso da política exterior teve um certo peso no enfraquecimento da ala direita da burocracia chinesa? A reativação da "luta contra a ideologia capitalista" tem como principal alvo Teng Siau Ping. É interessante notar que ele foi "recuperado" nos anos posteriores à revolução cultural, quando a ala esquerda da burocracia foi depurada. Veja-se o caso de Lin Piao. Alguns elementos tendem a indicar que ele pretenderá manter a orientação dos anos 66/69, ou se já da luta contra o imperialismo americano como inimigo

principal. Contra ele se montou então a farsa no mais puro estilo de circo stalinista do "grupo esquerdista 516" que se havia apoderado do Ministério de Assuntos Estrangeiros e havia desgastado inutilmente as relações com certos países asiáticos... O Ministério, dirigido pelos "esquerdistas" haveria lançado um ultimato à Inglaterra a respeito da repressão em Hong Kong. Naturalmente (para a burocracia) tudo isto não foi produto de decisões das massas ou de seus organismos. Simplesmente ela foi informada diante de fatos consumados.

Seria-nos assim difícil de dizer qual foi o reflexo do fracasso da política exterior na atual situação. Mas não podemos ter dúvidas que a política exterior chinesa do último período (e que ainda não é discutida nos atuais debates que lá se verificam) foi um fracasso não apenas do ponto de vista da revolução, mas dos próprios interesses da burocracia. Isto, porque ela levou a um isolamento da China no campo internacional (pelo menos em relação a países socialistas e movimentos revolucionários) que traz problemas para a própria burocracia.

Se esta hipótese é verdadeira, não há dúvidas que uma segunda fase da discussão, mesmo dentro dos limites de controle que a própria "a esquerda" da burocracia trata de impor, deverá se verificar no campo da política exterior. Cabe notar que no atual debate os adversários de Teng Siau Ping não questionam em nada a política exterior defendida por ele tanto como vice-Primeiro-Ministro de Assuntos exteriores como, como representante da China na ONU. Um zague, um movimento à esquerda, pode sem dúvida ser uma possibilidade a se considerar no futuro da política exterior chinesa. Mas nada deixa prever mesmo neste caso, que ela poderá se transformar em uma política exterior revolucionária, enquanto a luta se travar entre alas da burocracia e enquanto uma verdadeira revolução política - uma revolução das massas proletárias - não questionar a política de "socialismo em um só país" e voltar a levantar a bandeira do internacionalismo proletário.



O CAMINHO É SINUOSO MAS O FUTURO É RADIANTE?

EDU FERRAZ

*O futuro é radiante mas o caminho é sinuoso» - Estatutos do Partido Comunista Chinês

A necessidade deste artigo nasceu de uma incompreensão, e até mesmo de uma certa perplexidade frente a quais seriam os critérios que levam os chineses a desenvolver sua política exterior nestes últimos cinco anos. Realmente um conhecimento genérico deste processo não nos era suficiente para explicar a "lógica" que unia fatos tão contraditórios de sua atual intervenção na arena internacional com determinados aspectos de seu passado revolucionário, como por exemplo a Revolução Cultural, a crítica à burocracia soviética (ainda que fizessem o esforço sobre-humano de resgatar Stalin), a crítica à planificação economicista da URSS, etc..

AS FASES DA POLITICA EXTERIOR CHINESA

A nível geral, para efeito de sistematização, poderíamos identificar 4 períodos razoavelmente definidos de sua política exterior:

- 1º: vai desde a tomada do poder até o fim da Guerra da Coreia. Esta se caracteriza por uma grande combatividade anti-imperialista. Determinada por um lado pelo "impulso" da dinâmica de tomada do poder e uma ameaça permanente de guerra com os EEUU; e por outro lado correspondia ao "radicalismo" da URSS (até então sua aliada), em resposta a esta fase mais aguçada da guerra fria. A participação de 1 milhão de soldados chineses no "front" de guerra da Coreia é bem ilustrativo.

- 2º: desenvolve-se nos anos seguintes da década de 50, corresponde à política de "coexistência pacífica", e de apoio a regimes burgueses pretendidamente "progressistas". Nesta fase, sua política fundamentalmente ainda é diferente da impulsionada pela URSS. Um dos fatos bem ilustrativos é seu comportamento frente à conferência de Genebra sobre a Indochina (meados de 1954). Onde, logo após o seu fim, "membros da delegação do Viet-min declaram abertamente que a presença de Chu-en-Lai e de Molotov forçou seu país a aceitar menos do que se poderia obter aqui" (Times de 25/7/54).

- 3º: abrange toda a década de 60, e é marcado por uma esquerdização em contraposição aos "revisionistas". Ainda que não abandonem o apoio aos "regimes nacional democráticos", o que dá a tônica de sua política são fatos como a polêmica sino-soviética, a revolução cultural, o apoio político e material a vários movimentos revolucionários ou anti-imperialistas. Ainda que lhes caibam críticas de fundo, esta política mais geral traz resultados favoráveis a nível internacional: rompimento de monolitismo da "pátria do socialismo", um clima favorável a críticas de esquerda a URSS, estimulando a formação de novas vanguardas revolucionárias a nível internacional.

- 4º: a atual, correspondeu ao período de reestabilização da burocracia chinesa, passado os perigos que os desbordamentos da revolução cultural lhes criou, obrigando-os a fazer concessões significativas às massas. Recomposições de forças entre os diferentes setores da burocracia chinesa, e reforçamento de seu setor direitista

ra, acompanharam paralelamente ao grande salto à direita da política exterior.

Neste período, alguns fatos bem evidentes, a nível da luta interna da burocracia são detectáveis, apesar do bloqueio de informações. Eles são marcados por 2 movimentos: o expurgo dos setores mais à esquerda do aparato de partido e de Estado, e a "regeneração" de elementos direitistas destituídos pelas massas nos "excessos" da Revolução Cultural".

A PRÁTICA DA POLÍTICA EXTERIOR CHINESA

PAQUISTÃO: Telegrama de Chu-en-Lai em princípios de 1971 ao ditador deste país, Yahya Khan: "Vossa Excelência e os dirigentes das diferentes regiões do Paquistão realizaram um grande trabalho, útil para preservar a unidade do país e impedir sua evolução para a secessão". (Paquistão Times de 13-3-71).

Este telegrama é enviado no momento em que tropas do regime militar e reacionário deste país efetuavam um massacre contra camponeses, operários e estudantes sublevados.

Muitas foram as justificativas dadas pelos simpatizantes europeus da política chinesa. A mais corrente foi a de que o apoio a este país era necessário, pois o movimento surgido em Bangladesh tinha um caráter nacionalista-burguês. Justificativa "ingênua" pois a China nunca teve escrúpulos para apoiar movimentos "nacionalista-burgueses".

TAILÂNDIA : Na mesma época que o Min. de Assuntos Estrangeiros da Rep. Democr. do Viet-nam denunciou a presença norte-americana na Tailândia e, fundamentalmente, a utilização das bases para apoio dos exércitos de Thieu, Lon Nol e dos mercenários que lutavam no Laos, Chu-en-Lai declarava (jan.75, antes do fim da guerra do Viet-nam), ao receber a visita do Gal.Min. dos Assuntos Estrang. da Tailândia: "... a China desejava que os EUA mantivessem seus efetivos na Tailândia para contrabalançar a influência da Rússia no Oceano Índico (Voice of The Nation, Bangkok 10-1-75).

Isto levou inclusive a uma reação violenta do Centro Nacional de Estudantes da Tailândia, que protestou contra o apoio chinês à continuidade da permanência militar americana sob pretexto de conter a expansão militar russa.

IRAN : Um dos regimes políticos mais bárbaros do mundo, que vem deixando rastro de sangue com os milhares de prisioneiros políticos, tortura e assassinatos massivos. Assume dia a dia o seu papel de "gendarme" local, sendo decisivo o apoio que vem dando ao sultanato de Oman, ajudando a reprimir a rebelião de Dofar.

Mas este dossier de sangue do governo do Xá, parece não impressionar ou quem sabe, não diz nada ao governo chinês. Eis um comunicado da China em 1971-: "O governo da Rep. Popular da China apoia firmemente a justa luta do governo imperial do Iran pela defesa de sua independência nacional, recursos naturais". (Le Monde de 2-12-71).

Em comunicado de 16-6-73, feito pelo Min. Chinês de Assuntos Estrang. tece elogios à "política de independência" do soberano, julgando "necessário" e "compreensível" o reforçamento potencial militar do Iran, destinado a "combater" a subversão e o expansionismo das "super-

potências".

Estes atos não têm somente um caráter protocolar ou diplomático, o apoio do Iran, justificado pela aproximação entre "dois povos lutadores contra as super-potências" é o apoio mais escandaloso ao sangrento guardião do imperialismo, e ao mesmo tempo ao massacre da guerrilha revolucionária de Dofar. E significou também, de parte da China, a suspensão da ajuda militar à Frente de Libertação de Oman através da declaração oficial do Min.º Chinês Chi-peng-Fei (Le Monde de 7-10-73). O próprio Xá respondeu publicamente manifestando sua satisfação pela decisão chinesa.

CEILÃO : Em abril de 1971, irromperam mobilizações populares, fundamentalmente camponesas, em resposta a uma provocação policial. No seio das manifestações, a organização revolucionária JVP implantada no campesinato, incentiva a mobilização, propaga o socialismo e a massa exige a demissão do governo da Sra. Bandaranaike (neste governo participava inclusive o PC pró-soviético).

A repressão brutal se abateu, com cerca de 8000 execuções sumárias e 14000 prisões. Um coronel ceilandês justificou a repressão com os seguintes argumentos: "Aprendemos suficientes lições do Vietnã e Malásia. Devemos destruí-los completamente." E Essa destruição foi apoiada pelos USA, Índia, Paquistão, Iugoslavia, China e URSS.

Alguns meses após o massacre, Chu-en-Lai envia a seguinte carta à Sra. Bandaranaike: "Estamos felizes de comprovar graças aos esforços de vossa excia. e do governo do Ceilão, a situação caótica criada por um punhado de indivíduos que se auto-proclamavam guevaristas e nas fileiras dos quais se infiltraram espíritos estrangeiros, foi controlada" (...). (Ceylan-Daily News, 27-5-71).

SUDÃO : Em julho de 71, houve uma tentativa de golpe de um setor de esquerda do exército sudanês, apoiada pelo PC local. O General reacionário Nemeiry, com a ajuda de Sadat, conseguiu aplastar o movimento. Centenas de comunistas foram presos e mortos. Entre eles os principais dirigentes do PC e da CGT foram enforcados.

A burocracia chinesa deu apoio aberto ao regime de Nemeiry, denunciando a falida tentativa de golpe como uma "manobra da URSS através de seus agentes no Sudão." Seis meses após o massacre, o vice-presidente deste país visita a China e agradece publicamente ao regime chinês seu apoio econômico e militar.

CUBA : "A presença no hemisfério ocidental das forças aéreas e navais soviéticas portadoras de armas nucleares, assim como a utilização de bases nesta região, constituem uma ameaça para a paz e segurança na América Latina." Este é um trecho de um artigo de "Pequim Informa" de 24-9-73. Mais recentemente novos esbravejos da parte dos chineses, contra a presença de "mercenários cubanos" em Angola.

CAMERUM: Quando Ahidjo, fiel instrumento do colonialismo francês e assassino de milhares de revolucionários camerunenses, foi recebido em Pequim pelo presidente Mao e o defunto Chu-en-Lai, este último declarou: "O governo e o povo chinês sentem admiração pelos êxitos obtidos pelo governo camerunense em matéria de política tanto exterior quanto interior ..." (Pequim Informa de 2-4-73, grifos nossos).

Mais uma vez não se trata de simples política ou de "diplomacia". Os elogios chineses a tais reacionários "coincide" com a suspensão

do apoio material e militar, a partir de 71, ao UPC, organização revolucionária do Camerum.

ANGOLA: Aqui pode ser localizado o "erro" mais grotesco da política exterior chinesa, e o mais difícil de ser justificado pelos chinófilos.

O que nos parece mais grave não é a coincidência de posições de China com USA, Inglaterra França e demais países capitalistas ocidentais, nem a suspensão da ajuda ao MPLA (ajudou-o na década de 60), na medida em que tantas vezes se alinhava com países imperialistas e suspendeu ajuda aos movimentos revolucionários.

O que nos parece grave é que este "erro" tenha se dado num momento em que Angola era a frente mais avançada da luta anti-imperialista na África.

Neste caso, a China não só tomou partido do FNLA, movimento abertamente vinculado aos USA, como também deu ajuda militar (armas e instrutores) à organização de Holden Roberto que lutou ferozmente para manter Angola capitalista e anti-comunista.

EUROPA É neste continente que a política chinesa chega ao absurdo, consequências de sua visão da Europa Capitalista como "zona intermediária" para impedir a penetração soviética.

Alguns exemplos que mostram a sua preocupação anti-soviética, ou quem sabe "pró-ocidental": - envio de uma coroa de flores na morte do carasco espanhol Carreiro Blanco; presença no enterro do último tirano histórico, Franco, quando inclusive vários países capitalistas europeus se recusaram a comparecer; as declarações de preferência da vitória de Giscard sobre Mitlerand; defender a permanência de tropas americanas na Europa porque são uma garantia contra o avanço do social-imperialismo, etc.

E se fizéssemos um levantamento das consequências desta política a nível das organizações pró-chinesas européias, teríamos um relato sem fim. Desde atos comuns com organizações fascistas, até ser contra por exemplo, ao trabalho da esquerda dentro do exército francês por considerar que isto enfraquece o exército nacional, tornando-o débil frente ao avanço do social-imperialismo ...

UMA TENTATIVA DE EXPLICAÇÃO

Tentemos compreender a essência, a lógica das posições chinesas. Na revista "La Nouvelle Chine", de dezembro de 73, revista semi-oficial de propaganda chinesa, encontramos a sistematização mais clara da defesa da política exterior deste país. Somente 5 meses depois de saído este artigo é que o "recuperado" Teng-Siao-Ping à cabeça da delegação chinesa da ONU, vai expor publicamente a mesma linha de raciocínio.

Diz o artigo: " Sua análise (da China) da situação mundial é a de uma marcha irreversível dos povos em direção à revolução, em meio a condições que só podem ampliar-se: 1º)- condições entre o 3º Mundo e as nações ricas, sendo o elemento principal desta contradição a oposição entre a China e as duas super-potências; 2º)- contradições entre o imperialismo e o social-imperialismo; 3º)- entre o imperialismo americano e os países capitalistas da zona interdiária (Europa), e enfim; 4º)- entre o social-imperialismo soviético e os países revisionistas da zona intermediária." (a numeração e os grupos são nossos)



Continua o artigo: " Os chineses jogam habilmente com essas contradições. O problema é saber se eles jogam a favor do avanço da revolução mundial, ou de seu próprio interesse. Uma primeira resposta é que, buscando preservar sua segurança e sua existência, eles garantem através disto mesmo que toda esperança não esteja perdida para a libertação dos povos. Na realidade, nenhum homem sensato poderia alegrar-se em ver a China ameaçada. A menos que se acredite que a China invente fantasmas, é forçoso acreditar que ela esteja diretamente ameaçada pela URSS."... "... o torniquete se fecha e a primeira preocupação da política exterior chinesa é de abri-lo. Desprendendo deste fato toda uma série de consequências: Uma certa normalização das relações com os USA, uma certa atitude de nuances frente a conflitos próximos de suas fronteiras (Paquistão, Birmania, Tailândia, Ceilão) que jogariam as novas zonas liberadas dos americanos, no campo soviético em razão da insuficiente preparação dos revolucionários locais a assumir a independência de sua própria revolução ... Aqueles que vêem uma traição ou uma atitude de grande potência nos últimos desenvolvimentos da política exterior chinesa tem sempre consciência de seu próprio raciocínio. Entretanto elas são claras: ou bem eles pensam que a segurança da China não é uma garantia do desenvolvimento da revolução e da libertação dos povos; ... ou bem eles tem algum interesse em que a China esteja ameaçada ..."

"A política de rompimento do cerco, ou abertura do torniquete pode assumir formas inesperadas. Os chineses são desconfiados com relação à detente entre Europa Ocidental e o Bloco do Leste ... Eles temem que a normalização do status quo, "legalizando" a presença do "social-imperialismo" na Europa do leste, libere os soviéticos de toda preocupação com sua frente ocidental permitindo-lhe aumentar sua pressão sobre a fronteira chinesa. E mais, uma retirada negociada ou não, de tropas americanas estacionadas na Europa Ocidental produziria as mesmas consequências. Donde se desprende uma certa ambivalência na posição frente à política européia: mesmo exprimindo votos de que todos os povos europeus, se desembarquem da presença em seu solo das super-potências, eles vêm com temor a retirada americana em primeiro lugar. Mas seria muito abusivo concluir daí que os chineses estão a favor da manutenção definitiva das tropas americanas na Europa."

"Desde os princípios dos anos 60, é evidente que o conflito com a URSS domina a política

exterior chinesa. Os textos do X Congresso colocaram os USA e a URSS num "mesmo saco", mas a URSS permanece ainda o aspecto principal da tradição. Deve-se acrescentar a isto o fato que os chineses introduzem nas suas análises 2 diferenças fundamentais que complicam ainda mais o esquema: - Por um lado, as relações entre estados são distintas das relações entre povos. No 1º caso, são cinco princípios da coexistência pacífica que são aplicados" ... "No segundo a relação entre os povos se dá pelo apoio verbal ou real à luta de emancipação. É possível que estes 2 Aspectos entrem em contradição no momento de um posicionamento sobre um país de "terminado"...". A experiência nos ensina que um mesmo fato, solicita reações diferentes dependendo do que haja produzido na zona de fronteira, na zona asiática, nas zonas de influência dos super-grandes, nas zonas intermediárias como Europa Ocidental... Com efeito, Pequim deve levar em conta considerações de segurança imediata. Toda ajuda direta da China a favor de movimentos revolucionários próximos de suas fronteiras acarretaria uma reação violenta das potências tutoras destes países concernidos, e não faria que agravar a ameaça das super-potências contra ela, comprometendo assim o objetivo central que ela se fixou" (ou seja, sua defesa enquanto nação). "Não é nada surpreendente que a análise das populações concernidas não corresponda sempre à interpretação chinesa da situação local."

...É neste horizonte temporal (a curto prazo) que se situa o reforçamento das "zonas intermediárias" essencialmente européias, e que se admite abrir uma brecha no dispositivo hegemônico das super-potências. Portanto não é nada surpreendente que a China dê a este processo uma atenção mais imediata. Entretanto, não tanto quanto ao problema da segurança das fronteiras e do expansionismo soviético que exigem uma segurança no dia a dia".

O "INTERNACIONALISMO" CHINÊS

O artigo de "La nouvelle Chine", sistematiza bem a lógica do "internacionalismo" chinês. Vimos o pequeno "programa" para a situação internacional que localiza as contradições "fundamentais" hoje. Em meio às contradições, "os povos marcham irreversivelmente em direção à revolução." Mas na sua análise da situação internacional, não existem contradições entre classes, mas sim entre países. A luta de classe é substituída pela luta entre países pobres e países ricos.

É toda a luta de classes (?) a nível internacional se daria, como disse Teng Siao-Ping na ONU, entre os "tres mundos". Um o dos países ricos (imperialismo e social-imperialismo), outro dos países pobres ("os países em via de desenvolvimento"), e finalmente o "mundo intermediário" - a Europa (revisionistas e capitalistas).

É também muito importante entender neste "meio de contradições", qual é a força motriz revolucionária na situação internacional, segundo os chineses:

"Os países em via de desenvolvimento ... se encontram frente, sem exceção, à tarefa histórica de liquidar as forças residuais do colonialismo, desenvolver a economia nacional e consolidar a independência nacional ... Eles (os

países) constituem a força motriz revolucionária, que faz avançar a roda da história universal, assim como a força principal na luta contra o colonialismo, o imperialismo e, em particular, contra as super-potências." (Pequim Informa, 15/4/74 - Teng-Siao-Ping na ONU - grifos nossos).

Evidentemente tal caracterização que identifica os países em vias de desenvolvimento como a "força motriz revolucionária" nos coloca "profundas" "dúvidas": Será que um país como o Brasil, participante do "3º Mundo", e "em vias de desenvolvimento", não faria também parte desta força motriz revolucionária? na atual situação internacional?

Há ainda duas questões fundamentais a serem abordadas na análise da política exterior chinesa: 1º) - A caracterização do "social-imperialismo" (a URSS), como inimigo principal, e o argumento do perigo de uma invasão soviética.

2º) - Identificação da preservação do Estado chinês (e em consequência, da burocracia dirigente), com o avanço da revolução, onde localizaríamos a aplicação da teoria do socialismo num só país.

"SOCIAL-IMPERIALISMO"

Sem dúvida a caracterização da URSS como "social-imperialista" tem uma razoável importância na política exterior da China.

Mas que é realmente o "social-imperialismo"? Para podermos realmente responder esta questão é fundamental entender que o determinante na localização do caráter social de um estado está nas relações de produção que se dão em tal estado e nas suas relações com o mercado internacional. Ou seja, deixaremos de lado todas as argumentações que se baseiam já nas consequências (por ex.: política exterior) por que este caminho nos levaria sem dúvida a contestar, também ... o caráter "socialista" do Estado chinês, com base na sua política exterior destes últimos anos.

As análises dos chineses e de seus seguidores acerca do "social-imperialismo" partem da afirmação básica de que existe um capitalismo de estado na URSS. A afirmação surge do ar e de sencaideia um conjunto de posições chinesas, que terminam inclusive a rever a teoria econômica marxista com alguns aspectos "banais":

- dizem que na URSS existe um capitalismo de estado que termina com a propriedade privada dos meios de produção (?)
- neste "capitalismo" que não limita artificialmente a produção, que não suprime invenções técnicas em função do lucro, que não se manifesta a tendência à baixa da taxa de mais valia, em que não existe concentração de capital nas mãos de algumas empresas monopolistas, que não existe absorção das pequenas empresas pelas grandes, que não existe crise de superprodução, que não sofre variações conjunturais da economia capitalista internacional.
- dizem que é um "capitalismo" que conseguiu se planificar (na medida em que não tem propriedade privada) e que é um "capitalismo" que que não acumula capital e que seu objetivo principal não é o lucro.

Na tentativa de provar o caráter capitalista do estado soviético, os chineses não atribuem a esse "capitalismo" nenhuma de suas características fundamentais. Deixam-se levar por fenômenos e características secundárias - tentando se utilizar delas para determinar a natureza social do estado soviético. É óbvio que existem

características capitalistas secundárias na economia soviética e na relação com outros estados. Mas elas são determinadas pelas deformações criadas e mantidas pela burocracia e pela própria característica de sociedade de transição que é a URSS. E o mesmo poderíamos dizer da China só que com manifestações específicas. Mas em ambos os casos tais aspectos não determinam uma natureza social diferente.

A dizimação dos operários mais conscientes e mais combativos na guerra civil quando da formação do estado soviético e o próprio baixo nível cultural do russo em 1920, foram determinantes na gestação da burocracia da URSS.

Tal situação objetiva na revolução russa colocou a elite dirigente como "delegados do poder", e ela, na defesa desta posição desenvolveu um conjunto de deformações políticas e ideológicas que atuam no sentido de manter estes privilégios.

Um exemplo deste tipo de deformação mantido pela burocracia pode ser visto ao nível da distribuição que mantém características burguesas na URSS e aonde se situa. Este impasse se dá pela impossibilidade de fazer funcionar uma economia planificada cada vez mais complexa, dentro de países altamente industrializados sem um sistema de gestão democrática e centralizada onde os próprios trabalhadores determinem seu curso, sua aplicação e retificação dos planos através de seu controle. Conseqüentemente, para os burocratas, uma descentralização a nível do mercado seria a única forma de dar-lhe harmonia sem a existência de um poder popular que atue como elemento de controle.

Mas o exemplo mais visto pelos chineses são as relações de dependência que a URSS cria com os outros estados do "bloco socialista". Esta dependência tanto econômica como política é real e se transforma numa necessidade objetiva da burocracia soviética para garantir sua própria sobrevivência enquanto setor privilegiado com todo o controle do aparato político do estado e da planificação econômica.

Ao estender sua "delegação de poder" até o "bloco socialista" ela vai, na prática impor um controle político e ideológico nos demais países.

Esse controle para a burocracia soviética é fundamental:

1º- para garantir uma divisão de trabalho dentro do bloco, onde se reserva o direito de produção dos ramos mais dinâmicos economicamente. Buscando tanto o aumento direto de seus privilégios econômicos quanto uma maior consolidação de seu papel de "delegados do poder" através de maiores concessões ao nível de vida das massas soviéticas.

2º- porque a própria extensão do socialismo para fora das fronteiras soviéticas cria uma contradição com os marcos objetivos em que se baseia o seu controle burocrático internacional (da "pátria" do socialismo). A existência de novos estados de transição com o conseqüente "perigo" de "novos caminhos" da construção do socialismo poderia criar uma dinâmica de questionamento da burocracia soviética, ameaçando a sua sobrevivência na URSS. É neste sentido que são fundamentais os violentos expurgos dos países "dissidentes".

Sem dúvida tal forma de divisão de trabalho e de controle político-ideológico (dos países do bloco) é uma forma de privilégio e exploração.

Mas repetimos que estas deformações do estado soviético não permitem concluir que a URSS

seja um país capitalista. Se por um lado tal relação tem aspectos de privilégio e exploração, por outro estas características são secundárias frente ao conjunto da estrutura econômica da URSS e de todo o "bloco". E além de que privilégio e exploração não são sinônimos de capitalismo. Mas não podemos limitar-nos a crítica ao nível conceitual. A caracterização de "social-imperialismo" além de ser uma aberração teórica tem laços de coerência com a política exterior de coveiros da revolução implantada pela China.

A coerência está em como os chineses e seus aliados consideram a política da burocracia soviética, dentro da seguinte lógica formal: URSS e USA são duas superpotências. Uma em decadência, sofrendo cada vez mais derrotas (USA) e outra em ascensão, se expandindo e criando cada vez mais novas áreas de influência (URSS). Na medida em que "são hábeis jogadores com as contradições", perguntariam os chineses: por que não nos alinharmos parcialmente, momentaneamente, com a que já está inevitavelmente em decadência para assim impedir a expansão da superpotência em ascensão?

E será esta lógica de raciocínio o argumento para todas as alianças espúrias com forças e países reacionários, passando por cima da luta de classes.

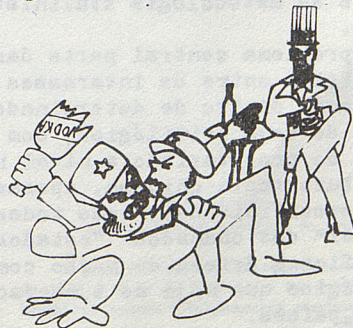
Ao afirmarmos que a existência de uma burocracia na URSS não dá um caráter capitalista a este estado, automaticamente não descartamos a possibilidade de invasão.

Já está provado historicamente que a burocracia soviética é capaz de ir ao confronto armado para resolver contradições ideológicas e manter a unidade do "Bloco". Tais são as conseqüências dos métodos stalinistas. Desde a subida de Stalin ao poder na URSS, o terrorismo policial, as prisões, e os assassinatos políticos não deixaram de fazer parte de seus métodos de combate mesmo aos "dissidentes" pela esquerda.

O exemplo mesmo do caso iugoslavo, em 1948 (durante a vida de Stalin), são uma prova de como se pretendia combater o rompimento do monolitismo do "campo socialista" -- principal acusação da URSS contra a China hoje. Toda uma campanha "ideológica" baseada em calúnias e mentiras foi desatada pelo Kremlin contra os dirigentes iugoslavos. Chegaram mesmo a decretar um bloqueio econômico e mobilizações de tropas para as fronteiras, ameaçando de invasão. O conflito em vários momentos esteve a ponto de se desencadear, mas no entanto não se produziu. Já a Hungria em 56 e a Tchecoslováquia em 68 são exemplos de que a invasão pode se dar.

O conflito com a China vem vivendo a fase de troca de acusações, de mobilizações de tropas nas fronteiras que custam alguns milhões de dólares e imobilizam partes consideráveis dos recursos destes países.

Quais foram os elementos que levaram a URSS a invadir a Hungria e a Tchecoslováquia e não



invadir a Iugoslávia e a China?

É fundamental, para que a URSS leve sua luta "ideológica" até o nível de uma invasão militar, que exista dentro do país determinado uma camada pró-Moscou em condições de assumir o governo sem maiores reações dos trabalhadores e demais setores sociais e restabelecer rapidamente o equilíbrio.

A "DEFESA DE ESTADO" OU DO "SOCIALISMO" NUM SÓ PAÍS

É o próprio artigo de "La Nouvelle Chine" que coloca a questão central: "O problema é saber se eles jogam (com as contradições) a favor do avanço da revolução mundial ou de seu próprio interesse". Qual é a resposta dada?... buscando preservar sua segurança e existência, e eles garantem através disto mesmo que toda esperança não está perdida para a libertação dos povos... Pequim deve levar em conta considerações de segurança imediata. Toda ajuda direta da China a favor dos movimentos revolucionários próximos de suas fronteiras acarretaria uma reação violenta das potências... comprometendo assim o objetivo central que ela se fixou".

Vemos que a China foi transformada na outra pátria do socialismo" e que sua defesa está acima de tudo. E defender uma conquista parcial como objetivo central é a forma consequente de se lutar pelos objetivos históricos do proletariado? Já tivemos e continuamos tendo várias experiências no movimento comunista internacional com diferentes "justificações" mas que defendem a mesma tese: a teorização stalinista do "socialismo num só país".

É em base à defesa da "pátria do socialismo" que vimos a entrega de várias revoluções (Espanha, Grécia, França, etc.) É a partir dela que vimos também a URSS criar um "cinturão de segurança" com os países em sua volta - na defesa de suas fronteiras - que hoje os chineses apontam como uma política expansionista. O critério que rege toda a intervenção política da China a nível internacional é a da sua "defesa" enquanto nação.

Nós somos contra a defesa da China? Consideramos por acaso que sua defesa não é importante para a luta revolucionária? É realmente importante para o proletariado a nível internacional garantir a sobrevivência de suas conquistas parciais, e parciais por entendermos a revolução proletária como um processo que só se realiza enquanto tal a nível internacional. Portanto argumentações no nível de "ou bem eles tem algum interesse (os que criticam a China) em que a China esteja ameaçada..." não poderemos tomar de outra forma do que provocações normais da metodologia stalinista de luta ideológica.

O problema central parte das contradições que existem entre os interesses imediatos da burocracia dentro de determinado status, pela defesa de seus privilégios, com os reais interesses do proletariado a nível histórico.

A burocracia chinesa, apesar de todas as suas especificidades, como todas as delegadas do poder" dos chamados "estados socialistas", identifica a defesa da nação com a defesa dos privilégios que hoje as burocracias possuem nestes países.

É esta identificação de "interesses" é o ú

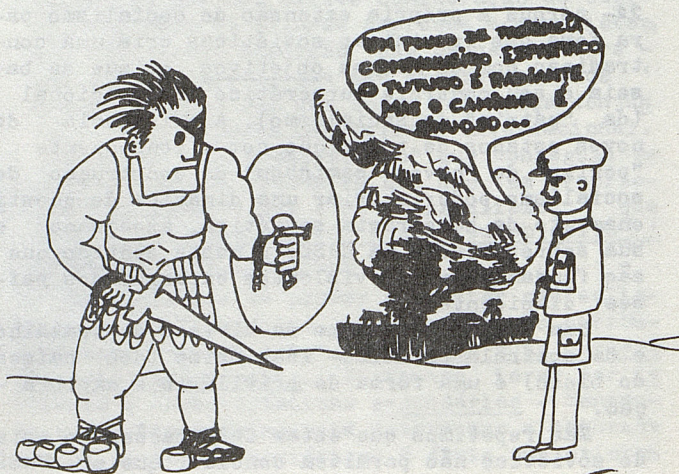
nico caminho que leva a tornar profundamente contraditórios os interesses históricos do proletariado com os "interesses de estado" dos atuais estados de transição.

Na situação atual de tais estados a luta pelos interesses históricos do proletariado pode de fato entrar em contradição com a parcela nacional do proletariado. Por exemplo, cada ajuda militar ou material a um movimento revolucionário significa objetivamente um sacrifício da parcela do proletariado que tomou o poder num país. Significa uma contradição com seus "interesses" econômicos imediatos.

Mas o critério do marxista revolucionário é o da defesa dos interesses históricos do proletariado, portanto os seus interesses como classe internacional, que não pode emancipar-se senão ao nível internacional. Se pelos objetivos históricos do proletariado devemos defender a China contra qualquer agressão imperialista, por outro lado não interessa ao proletariado, que a China sacrifique outras revoluções em nome de sua defesa. Como também não corresponde a seus interesses as alianças da burocracia chinesa com o imperialismo norte-americano. Isto porque a China não é sinônimo dos interesses históricos do proletariado. No processo da revolução mundial, a tomada do poder em alguns países não pode ser enrendida de outra forma do que uma acumulação parcial de forças, de instrumentos, que os revolucionários devem usar para o avanço da revolução internacional. Porque ou o proletariado toma o poder em todo mundo ou não consegue superar o estágio de transição em direção ao comunismo. Esta não é a visão do governo chinês. Para resolver a contradição entre os interesses da burocracia e os interesses históricos do proletariado explicam:

"Por um lado, as relações entre Estados são distintas das relações entre povos. No primeiro caso (entre estados) são os cinco princípios da coexistência pacífica que são aplicados... No segundo caso (da relação entre povos) é do apoio verbal ou real às lutas de emancipação. É sempre possível que estes dois elementos entrem em contradição a propósito das relações com um país determinado: este foi o caso com o Paquistão e a secessão de Bangladesh; a atitude da China se explica por um lado pelo desejo de manter boas relações de estado a estado com o vizinho, ..." (La Nouvelle Chine-73)

Nada melhor para ver como a China resolve esta "contradição" que ver como ela coloca em prática seus critérios.



COMO FUNCIONAM OS SOVIETS



No meio das injúrias e das mentiras que se levantam de todos os lados contra a Rússia dos Sovietes sobressaem os clamores terríficos: «Não há nenhum governo na Rússia!», «Não há nenhuma organização dos operários russos!», «Lá não se trabalha!», «Lá já não se trabalha!». Deste modo usa-se sistematicamente contra ela a calúnia.

Como todos os socialistas sabem, como eu próprio sei — e como estava presente quando da Revolução russa, posso testemunhá-lo — existe hoje em Moscovo e em qualquer cidade, em qualquer aglomerado do país, um organismo político complexo apoiado pela grande maioria da população e que funciona de um modo tão satisfatório quanto é possível funcionar um governo popular de formação recente.

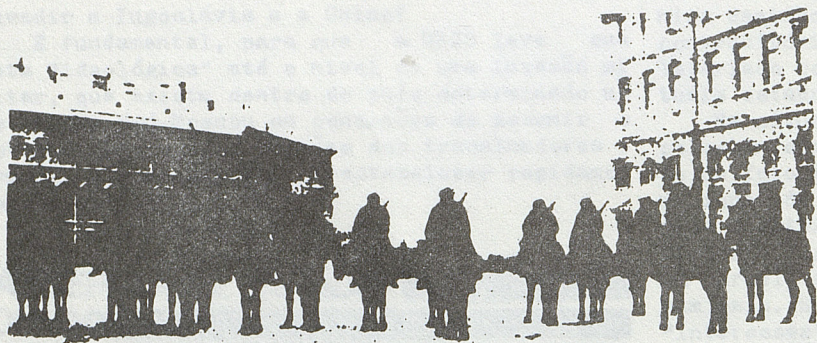
Os operários russos, sob pressão da necessidade e das exigências da vida, criaram uma organização económica que está em vias de se transformar numa verdadeira democracia operária.

Apresentarei um esquema descritivo da estrutura do Estado dos Sovietes. †

John Reed

† Este prefácio é original da brochura

O texto de John Reed foi escrito entre meados de 1918 e Maio de 1919 (data de publicação da brochura) embora não possamos precisar a data.



A HISTÓRIA DOS SOVIETES

O Estado dos Sovietes baseou-se nos Sovietes — ou Conselhos — dos operários e camponeses.

Estes conselhos — instigação característica da Revolução russa — fizeram a sua aparição em 1905 quando, durante a primeira greve geral dos operários, as fábricas de Petrogrado e as organizações sindicais enviaram delegados a um comité central.

Este comité de greve foi chamado «Conselho dos Deputados Operários». Ele organizou no fim de 1905 a segunda greve geral, enviou emissários através de toda a Rússia e, durante um breve espaço de tempo, foi reconhecido pelo governo imperial como órgão oficial e autorizado da classe operária revolucionária russa.

Quando a Revolução de 1905 fracassa, uma parte dos membros do Conselho puseram-se em fuga enquanto que os outros foram enviados para a Sibéria. Mas este tipo de organização unitária mostrou-se tão extraordinariamente eficaz, enquanto organismo político, que todos os partidos revolucionários incluíram um Conselho dos Deputados Operários no seu programa para a próxima sublevação.

Em Março de 1917, quando perante toda a Rússia agitada como um mar em fúria, o czar abdicou, o grão-duque Miguel renunciou e a frágil Duma foi forçada a tomar nas mãos as rédeas do governo, o Conselho dos Deputados Operários surgiu de novo, completamente estruturado. Em poucos dias ampliou-se de modo a incluir também delegados do exército e passou a chamar-se «Conselho dos Deputados Operários e Soldados». Por outro lado, o Comité da Duma, era composto — com a excepção de Kerenski — por *burgueses*, e não tinha qualquer relação com as massas revolucionárias.

Mas era preciso combater, era necessário restabelecer a ordem, era preciso defender a frente. Os membros da Duma não sabiam como cumprir estas múltiplas tarefas; foram obrigados a recorrer aos representantes dos operários e dos soldados, por outras palavras, aos Conselhos. Os Conselhos tomaram parte na acção revolucionária, no trabalho de coordenação dos diferentes sectores de actividade e manutenção da ordem... Em resumo, assumiram a tarefa de defender a Revolução contra a traição burguesa.

A partir do momento em que a Duma foi obrigada a apelar para os Conselhos, começaram a coexistir na Rússia dois organismos governamentais. Eles entraram em competição e isto até Novembro de 1917, data na qual os Sovietes, sob a direcção dos *bolcheviques*, derrubaram o governo de

coligação.

Como já disse, os Sovietes eram na altura compostos por operários e soldados; pouco depois formaram-se Sovietes de camponeses. Na maior parte das cidades os Sovietes dos operários e dos soldados uniram-se e realizaram em conjunto o seu Congresso Pan-russo. Ao contrário, os Sovietes de camponeses foram mantidos separados pelos elementos reaccionários que os dirigiam e só se uniram aos operários e aos soldados depois da Revolução de Outubro e da constituição do governo dos Sovietes.

A CONSTITUIÇÃO DOS SOVIETES

O Soviete baseou-se directamente nos operários das fábricas e nos camponeses do campo.

Os Sovietes dos Deputados Soldados existiram até ao princípio do ano de 1918. Foram abolidos depois da desmobilização do antigo exército e do tratado de Brest-Litovsk; os soldados foram então integrados nas fábricas e nas instituições agrícolas.

Inicialmente, os delegados dos Sovietes dos operários, dos camponeses e dos soldados eram eleitos segundo regras que variavam com as necessidades e quantidade da população nos diferentes locais. Em certas aldeias os camponeses elegeram um delegado por cada cinquenta votantes. Os soldados das guarnições enviaram um certo número de delegados por cada regimento em proporção à força deste, mas o exército em campanha estabeleceu um sistema eleitoral diferente. Do mesmo modo os operários nas grandes cidades aperceberam-se rapidamente que os seus Sovietes tornar-se-iam demasiado grandes se não limitassem o número dos representantes a um por cada quinhentos votantes. Os primeiros Congressos Pan-russos dos Sovietes foram convocados segundo um sistema de um delegado por cada 25 000 votantes; mas, de facto, os delegados representavam massas eleitorais quantitativamente diversas.

Até Fevereiro de 1918, não importava quem, podia votar para eleger deputados aos Sovietes. Se a *burguesia* tivesse exigido e organizado a sua representação nos Sovietes, isto ter-lhe-ia sido permitido. Por exemplo, durante o regime do Governo Provisório, houve uma representação burguesa no Soviete de Petrogrado: um delegado da União das profissões liberais que incluía médicos, advogados, professores, etc.

Em Março, a constituição dos Sovietes foi elaborada mais profundamente e universalmente aplicada.

O direito de sufrágio foi limitado:

a) aos cidadãos da República Socialista Russa que tivessem 18 anos feitos ao dia das eleições.

b) a todos aqueles que ganhavam a sua vida com um trabalho produtivo e útil para a sociedade e fossem membros das organizações sindicais.

Não tinham direito a votar:

a) os que utilizavam o trabalho de outras pessoas para dele tirarem lucro,

b) os que viviam de uma renda não ganha com o seu trabalho,

c) os comerciantes e agentes do comércio privado,

d) os membros das comunidades religiosas,

e) os antigos membros da polícia e da gendarmaria,

f) os membros da antiga família reinante,

g) os deficientes mentais,

h) os surdos-mudos,

i) os condenados por delitos *infamantes*,

j) e os agentes de empresas lucrativas.

No que se refere aos camponeses, mil camponeses enviavam um representante ao Soviete do Volost ou aldeia: os Sovietes dos Volostes enviavam delegados ao Soviete do distrito que, por sua vez, os enviava ao Soviete do Oblast ou da província. Para fazer parte deste são igualmente eleitos delegados dos Sovietes operários da cidade.

O Soviete dos Deputados Operários e Soldados de Petrogrado que estava em plena actividade quando me encontrava na Rússia, pode oferecer um exemplo do funcionamento da organização governamental urbana do Estado socialista. Era formado por cerca de 1 200 delegados e, em circunstâncias normais, tinha uma sessão plenária de duas em duas semanas. Ao mesmo tempo, ele nomeava um «Comité Executivo Central» de 110 membros eleitos numa base de representação proporcional dos partidos; este Comité Executivo Central convidava, para participar nos seus trabalhos, membros do Comité Central de todos os partidos, do Comité Central dos sindicatos profissionais, comissões das empresas e outras organizações democráticas. A par do grande Soviete da cidade existiam ainda Sovietes de bairros, constituídos por delegados de cada bairro no Soviete da cidade e responsáveis pela administração dos respectivos sectores urbanos. Naturalmente, em certos bairros não existiam fábricas e, consequentemente, não tinham governo; e não havia representante destes bairros no Soviete da cidade nem do bairro. Mas o sistema dos soviets é extremamente maleável, e se os cozinheiros ou criados domésticos ou ainda os cocheiros desse bairro se organizavam e pediam para estar representados, os delegados aceitavam-nos.

A eleição dos delegados é baseada na representação proporcional, o que quer dizer que os partidos políticos são representados proporcionalmente ao número dos votantes da cidade. De tal maneira que se vota num partido e num programa políticos e não na pessoa dos candidatos. Os candidatos são designados pelo Comité Central do partido político e podem ser substituídos por outros membros do partido. E mais, os delegados não são eleitos por um período determinado, mas susceptíveis de serem revogados a qualquer momento.

Nunca foi criado qualquer corpo político tão maleável e que responda desta forma à vontade popular. E isto era tanto

mal necessário quanto no decurso de uma revolução a vontade popular muda muito rapidamente. Um exemplo entre tantos outros. Durante a primeira semana de Dezembro de 1917 realizaram-se algumas manifestações a favor da Assembleia Constituinte, isto é, contra o poder dos soviets. Guardas vermelhos irresponsáveis atiraram então contra um dos cortejos e fizeram alguns mortos. A reacção perante esta violência estúpida foi imediata: *em doze horas, foi modificada a constituição do Soviete de Petrogrado*; mais de uma dúzia de deputados bolcheviques foram demitidos e substituídos por mencheviques... Apesar disso foram precisas três semanas para acalmar o ressentimento público e permitir o chamamento e a reintegração dos bolcheviques.

O ESTADO DOS SOVIETES

Pelo menos duas vezes por ano chegam de toda a Rússia delegados ao Congresso Pan-russo dos Sovietes. Em teoria, estes delegados são escolhidos em eleições populares directas: nas províncias à razão de um delegado para 125 000 votantes e nas cidades à razão de um para 25 000. Mas na prática, eles são apenas eleitores entre os membros dos soviets provinciais e urbanos. Uma sessão extraordinária do Congresso pode ser convocada em qualquer altura a pedido do Comité Executivo Central pan-russo ou de Sovietes representando um terço da população operária da Rússia. Este Congresso é composto por cerca de dois mil delegados. Reune-se na capital como *Grande Soviete* e delibera sobre pontos essenciais da política nacional. Ele elege um Comité Executivo Central, semelhante ao Comité Central do Soviete de Petrogrado, que convoca por convites os delegados dos comités centrais de todas as organizações democráticas.

Este Comité Executivo Central dos Sovietes de toda a Rússia desenvolveu-se de tal maneira que se tornou o Parlamento da República Soviética. Compõe-se de perto de trezentos e cinquenta e cinco membros. Entre cada sessão do Congresso Pan-russo, ele é a autoridade suprema, mas a sua acção é limitada pela linha fixada no último Congresso; ele é completamente responsável por todos os seus actos até ao Congresso seguinte.

Por exemplo, o Comité Executivo Central pôde — e assim tem feito na realidade — ordenar que fosse assinado o tratado de paz com a Alemanha. Mas não pode torná-lo obrigatório para a Rússia. Só o Congresso Pan-russo tem autoridade para o fazer.

O Comité Executivo Central elege no seu seio onze comissários que serão os chefes das Comissões das quais dependem. Estes comissários podem sempre ser revogados e são estritamente responsáveis perante o Comité Executivo Central. Por sua vez os comissários elege um chefe ou presidente. Quando foi constituído o governo dos Sovietes, este chefe foi Nicolas Lenine. Se a sua direcção não tivesse sido aprovada, Lenine poderia ser revogado a qualquer momento pelos delegados da massa do povo russo ou, ao fim de algumas semanas, directamente pelo próprio povo russo.

A função principal dos Sovietes é a defesa e a consolidação da Revolução. Eles exprimem a vontade política das massas não só em todo o país, no Congresso Pan-

-russo, mas também em cada uma das suas secções onde a sua autoridade é, praticamente suprema.

Esta descentralização é efectiva, pois são os Sovietes locais que criam o governo central e não o governo central que cria os órgãos locais. Mas apesar da autonomia local, os decretos do Comité Executivo Central e as ordens dos comissários têm força da lei para todo o país. Efectivamente, na República dos Sovietes, não são os interesses regionais ou de grupos que devem ser salvaguardados mas a causa da Revolução que é a mesma em todo o lado.

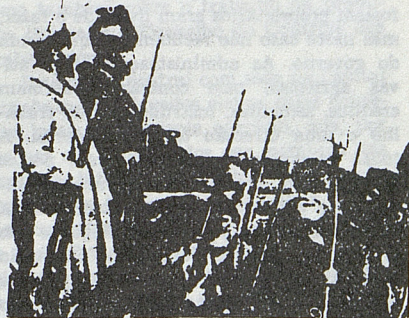
Observadores mal informados, na maior parte intelectuais da classe média, repetem sem cessar que são favoráveis aos Sovietes mas contra os bolcheviques. É um absurdo. Certamente que os Sovietes são os organismos representativos mais perfeitos da classe operária, mas eles são também os instrumentos da ditadura do proletariado contra a qual, com toda a evidência, se opõem os partidos anti-bolcheviques. Por consequência a medida de adesão do povo à política da ditadura proletária não é fornecida apenas pelo número dos membros do Partido Bolchevique ou Partido Comunista, mas também pelo desenvolvimento e a actividade dos Sovietes locais em toda a Rússia.

O exemplo mais revelador deste facto é dado pelos camponeses que não se puseram à cabeça da Revolução e cujo interesse primordial e exclusivo foi a confiscação da grande propriedade. Desde o início, o Soviete dos Deputados Camponeses não teve praticamente outra função que não fosse a de resolver o problema da terra. O fracasso da solução apresentada pelo governo de coligação nascente não fez senão com que os camponeses prestassem a sua atenção aos aspectos sociais do problema, levados a isso pela propaganda contínua da ala esquerda do Partido Socialista-Revolucionário, pelos bolcheviques e pelo regresso à aldeia dos soldados revolucionários. O partido tradicional dos camponeses é o Partido Socialista-Revolucionário. A grande massa inerte da população dos campos, cujo único interesse era a terra e que não tinha nem psicologia combativa nem iniciativa política, não quis saber nada dos Sovietes. Mas os camponeses que não participaram nos Sovietes aliaram-se muito depressa à ideia da ditadura do proletariado, convertendo-se em sustentáculos activos do governo dos Sovietes.

No gabinete do Commissariado para a Agricultura, em Petrogrado, havia um mapa da Rússia com aifinetes de cabeça vermelha espetados, cada um indicando um Soviete de Deputados Camponeses. Quando vi pela primeira vez este mapa dependurado no velho local dos camponeses, os sinais vermelhos estavam espalhados aqui e acolá numa enorme extensão e durante algum tempo o seu número não aumentou. Nos primeiros oito meses da Revolução havia províncias inteiras onde existiam Sovietes de Camponeses apenas numa ou duas grandes cidades e igualmente em algumas raras aldeias. Mas depois da Revolução de Outubro podia ver-se toda a Rússia tornar-se vermelha e, pouco a pouco, de aldeia em aldeia, de comité em comité, de província em província propagava-se a ideia da formação dos Conselhos camponeses.

Na altura da insurreição bolchevique poder-se-ia eleger uma Assembleia Constituinte tendo uma maioria contrária aos

Soviets. A coisa teria sido impossível um mês mais tarde. Assisti a três Congressos Pan-russos de Camponeses em Petrogrado. Os delegados presentes eram socialistas-revolucionários de direita. Estavam reunidos (e eles realizaram sempre reuniões muito agitadas) sob a presidência de conservadores do tipo de Avksentiev e de Pashkanov. Poucos dias depois eles viraram à esquerda, ficando sob a direcção de pseudo-radical do tipo de Tchernov. Alguns dias mais tarde a maioria tornou-se extremamente radical e Maria Spiridonova foi eleita para a presidência. Foi então que a maioria conservadora se separou, formando um Congresso de dissidentes que, pouco depois, estava reduzido a nada, enquanto que o corpo principal tinha enviado delegados ao palácio de Smolny para se unirem com os Sovietes. As coisas caminharam sempre desta maneira. Jamais esquecerei o Congresso dos Camponeses que se realizou no final de Novembro; Tchernov lutou pela direcção e foi vencido. Deu-se então um acontecimento maravilhoso. Uma procissão cinzenta de trabalhadores da terra dirigiu-se para o palácio de Smolny. Atravessou, cantando, as ruas cobertas de neve, bandeira vermelha desfraldada, esvoaçando ao vento glacial do Inverno. Era uma noite escura. No interior de Smolny centenas de operários esperavam para receber os seus irmãos camponeses; na penumbra, os dois cortejos avançando um para o outro encontraram-se; caíram todos nos braços uns dos outros vertendo lágrimas e lançando gritos de alegria.



II

AS COMISSÕES AGRARIAS AS ORGANIZAÇÕES OPERARIAS

São os Sovietes que votam as leis, que institucionalizam as transformações económicas fundamentais, mas estas leis só podem ser aplicadas pelas organizações populares locais. Assim a confiscação e a distribuição da terra foram confiadas a comissões agrárias compostas por camponeses e eleitas pelos trabalhadores rurais por instigação do príncipe Lvof, primeiro presidente do Governo Provisório.

Certamente que, na altura, o mínimo que se podia fazer era resolver o problema da terra, dividir as grandes propriedades e distribuí-las aos camponeses.

Assim o príncipe Lvof convidou as populações rurais a elegerem comissões *ad hoc* cujo objectivo era não só estudar as necessidades da agricultura, mas igualmente examinar e determinar o valor dos bens imóveis. Contudo, quando estas comissões tentaram funcionar, os proprietários das terras impediram-no.

Nestas condições, logo que os Sovietes tomaram o poder, a sua primeira medida foi a proulução do decreto relativo à terra. Procedeu-se assim à realização de um projecto não completamente bolche-

vique, mas ao do programa elaborado na base de muitas centenas de petições camponesas. O decreto abolia definitivamente qualquer direito privado sobre a terra e sobre os recursos naturais da Rússia e conferia às comissões a missão de distribuir a terra aos camponeses enquanto que o problema não era definitivamente resolvido pela Assembleia Constituinte. Dissolvida a Assembleia Constituinte, o decreto tornou-se definitivo.

Com a excepção de algumas disposições gerais e de uma parte de o decreto relativo à emigração, proposta como solução nos locais em que a população era demasiado grande, as particularidades da confiscação e distribuição eram inteiramente entregues à iniciativa das comissões locais.

Kalagaief, primeiro comissário para a Agricultura, reuniu uma série de regulamentos para servirem de guia aos camponeses na sua acção; contudo, Lenine, num discurso pronunciado diante do Comité Executivo Central incitou o governo a deixar aqueles livres para regularizarem a coisa por meios revolucionários, convidando apenas os camponeses pobres a unirem-se para combater os ricos. «Não esqueçam», diz Lenine «que a cada camponês rico se oponham dez pobres».

Naturalmente nenhum trabalhador rural podia apropriar-se da terra, mas podia tomar a parte que desejasse e cultivá-la como se fosse sua. Todavia a política do governo visava, através da acção das comissões locais, combater esta tendência: os camponeses que desejassem agir como se fossem proprietários eram livres de o fazer, mas neste caso não recebiam qualquer ajuda do governo. As administrações cooperativas agrícolas, pelo contrário, recebiam créditos, sementes, instrumentos de trabalho e uma direcção técnica moderna. A todas as comissões agrárias eram postos à disposição agrónomos, engenheiros hidráulicos e florestais e, para coordenar a acção das instituições locais, elegia-se um organismo central, chamado Comissão Agrária Central, com sede na capital, e que estava em contacto directo com o Comissariado para a Agricultura.

Na Rússia, as organizações operárias do tipo das que existem actualmente têm menos de vinte anos de existência. Antes da Revolução de 1905, a organização sindical dos operários estava pouco desenvolvida e era proibida por lei. Durante a Revolução de 1905, os membros das organizações profissionais eram cerca de cinquenta mil e a reacção de 1906 dispersou-os com um rigor extremo. As organizações russas tiveram um desenvolvimento artificial. Foram criadas por intelectuais que, depois de um estudo científico das organizações operárias de outros países, traçaram no papel o plano da federação operária ideal (combinação dos sindicatos franceses com as organizações do tipo alemão) e aplicaram-no na Rússia. As organizações russas têm um carácter industrial e uma dimensão maior. Por exemplo, tanto os operários de uma fábrica de canhões como os carpinteiros que fazem carroças são membros da Federação dos operários metalúrgicos.

Durante os primeiros três meses da Revolução, o número de operários organizados elevou-se a mais de duzentos mil; cinco meses mais tarde ultrapassava o milhão e, após dez meses caminhava para os três milhões. Como isto se passava em

todo o lado as organizações esforçaram-se por obter salários mais altos, horários mais curtos e melhores condições de trabalho. Pediram um gabinete de arbitragem e representação no Ministério do Trabalho do Governo Provisório.

Mas isto não bastava aos operários russos em revolução.

Apesar de uma grande parte ter entrado para as organizações, numerosos operários não viam a necessidade de se organizarem, e a luta entre as massas e os grandes industriais era feita pelas Federações de um modo lento e confuso. Então, como foi o caso dos comités dos soldados em campanha, a constituição das organizações formou-se de uma tal maneira que elas voltaram-se para uma política inspirada por elementos reaccionários desejosos de travar a rápida pulsação da vida das grandes massas. Deste modo, na altura da Revolução bolchevique, o Comité Central dos operários dos Telefones, dos empregados dos Postos e Telégrafos e dos Caminhos de Ferro puderam pôr-se em greve contra os bolcheviques estacionados no Instituto Smolny e, durante um certo tempo, isolá-los de toda a Rússia. Isto, a despeito da maioria revolucionária dos operários que convocaram as suas assembleias e condenaram a direcção política dos antigos dirigentes, elegendo novos comités.

AS COMISSÕES INTERNAS DE FABRICAS

Quando teve lugar a Revolução de Março, os proprietários e directores de numerosos estabelecimentos industriais ou abandonaram-nos, ou foram afastados pelos operários. Este foi muito particularmente o caso das empresas do Estado, entregues aos empregados irresponsáveis do czar. Encontrando-se sem dirigentes, sem fiscalização e, muitas vezes, também sem engenheiros e empregados administrativos, os operários viram-se colocados diante da alternativa de tomar nas mãos a direcção do trabalho ou de morrer de fome. Uma comissão foi designada, elegendo um delegado por cada sessão da fábrica. Esta comissão procurou continuar a fazer andar a fábrica. Naturalmente que no início a coisa parecia desesperada. Certamente que, deste modo, poder-se-iam coordenar as funções das diversas sessões, não obstante a falta de uma formação técnica dos operários conduzir frequentemente a resultados catastróficos.

Estávamos lá quando, durante uma assembleia de fábrica, se levantou um operário e disse: «Camaradas! Com que é que nos preocupamos? O problema do pessoal técnico não apresenta dificuldades. Vejamos. O patrão não era um técnico, o patrão não tinha os conhecimentos de um engenheiro ou de um químico ou mesmo de um administrador. Todo o seu papel reduzia-se a ser o proprietário. Quando necessitava de auxílio técnico, pagava às pessoas que lho podiam fornecer. Pois bem! Agora somos nós que somos os patrões. Vamos pagar aos engenheiros e aos administradores que trabalharão para nós!»

Nas empresas do Estado, o problema era relativamente simples já que a Revolução expulsara automaticamente o «patrão» e ninguém o tinha substituído. Mas quando as comissões de fábrica se estenderam às empresas privadas foram insidiosamente combatidas pelos proprietários, a maior

parte dos quais tinham cessado os acordos com as organizações.

Nas empresas privadas as comissões internas foram igualmente resultado de uma necessidade. Depois dos três meses de Revolução durante os quais a classe média e as organizações operárias trabalharam em conjunto numa atmosfera de utópica harmonia, os industriais começaram a alar-mar-se com o poder e com as ambições crescentes das organizações operárias, do mesmo modo que os proprietários das terras se assustaram com as novas condições rurais, os dirigentes dos Sovietes e os comités de soldados... Pela primeira metade de Junho começou uma campanha, mais ou menos consciente, de toda a burguesia para parar a Revolução e destruir as organizações democráticas. Os industriais projectaram quebrar tudo no ovo, desde as comissões internas até aos Sovietes. O exército foi desorganizado, privado de armas, de víveres e de munições. Certas posições foram entregues aos Alemães, Riga por exemplo. Nos campos aconselharam-se os camponeses a esconder o grão, provocando tais desordens que se deu assim oportunidade aos Cossacos de restabelecer a ordem.

A seguir, no sector industrial, o mais importante de todos, procedeu-se à sabotagem das máquinas e da produção em geral, boicotaram-se os transportes; as minas de carvão, de metais e as outras fontes de matérias primas foram prejudicadas de mil e uma maneiras. Fazem-se esforços para minar a actividade das empresas e recolocar os operários sob o jugo do antigo regime económico.

Assim os trabalhadores viram-se forçados a defender-se.

A comissão interna de fábrica foi reorganizada. Pode-se dizer que os operários russos cometeram erros, mesmo actos ridículos, e em todo o mundo isto foi lamentado; eles exigiram salários impossíveis, tentaram aplicar processos científicos de elaboração complicada sem terem experiência suficiente e mesmo, em certos casos, pediram ao patrão para voltar e assumir a administração dos seus bens. Mas estes casos foram raros. Na maioria das empresas os operários encontraram recursos suficientes para dirigirem a indústria sem patrões.

Os proprietários tentaram falsificar os livros, esconder as encomendas; a comissão interna foi obrigada a procurar tentar controlar os livros. Os proprietários procederam de maneira a que os trabalhos caminham e a comissão teve que montar guarda para que nada entrasse ou saísse da empresa sem autorização.

Quando as fábricas estavam prestes a fechar por falta de combustível ou de matérias primas, etc., as comissões internas foram obrigadas a enviar emissários através da Rússia, às minas, aos poços de petróleo do Cáucaso, às plantações de algodão da Crimeia. Igualmente para a venda dos seus produtos, os operários tiveram que enviar delegados especiais. Havendo carência nos caminhos de ferro, aqueles fizeram acordos com as federações dos ferroviários afim de obter meios de transporte. Por fim, para se defenderem dos fura-greves, a comissão encarregou-se também da contratação e do despedimento do pessoal.

Deste modo a comissão interna de fábrica, saída do caos russo, foi obrigada, por força das circunstâncias, a aprender a gerir a empresa; de maneira que, quando surgiu o momento, puderam sem inconveniente

nientes de maior, assumir o controle da empresa.

Como exemplo da elaboração das massas podemos mencionar o facto de que os duzentos mil *pouds* de carvão tirados em Dezembro das reservas da frota do Báltico foram destinadas, pelas comissões dos marinheiros, a manter em actividade as fábricas de Petrogrado durante a falta de carvão.

Os estabelecimentos Obucov, empresas metalúrgicas que trabalhavam para a marinha de guerra, tinham como dirigentes da sua comissão interna um russo-americano chamado Petrovsky, bastante conhecido na América como anarquista. Um dia o chefe da produção dos torpedos disse a Petrovsky que aquela iria parar dada a impossibilidade, de onde estavam, encontrar certos tubos pequenos usados no seu fabrico e fornecidos por uma fábrica cujos produtos tinham sido vendidos três meses atrás. O encerramento da secção dos torpedos provocaria o desemprego de 400 operários.

«Arranjar-vos-ei os tubos» disse Petrovsky e dirigiu-se directamente à fábrica onde eles eram fabricados e onde em vez de falar com o director, procurou o dirigente da comissão interna. «Camarada, disse-lhe, se dentro de dois dias não tivermos estes tubos a nossa produção de torpedos parará e 400 operários ficarão sem trabalho».

O chefe da comissão procurou nos seus livros e descobriu que alguns milhares de tubos tinham sido reservados por três estabelecimentos privados vizinhos. Dirigiu-se lá com Petrovsky e entrou em contacto com os dirigentes das comissões internas. Constatou-se que nas duas fábricas os tubos não eram imediatamente necessários; no dia seguinte a fábrica Obucov tinha à sua disposição o material necessário e a oficina de torpedos não foi encerrada.

Havia em Novgorod uma fábrica de tecidos. Quando começou a Revolução o patrão declarou: «A situação é confusa; enquanto durar a Revolução não podemos tirar nenhum lucro. Vamos pois suspender o trabalho até que as coisas se tornem mais claras». Assim se fez e o pessoal dos escritórios, assim como os químicos, engenheiros e directores tomaram o comboio para Petrogrado. Mas no dia seguinte a fábrica foi reaberta pelos trabalhadores.

Estes trabalhadores eram talvez um pouco mais ignorantes do que a maior parte dos outros trabalhadores, não conheciam os processos técnicos da produção, da direcção e de venda. Eles nomearam uma comissão interna e, tendo descoberto uma reserva escondida de combustível e de matérias primas, começaram a produzir tecidos de algodão.

Não sabendo muito bem o que fazer dos tecidos já fabricados, começaram por eles e as suas famílias, se servirem abundantemente deles; depois, como alguns dos seus teares necessitavam de reparações, enviaram uma delegação a uma oficina da vizinhança dizendo que estavam dispostos a dar tecidos em troca de auxílio técnico necessário. Depois disto fizeram um contracto com a cooperativa local, fornecendo-lhe os seus tecidos de algodão em troca de produtos alimentares, e foram ao ponto de trocar tecidos de algodão por combustível das minas de carvão de Karkof. Obtiveram meios de transporte da Federação dos Caminhos de Ferro. Acabaram por saturar o mercado local de tecidos de algodão,

mas encontraram-se perante uma exigência que não podiam satisfazer com os seus produtos: a renda. Isto acontecia no tempo do Governo Provisório quando ainda existiam proprietários de terras. A renda devia ser paga em géneros. Então carregaram todo um comboio com as suas mercadorias e enviaram-no para Moscovo sob a guarda de um membro da comissão.

Este deixou o comboio na estação e foi através da cidade. Entrou na loja de um alfaiate a quem perguntou se precisava de tecidos de algodão. «Que quantidade tens?» perguntou este.

— Um comboio cheio.

— A que preço?

— Eu não sei! Quanto é que paga habitualmente?

O alfaiate deu-lhe uma soma ínfima e o membro da comissão que nunca tinha visto tanto dinheiro junto, regressou a Novgorod todo contente.

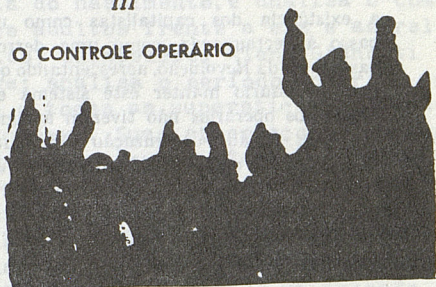
Mas o problema de renda também tinha sido resolvido pela comissão interna que tinha regulado a produção de forma a que da venda resultassem excedentes que permitissem que a renda de todos os operários fosse paga.

Foi desta maneira que, em toda a Rússia, os operários adquiriram os conhecimentos necessários dos princípios fundamentais da produção industrial e também de distribuição; foi assim que aquando da Revolução de Novembro puderam ocupar o seu lugar na engrenagem do controle operário.

Em Junho de 1917 realizou-se o primeiro Congresso dos delegados das comissões internas mas, nessa altura, estas não existiam senão à volta de Petrogrado. Todavia este foi um Congresso importante. Eram delegados os que, hoje, constituem as grandes massas populares: na sua maior parte bolcheviques, assim como diversos sindicalistas e anarquistas. O acento principal das discussões foi colocado no protesto contra a táctica empregada pelas federações. No plano político, os bolcheviques iam repetindo que nenhum socialista deveria participar com a *burguesia* num governo de coligação. O Congresso dos delegados das comissões internas adoptou a mesma atitude no que respeita à industria. Por outras palavras, a classe dos capitalistas e a dos trabalhadores não tinham nenhum interesse em comum; nenhum operário consciente podia ser membro dum comité de arbitragem ou de conciliação, excepto para informar os industriais das reivindicações operárias. Nenhum acordo entre capitalistas e operários; a produção industrial devia ser completamente controlada pelos trabalhadores.

Anteriormente, as federações de profissões tinham combatido duramente as comissões internas. Mas como estas estavam aptas a implantar-se no seio da direcção de fábricas consolidaram e estenderam facilmente o seu poder. Numerosos operários não sentiam necessidade de entrar para uma federação, mas todos sentiam necessidade de participar na eleição da comissão interna que tinha o controle imediato do trabalho. Por outro lado as comissões reconheciam a importância das federações; nenhum novo operário era admitido se não possuísse o cartão das organizações sindicais. A aplicação local dos regulamentos das diversas federações cabia às comissões internas. Hoje as organizações profissionais e as comissões internas trabalham em perfeita harmonia, cada uma com as suas respectivas funções.

III O CONTROLE OPERÁRIO



No sector industrial a propriedade privada ainda não foi abolida na Rússia. Os proprietários de numerosas fábricas conservam os seus títulos de propriedade e têm mesmo direito a um pequeno juro do capital investido, mas tudo isto com a condição de contribuir para o bom andamento e para o desenvolvimento da empresa. Foram porém afastados da direcção e se tentam despedir operários ou impedir o trabalho são imediatamente expropriados. Em todas as empresas públicas ou privadas as condições de trabalho são as mesmas, assim como os horários e os salários.

A razão desta sobrevivência de um regime semi-capitalista num país proletário é que a Rússia, país economicamente atrasado e rodeado de Estados capitalistas bem organizados, necessita de imediato de uma produção industrial desenvolvida para poder resistir à pressão da industria estrangeira.

O órgão por meio do qual o Estado exerce o seu controle sobre a industria, como também sobre o trabalho da produção, chama-se o Conselho do Controle dos Trabalhadores.

Este órgão central com sede na capital compõe-se de delegados eleitos pelos conselhos locais do controle operário, que, por sua vez são constituídos por membros das comissões internas, sindicatos profissionais, engenheiros, técnicos e peritos. Uma comissão executiva central trata dos assuntos de cada Estado da União Soviética. A comissão é composta por simples trabalhadores, na maior parte operários de outros Estados, de forma a que nenhum interesse particular possa influenciar a sua conduta.

Os conselhos locais entregam ao Congresso Pan-russo os casos de confiscação de empresas, informam-no da quantidade de combustível, de matérias primas, de meios de transporte e de mão-de-obra de que necessita o seu sector e servem de guia aos operários na aprendizagem da gestão das diferentes indústrias. É ao Conselho Pan-russo que compete proceder à confiscação das empresas industriais e à distribuição equilibrada dos recursos económicos das diferentes localidades.

Do Conselho do Controle operário depende a chamada Câmara dos Seguros. Os operários estão segurados contra o desemprego, as doenças, a velhice e a morte. Os prémios do seguro são pagos pelos proprietários tanto nas empresas privadas como públicas; a soma a que o operário tem direito é sempre igual no montante completo do seu salário.

No Estado Socialista mantém-se o sistema de salaríato. É um ajustamento necessário ao mundo capitalista mas, ao mesmo tempo, entra em acção o mecanismo que conduz à sua abolição; este, tal como todo o sistema, funciona sob o controle dos proprios operários.

Lenine disse claramente que considera

a existência dos capitalistas como um passo à rectaguarda, como uma derrota passageira da Revolução, acrescentando que será necessário manter este sistema enquanto os operários não tiverem atingido um grau de auto-organização e de auto-disciplina tal que lhes permita entrar em competição com a indústria capitalista.

CONSELHO SUPREMO DA ECONOMIA PÚBLICA

A República russa dos Sovietes, como o próprio Lenine claramente mostrou, não tende para nenhuma espécie de governo político, mas para uma verdadeira democracia industrial. Lenine foi ao ponto de prever uma eventual transformação dos Sovietes em órgãos económicos de carácter puramente administrativo.

O protótipo deste futuro parlamento económico já existe na Rússia. Chama-se Conselho Supremo da Economia Pública e é formado por delegados das principais Comissões para a Terra e do Conselho do Controle operário. É a este Conselho que cabe a tarefa de regularizar a vida económica do país, dirigir e controlar o andamento da produção, administrar os recursos naturais pertencentes ao governo, fiscalizar as importações e as exportações. Tem poder para criar novas indústrias, empreender a construção de novas vias férreas e estradas, explorar novas minas, construir novas fábricas e explorar recursos hidráulicos.

A comissão executiva do Conselho é composta por cinquenta membros, cada um deles ocupando-se de um dos cinquenta ramos da vida económica do país, como por exemplo os caminhos de ferro, a agricultura, etc. Estes membros são eleitos da seguinte maneira: as diversas organizações profissionais — como o Instituto dos Engenheiros de Minas etc. — indicam quais são os seus melhores homens e os delegados das comissões agrárias e os órgãos do control operário escolhem entre eles os candidatos.

Os cinquenta membros do Conselho Supremo dirigem cada um um departamento e são ajudados pelas comissões técnicas especializadas em cada um dos diferentes sectores. Encontram-se reunidos representantes dos Sovietes, do Commissariado para o Trabalho, do Commissariado para o Comércio, para a Indústria e para as Finanças, representantes das comissões internas, dos Sovietes de camponeses, das cooperativas, etc.

Os projectos são apresentados neste departamento. Suponhamos que se trata do projecto de um caminho de ferro de Moscovo a Novgorod. Apresenta-se o plano ao comissário que trata dos caminhos de ferro; se este o rejeita, o projecto passa por um departamento de apelação; se este o aceita dirige-se às suas comissões técnicas e encarrega-as de se ocuparem dos problemas da sua competência. Outras comissões, juntamente com os representantes das organizações dos operários metalúrgicos, estabelecem o orçamento. Põe-se então a questão aos delegados das organizações locais operárias e camponesas: «É necessário o caminho de ferro?; Qual será o tráfico de passageiros, de combustível, de matérias primas, de produtos manufacturados e de máquinas agrícolas?»

Por outras palavras, no sector económico só se inicia um novo empreendimento se o povo provar a sua necessidade; tenta-

se em primeiro lugar, satisfazer as necessidades mais urgentes.

Desde Dezembro de 1917, apesar da Rússia estar em mil pedaços e em guerra contra todos os países do mundo, foram apresentados grandes projectos e procedeu-se à sua execução. Um dos problemas, por exemplo, era construir uma rede de caminhos de ferro para servir as trezentas minas dos Urais e de utilizar os grandes rios da Rússia Setentrional para alimentar de energia, luz e calor uma vasta extensão do país.

AS COOPERATIVAS DA RÚSSIA

Se não tivessem já existido organizações democráticas antes da Revolução não há dúvida que a Revolução Russa teria fracassado. A rede comercial normal de distribuição teria sido completamente desmantelada. Foi apenas graças às cooperativas de consumo que foi possível alimentar o povo! O sistema criado foi adoptado mais tarde pelas municipalidades e também pelo governo.

Antes da Revolução as sociedades cooperativas tinham mais de doze milhões de membros. A associação é, para os russos, uma coisa natural, pois é uma reminiscência da vida comunitária que existiu nos campos durante longos séculos.

Nas fábricas Poutilov onde trabalhavam mais de catorze mil operários a cooperativa abastecida de viveres, alojamento e também de roupas mais de cem mil pessoas.

Todos aqueles que pensam que na Rússia não poderia existir nenhum governo devido à ausência de uma força central, esqueceu esta tendência cooperativista dos russos; vêem a Rússia actual como uma espécie de comissão servil estacionada em Moscovo, dirigida de forma tirânica por Lenine e Trotsky e defendida por guardas vermelhos mercenários.

Qual é a verdade? É precisamente o contrário. A organização que descrevi existe em quase todas as comunidades. Se uma parte considerável da Rússia estivesse realmente contra o governo dos Sovietes, os Sovietes não existiriam nem mais uma hora.

Os que criticam o regime soviético estão preparados, sobretudo agora, para se insurgirem contra um artigo de Lenine que apareceu na «Pravda» de Abril e que agora é reproduzido na brochura «Os Sovietes no trabalho». O grande homem de Estado proletário diz, neste artigo, aos operários que devem deixar de tagarelar, de fazer greves, de roubar e convida-os a man-

terem uma disciplina e a aumentar a produção.

Ele gaba o sistema Taylor de organização científica do trabalho, explica a falta de experiência e instrução das massas russas, analisa as causas do caos existente na indústria e na agricultura.

O proletariado vitorioso na luta contra a burguesia deve concentrar agora toda a sua atenção no problema da organização da Rússia; se ele não o conseguir resolver a Revolução está destinada a morrer.

«De que se trata exactamente?» vociferaram os críticos — e entre eles estão socialistas. «De que se trata senão do retorno a uma nova tirania exercida sobre as massas por novos patrões. E vejam, o próprio Lenine admite que os russos se mostram incapazes de organizar o Estado utópico que só existia na sua imaginação e nos seus sonhos...»

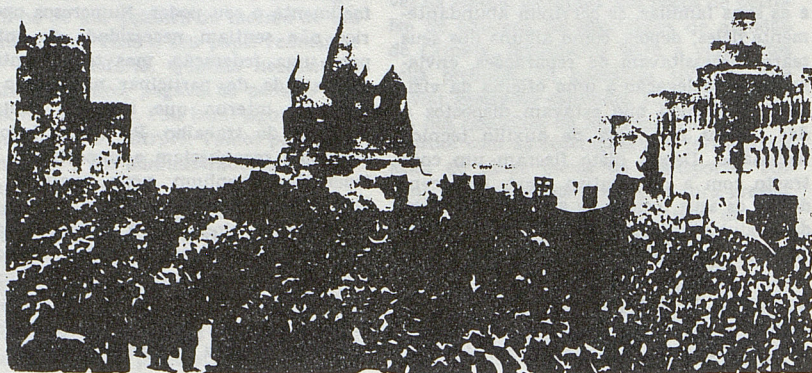
Não é nada disto. O Estado socialista não deve ser um retorno à simplicidade primitiva mas, pelo contrário, um sistema social dotado de uma eficácia superior à do Estado capitalista. No caso especial da União Soviética, os trabalhadores têm o dever de adquirir de imediato a capacidade para se oporem ao capital estrangeiro e, ao mesmo tempo, prover às necessidades da Rússia. E o que é válido para a Rússia é-o também para os operários de todo o mundo. Mas em nenhum outro país os dirigentes têm a percepção lúcida de um Lenine; em nenhum outro país estão tão unidos e tão conscientes. Na Rússia existem grupos de empresas industriais, como as minas nos Urais e como as fábricas de Vladivostoque, nas quais o controle dos trabalhadores se mostrou superior à direcção do proprietário capitalista. E não esqueçamos que a empresa industrial pertence aos trabalhadores e é gerida no interesse dos trabalhadores.

Em Junho de 1918 Lenine dizia a um americano que o povo russo ainda não era revolucionário: «Se em três meses as massas não se tornarem revolucionárias, a Revolução morrerá».

Compreendemos agora o que ele queria dizer. A palavra «revolucionário» não indica apenas uma mentalidade desejosa de revolta. Que seja destruído o que deve ser destruído, mas o mundo novo deve ser reconstruído com um esforço incessante de trabalho.

Para bem de todo o mundo, nós esperamos que a grande Rússia progredirá e vá para a frente. Nos nossos ouvidos ressoa a marcha inexorável dos batalhões de ferro do proletariado.

John Reed





DU CÔTÉ DE PETITE FILLE

de: Elena Gianini Belotti
- Editions des Femmes -

- Capítulo 1 : A espera da criança
" 2 : A 1ª infância
" 3 : Jogos, brinquedos e literatura infantil
" 4 : As instituições escolares: as escolas maternal, primária e secundária

Preço : 20 F

"Alessia tem apenas treze meses. Ela é combativa, enérgica, disposta, ela sabe o que quer e o quer imediatamente. Ela é cabeçuda, tenaz, paciente orgulhosa e digna. Ela tem raras fraquezas, ela reclama sua autonomia; se lhe fosse aberta a porta ela iria à aventura sem hesitar, com a condição de poder buscar, uma vez ou outra, o reconforto à sua fadiga em braços afetuosos.

Que operação massiva de repressão será necessária para que tal indivíduo, desbordante de vitalidade, de energia e de amor pela vida se transforme em uma "mulherzinha" fechada entre 4 muros opressores de seu pequeno interior, pronta a consagrar sua energia desbordante à miséria obsessiva das tarefas domésticas?"

Não é novidade dizer que a discussão sobre a liberação da mulher está na ordem do dia. A cada momento surge um novo livro, uma nova tendência, uma nova avaliação do problema.

Em meio às dezenas de edições, surgiu .. "Du côté des Petites Filles", com seu ar aparentemente despretencioso, com sua capa colorida das 3 meninhas cor-de-rosa.

Considero que este livro "ingênuo" tenha sido uma das maiores contribuições à luta contra nossa opressão. Sua simplicidade e objetividade permite que ele seja acessível à grande maioria das mulheres, servindo inclusive como detonador de um processo de tomada de consciência.

O livro parte da observação direta da

criança depois do nascimento, e analisa o comportamento dos adultos frente a ela e as relações (adulto) estabelece. Elena Gianotti vai mais longe: analisa o período anterior à vinda do bebê e todas as superstições para adivinhar o seu sexo. Suas observações diretas como psicóloga e diretora do Centro Nascita Montessori, em Roma, lançam luz sobre o período mais obscuro de nossas vidas: a 1ª infância. Toda mulher pode falar de seu passado de opressão, e inevitavelmente começará da 2ª infância, da puberdade ou mesmo de um passado mais recente. Mas existe um passado do qual sabemos muito pouco ou nada. E este é a 1ª infância, onde se gestam e frutificam todos os condicionamentos educacionais que vão criar o tipo de indivíduo que a sociedade capitalista necessita. É aí, que a família e a escola maternal serão os instrumentos para conservar e transmitir seus valores de propriedade, sexo, classe. É na imitação dos pais e no assumir o papel que estes jogam na família é que se "forma" o sexo da criança.

Aos 4 anos de idade, o sexo ao qual você deve pertencer já está definido. A diferenciação não se dá no que existe de biológico e natural, mas sim em cima dos valores sociais exigidos pela sociedade de classes.

E neste período da 1ª infância não existe luta consciente contra a opressão. A nossa individualidade são agregadas coisas que não nos pertencem. Outros (pais e educadores) nos forjam os valores que interessam à sociedade perpetuar.

E nós, mulheres, vítimas dessa educação desigual, passamos a ser inconscientemente instrumentos de perpetuação dessa mesma educação desigual. Elena nos vai apontar os pequenos gestos cotidianos que passam despercebidos no processo educacional, seja familiar ou escolar.

O processo de castração da criatividade e energia da menina se inicia desde o nascimento e segue no seu processo de violentação através da "escolha" (pelos pais, é óbvio) dos jogos e brinquedos.

Eu sou menina. Eu sou menino. Eu ajudo à mamãe. Eu brinco na rua.

"Aos 4 anos de idade a menina já se estia frente ao espelho".

Que educação é essa? A que serve esse processo massivo de repressão das meninas? Porque hoje nos custa tanto lutar pelo nosso direito a viver e a dialogar de igual para igual?

Creio que hoje ao tomarmos consciência de nossa opressão e nos lançarmos na luta para recuperar a vida que perdemos, nos sentimos em desigualdade de condições. Fomos educadas para não lutar, para servir e aceitar tudo passivamente. E o grande mérito do livro é mostrar, através de relatos simples, de diálogos mãe-filha, como se forja esta "docilidade feminina" até então tida como natural.

Eu sou menina. Brinco de boneca, logo aprendo a ser mãe.

Eu sou menina. Brinco de comidinha, logo aprendo a ser dona de casa.

Eu sou menina. Sento-me com modos e não sujo meu vestido. Quando crescer serei uma moça bem comportada, vaidosa, virgem e fiel.

Que mulheres surgirão das meninas que puderem rolar no barro, subir no muro e olhar a vida que passa lá, do outro lado?

GOTA D'ÁGUA

- "GOTA D'ÁGUA"-: Peça Teatral de Chico Buarque e Paulo Pontes, editada pela Civilização Brasileira em 1975.

("Meu coração/é um pote cheio d'água/ qualquer desatenção/pode ser a gota d'água")

Jasão, o sambista da parada de sucessos, abandona sua Média, Joana no caso, e se casa com a filha de Creonte, que na tragédia clássica grega de Eurípedes, é o rei de Corinto, e nesta tragédia carioca e brasileira, o dono de uma rede de comércio e conjuntos habitacionais de um subúrbio no Rio.

"Gôta d'Água" foi o samba de arromba que lança Jasão na trama do arrivismo. Cada vez mais prêso aos desejos de seu futuro sogro, cada vez mais afastando-se dos velhos amigos de rua, pressionando Joana, que de via 6 meses de aluguel, propriedade de Creonte, para que saísse de lá.

Joana, no auge do desespero, mata os dois filhos que tivera com Jasão e suicida-se logo após.

Os autores, baseando-se num paralelismo com a clássica "Média", chamam a atenção de alguns problemas cruciais da exploração e da miséria no Brasil.

Os textos, todos em versos, são de um lirismo que queima. Na introdução, os autores reconhecem que o afastamento de muitos artistas de uma dimensão operária e social não podia ser explicada unicamente pela repressão e pela censura direta. Mas também, por uma perda do sentido de uma realidade que modificou-se rapidamente nos últimos anos, degradando incrivelmente todos os aspectos da vida cotidiana popular.

Os autores tocam no problema da integração de uma parte da pequena burguesia e da intelectualidade brasileira ao projeto ditatorial. Na introdução como na peça, eles realçam a importância deste fato para entender o movimento pendular das classes médias.

Nós achamos que os autores "forçam a barra", enfatizam que são os mais capazes

que se integram-entregam, enquanto que o povo ficaria só com o bagaço. O problema da capacidade e da ignorância de cada um nesta sociedade super-especializada tem como centro o problema de classe: Capacidade ou ignorância para quem e para quem? Afinal de contas, quem é o "mais capaz"? O camponês vietnamita, apenas alfabetizado mas que entende que a terra tem de ser de todos, ou o piloto yanque universitário, que é um "bamba" na eletrônica, física, matemática, etc., mas que ignora sua responsabilidade social de terminar com a lógica irracional do lucro? Simonal ou Chico Buarque?

Os autores reivindicam toda uma tradição de clareza lógica, que tinha sido deixada de lado por muitos artistas durante estes últimos anos, onde a perplexidade e a surpresa na mudança de mentalidade, hábitos e costumes dos marginais assalariados brasileiros trouxeram à ordem do dia as "ondas sensitivas ultra-loucas", como um remédio para muitos males, quase que afogando por completo com milhões de "já era, ô bi-cho!", as vozes que tratavam de transformar a realidade, entendendo esta nova luta.

A importância da linguagem e da comunicação de diálogos em versos entre os vários elementos desta ciranda trágica vem daí. Trata-se de uma forma feliz para um conteúdo que quer fazer saltar aos olhos de todos a dinâmica de um capitalismo desvairado.

O problema de como a burguesia golpeia e quando ela o faz, é bem figurado na peça. Creonte aprende com Jasão, que em certas ocasiões mais vale ceder um pouco, que comprar briga inútil.

A peça vai se desenrolando, e vão vindo à tona entre outros o problema dos transportes, do quebra-quebra dos trens e de estações, do dinheiro que não pode se esticar mais, de toda uma massa desesperada disposta a fazer qualquer coisa por um pouco de dinheiro, do sonho da casa própria que fica cada vez mais longe a cada mensalidade que passa...

Reconhecendo que não existe uma arte desligada da realidade, os autores na prática mostram que não adianta querer ser neutro socialmente, em nome da sensibilidade artística. O que termina acontecendo é que a castração política mutila e embota a sensibilidade artística.

Enfim, uma peça muito suada e bonita que vem à luz justamente agora quando os pequenos protestos se acumulam, pedindo passagem, gota a gota, gota a gota ...

<p>TAC - TAC - TAC - TAC - TK</p> 	<p>SUACALEF - CHACALEF - TROM CHACALEF</p> 
<p>CAMPANHA AA !!</p> 	<p>ASSINE CADERNOS DE CAMPANHA 6 NUMEROS 25 FRANÇOS (FRANÇA)</p>

«Projeto de tática»: A POLÍTICA PARA O MOVIMENTO OPERÁRIO

Este documento é parte de um "Projeto sobre tática" em discussão, no interior do país, junto a setores de vanguarda da classe operária e do movimento estudantil.

A nossa prática política, por questão de princípio, está concentrada na penetração no proletariado. Ainda não temos uma ligação política com a classe operária, expressa por bases políticas e áreas de influência na massa. Por outro lado, sabemos que não é possível criar no momento essas bases políticas que significariam a fusão da teoria revolucionária com o movimento vivo. Ainda estamos atrasados na penetração nas atividades das camadas avançadas, ainda estamos fracos e saindo de uma crise que enfraqueceu toda a esquerda, e ainda não estamos em presença de um período de ascenso generalizado das lutas de massa da classe operária. Mas estamos em presença de condições favoráveis para um processo de crescimento das lutas de resistência econômica do proletariado, principalmente em virtude do aumento das tensões e dos conflitos nas fábricas e da reanimação das atividades de setores avançados do movimento de massas. É o processo de crescimento das lutas que poderá romper o ponto fraco da correlação de forças, expresso pelas atuais relações de trabalho, e criar condições para a ampliação das lutas de massas e aprofundamento da luta de classes. Colaboram para este esforço do proletariado, as lutas de setores de pequena burguesia que se voltam contra as restrições de seus direitos políticos impostas pela ditadura, na medida em que atuam para isolar mais a ditadura, para denunciar o seu enfraquecimento e a

umentar a agitação política.

1- Para intervir sobre este fator decisivo da alteração da correlação de forças - o crescimento das lutas de resistência dos trabalhadores - e levando-se em conta as atuais condições favoráveis, temos grandes limitações, como apontamos mais acima. No entanto, nenhuma tática combativa e revolucionária pode se abster de encontrar as tarefas que estejam ao nosso alcance, e que interfiram sobre a marcha da luta de classes no momento atual. As condições atuais estimulam o crescimento das lutas cujo caráter no movimento operário está na resistência econômica. Este fato como também já vimos antes não nos impede de expressar em nossa atividade um programa revolucionário de lutas contra a ditadura. Pelo contrário, a ausência de uma alternativa proletária ao poder, a ausência de uma força política proletária, nos obrigam mais do que nunca a opor um programa revolucionário aos programas burgueses, a unir os setores mais conscientes com base numa alternativa revolucionária à ditadura, que pode hoje ser expressa pelas reivindicações que apontamos anteriormente (1). No entanto, as lutas tendem a crescer, e embora acirrem o conflito com a ditadura e entrem em choque com a intervenção da ditadura, não se dirigem para a luta pelo poder.

2- Como então lutar por uma alternativa proletária à ditadura, como levar à prática um programa de lutas revolucionário e ao mesmo tempo, defender as reivindicações ligadas ao crescimento das lutas de resistência econômica do proletariado?

Na prática este programa se resolve pela concentração de nossas forças e esforços sobre a atividade das camadas mais avançadas, que se reanimam face à atual situação política e às tensões nas bases do movimento. Aí podemos trabalhar com base numa unidade mais ampla, baseadas em plataformas que expressem as necessidades imediatas da luta de resistência econômica. E no interior dessa unidade, disputar a influência política, opor às alternativas burguesas as alternativas proletárias ao poder político. Essa tática de acumulação de forças voltada para a luta contra a ditadura tem como objetivo geral influir sobre a tendência ao crescimento das lutas, e consequentemente para a quebra do elo fraco da atual correlação de forças, tem como objetivos disputar a influência política, avançar a consciência política dos que despertam para a luta e criar nas camadas avançadas áreas de influência das alternativas proletárias.

De que maneira podemos concentrar nossas forças no movimento operário, e dentro dele nas atividades das camadas mais avançadas de modo a desenvolver a acumulação de forças para atingir esse objetivo geral? Qual é a nossa tarefa principal?

3- Numa primeira observação, qualquer um vai achar que há uma flagrante contradição entre a prolongada calma existente no meio dos trabalhadores, e os pesados fardos que carregam nas costas. O processo de derrotas da classe operária, representado pela derrota do populismo e do reformismo no plano político, accentuou a sua desorganização e o seu baixo ní-

(1)-Referência a uma parte anterior do documento

- Fim do arrocho salarial
- Congelamento dos preços, elevação geral dos salários e garantia de emprego para todos os trabalhadores da cidade e do campo.
- Direito de Greve
- Liberdade sindical e autonomia do Sindicato
- Liberdade de organização e eleger comissões operárias de fábrica e bairro
- Liberdade de manifestação e organização política aos trabalhadores.
- Liberdade dos prisioneiros políticos
- Destruição da máquina repressiva
- Fim das torturas e à repressão da ditadura.

vel de consciência. Isto é a base não só do fortalecimento da ditadura e da superexploração e tirania, mas também a base do prolongado descontento do movimento operário. Acostumado a uma luta guiada por laços paternalistas, onde os sindicatos dominados por reformistas não se preocupavam em criar um sindicalismo combativo e uma luta ativa, a derrota do populismo e do reformismo não deixou no movimento operário organizações de base com canais de comunicação ativos entre as bases e sindicatos. O processo de intervenções sobre os sindicatos agravou ainda mais estes problemas a tal ponto que, uma vez suspensas as intervenções, os próprios intervenidores ou pelegos que se identificam com eles, passaram a se eleger por maioria de votos entre os associados do sindicato. Por outro lado, os trabalhadores sindicalizados representam uma pequena parcela do conjunto da massa. O sindicato, que apesar de tudo é a única forma de organização existente no meio operário, se esvaziou e se transformou em órgão assistencial, passando a representar mais fielmente a política da ditadura, numa época em que a simples defesa das necessidades econômicas vitais é considerada como prática "subversiva".

Este fato teve diversas implicações. A esquerda passou a considerar o sindicato e a prática sindical como assunto dos reformistas ou pelegos, e passou a atuar para tentar organizar a classe diretamente em órgãos "independentes" dos mais diversos, não considerando nem sequer os frágeis vínculos da esquerda com o interior do movimento e a paralisia do movimento de massas. Hoje, depois de muitas voltas, a esquerda passa a desempenhar algum tipo de atividade que leva em conta o sindicato pelego. Outra implicação foi o aumento das contradições entre os sindicalistas e grupos operários com o sindicato pelego, o que gerou as atividades conhecidas por oposições sindicais. E, finalmente, o processo que acabou por transformar os sindicatos em órgãos assistenciais atua sobre os conflitos de fábrica para conservá-los no isolamento e em aspectos secundários das manifestações da superexploração nas fábricas.

4- O esgotamento das possibilidades individuais usadas pelos operários para contornar os efeitos mais brutais da superexploração(2), e o aumento de todo o tipo de irregularidade e arbitrariedade nas fábricas, levam os trabalhadores a recorrerem com maior frequência a formas de lutas no interior das fábricas, que expressam o aumento do seu descontentamento. Contudo, o crescimento do número de lutas localizadas, efetivadas quase sempre contra o desejo dos dirigentes dos sindicatos, ainda não conseguiu trazer à tona aspirações mais gerais, como aumentos de salários, e também ainda não consegue deixar um saldo organizativo capaz de manter o espírito de luta e um canal para expressão de descontentamentos. O maior impedimento para isto está na própria atividade sindical pelega, burocrática e desmoralizadora. A mediação do sindicato se dá para contornar o conflito ou para canalizá-lo para o seu serviço de assistência jurídica.

Os grupos de oposição sindical, por sua vez, ainda vacilam entre uma atividade sindical combativa e o sindicalismo pelego. Tendem a permanecer em grupos afastados do movimento, atuando de forma mais ativa praticamente nos momentos de campanha salarial e/ou eleições sindicais. Não procuram dinamizar de maneira organizada as atividades sindicais nas bases, aproveitando os conflitos e as lutas localizadas, e nem mesmo disputam áreas de influência dos pelegos, a chamada massa de manobra dos "pelegos assistencialistas". O exemplo disto é a Oposição de São Paulo, que já existe há bastante tempo, consegue expressar as reivindicações mais importantes dos operários e não consegue criar

maiores laços com as bases, nem influir sobre as áreas ligadas aos pelegos aumentando sua representatividade.

5- No entanto, o aumento das tensões nas fábricas não só faz surgir operários mais dispostos e interessados nos problemas de sua classe, como cobra uma atividade mais intensa dos setores mais avançados. Face à situação política geral, já se observa uma maior atividade entre os sindicalistas, as oposições, operários independentes e operários ligados à esquerda. Essa maior atividade se dá até mesmo entre os pelegos que não deixam de expressar as contradições do momento, a reanimação das atividades das camadas mais avançadas e as tensões nas fábricas quando, por exemplo, são obrigados a se declarar a favor das reivindicações operárias, do direito de greve, até mesmo da necessidade de uma maior participação nos sindicatos, e do sindicato não se reduzir a um órgão assistencial. Ao contrário dos setores mais avançados dos operários que desempenham alguma atividade acima do conjunto da massa, não corrompidos com a burocracia sindical, os pelegos buscam fazer de certa forma o jogo da "distensão" da ditadura, buscam se colocar ao lado das aspirações dos trabalhadores para controlar a atividade sindical e manter o sindicalismo burocratizado e submetido às regras da ditadura.

As condições atuais geram então maiores conflitos nas fábricas, e maiores contradições entre os setores avançados, e que despertam nas lutas localizadas e o sindicalismo burocratizado e apático. Estes conflitos se expressam agora por lutas localizadas e pela tendência a uma maior unidade entre os setores mais avançados, ao nível das contradições com o sindicato pelego. As condições objetivas, favorecendo o crescimento das lutas de resistência econômica e favorecendo uma maior atividade das camadas avançadas, acentuam as contradições entre as lutas localizadas e a inexistência de um sindicalismo atuante. Acentuam também as contradições dos sindicalistas, grupos operários e operários que despontam nos conflitos de fábrica com o sindicato pelego. Essas contradições agem, para que haja uma maior intervenção dos setores avançados nas lutas de fábricas. E, consequentemente, forçam uma maior unidade entre a camada avançada, pressionando esta unidade para o lado de um sindicalismo mais atuante. E essa tendência, estimulada pelas condições políticas e econômicas atuais, que poderá vir a contribuir de forma decisiva para o crescimento das lutas de resistência econômica dos trabalhadores, para que estas lutas possam ultrapassar sua situação de dispersão e fraqueza.

6- Em nosso processo de aproximação e de prática junto aos sindicalistas, aos grupos operários e aos operários que despertam nos conflitos de fábricas, temos, como dissemos antes como objetivo geral, influir sobre a tendência ao crescimento das lutas de resistência e contribuir para o surgimento de uma alternativa proletária à ditadura ao nível das camadas avançadas do movimento. Na prática esse nosso objetivo geral poderá ser expresso por um fortalecimento da unidade sindical em oposição ao sindicato pelego e pela formação e organização na atividade de oposição sindical de setores mais combativos e conscientes.

O fortalecimento da unidade sindical em oposição ao sindicalismo pelego, exige de nós um esforço para aumentar o nosso peso nas oposições atuais, ou nas que podem se formar. Este maior peso visa influir para que um nível baixo de unidade e compromisso que diversas forças podem assumir para responder aos problemas práticos nos sindicatos e principalmente nas fábricas; possa se desenvolver no sentido do fortalecimento dos laços com as bases do movimento, e da defesa de um programa de unidade sindical que expresse as necessidades mais imediatas dos trabalhadores. Por sua vez, o fortalecimento da unidade sindical em oposição ao sindicalismo pelego visa criar melhores condições para o cres-

2. Saídas individuais como horas extras ou o trabalho de outro membro da família, possíveis quando do "Boom"

cimento das lutas operárias.

Para que possamos ter um maior peso nas posições sindicais, é necessário que busquemos formar e organizar nos locais de nossa atuação, setores mais conscientes e combativos de oposição sindical que expressem a influência criada por nosso trabalho, principalmente nas fábricas. Por outro lado, esses setores de oposição ao expressarem na própria atividade sindical a influência política de posições combativas o proletárias, se transformam em fator de ampliação do número de operários dispostos a se organizarem sob um trabalho de propaganda e formação partidários.

7- Em virtude de nossas forças atuais e desses objetivos que buscamos alcançar, qual é a tarefa principal que esteja ao nosso alcance desde já, e que permita lutar, atingir esses objetivos? Naturalmente que a tarefa que agora melhor pode nos ajudar para aumentar o nosso peso nas oposições, e para contribuir para o desenvolvimento de um sindicalismo combativo, para formar e organizar setores mais combativos da oposição onde possamos ter influência política, para aproximar mais operários de nossa propaganda, esta tarefa é a intensificação e fortalecimento de nosso trabalho de oposição sindical.

Concentrar nossos esforços no fortalecimento de nosso trabalho sindical de oposição é a maneira revolucionária de lutar por uma alternativa à ditadura, e para fortalecer as possibilidades da alteração da correlação de forças. É a maneira revolucionária de responder às necessidades atuais do movimento operário, e às fraquezas em que ainda nos encontramos. É a maneira revolucionária de se opor às alternativas burguesas e pequeno-burguesas e ao doutrinismo e democratismo.

OPOSIÇÃO SINDICAL E TRABALHO SINDICAL COMBATIVO

Estando ao alcance de nossas forças, o trabalho de oposição sindical combativo é nas circunstâncias atuais, a tarefa capaz de nos ajudar na penetração de alternativas revolucionárias nos setores avançados do movimento operário, e capaz de ajudar estes setores avançados a melhorar as condições para o crescimento das lutas de resistência econômica dos trabalhadores. O fortalecimento e intensificação de nosso trabalho sindical, levando em conta as condições atuais, visa então a elevar à prática a acumulação de forças que se concentra so-

bre os setores avançados do movimento operário e se dirige para a luta contra a ditadura. E cujo objetivo mais geral, é representado em termos práticos pela luta pelo fortalecimento da unidade sindical em oposição ao sindicalismo pelego, e pela formação e organização na atividade de oposição sindical de setores de operários mais combativos e conscientes.

1- Ainda se encontra presente nas oposições sindicais já existentes ou nas atividades quase isoladas de sindicalistas e de operários que assumem alguma liderança em lutas localizadas, um nível baixo de unidade em relação à luta contra o sindicato pelego, e à luta por um sindicalismo combativo. Este baixo nível se manifesta tanto na desorganização, no desinteresse por formas de organização mais sólidas, no desinteresse pela intervenção no trabalho de organização nas fábricas, como pelas vacilações frente ao sindicato pelego. Pelas atitudes de voltar a oposição praticamente para o trabalho dentro do sindicato, e somente nos momentos de eleições ou campanha salarial. Essa unidade inicial representa o descontentamento frente às diretorias pelegas por parte dos sindicalistas, grupos operários e lideranças que surgem das lutas localizadas. Independentemente das vacilações, das influências populistas, etc., que possam existir, essa unidade inicial é o ponto

de partida para qualquer prática de ligação com essa camada.

Ainda que nosso peso nas atividades de oposição e junto a grupos de oposição seja pequeno e que por isto não consigamos de imediato influir para a elevação da unidade sindical de oposição, e para que a sua prática se torne menos vacilante e mais combativa, ainda assim é necessário buscar acordos parciais dentro das oposições. Acordos que visam fortalecer o lado antipelego e o lado do trabalho de base. Mesmo que estes acordos estejam bem aquém do que deveriam ser segundo o nosso desejo a oposição combativa, ao elevar e não rebaixar a unidade inicial o frágil das oposições, eles representam avanços bem maiores do que uma prática simplesmente ideológica dentro dessas oposições ou de um isolamento nosso para fazermos sozinhos a oposição combativa. Onde existam grupos de oposição e sindicalistas dispersos, descontentes com o sindicato, entre os quais o nosso peso ainda é pequeno, devemos nos esforçar para trabalhar juntos, para unir, mesmo que ainda seja frágil a unidade, sejam grandes as vacilações, sejam grandes as influências dos anos de descenso, de desmoronamento e grandes as resistências frente à esquerda revolucionária.

2- São dois os pontos básicos que devem servir de referência para a nossa atividade junto aos grupos e operários que realizam alguma atividade de oposição. Lutar nestas atividades para fortalecer um programa mínimo de unidade sindical e para fortalecer os laços destas atividades com os conflitos nas fábricas. Os acordos que realizamos junto a esses grupos e operários, que ainda estejam aquém de uma prática combativa de oposição, deve, no entanto, representar um passo à frente em direção ao fortalecimento de um programa sindical de oposição, e dos laços com os conflitos de fábricas, e não devem impedir a nossa atuação independente.

A luta por um programa mínimo de unidade sindical visa então, a elevar o nível de unidade das oposições, e, por outro lado, visa a ampliar a atividade de oposição sindical pela utilização das formas legais de luta. Esse programa deve conter as reivindicações mais urgentes dos trabalhadores e as necessidades de um sindicalismo voltado para as lutas e interesses dos trabalhadores. E pode ser representado pela seguinte plataforma de lutas sindicais:

- Aumentos salariais acima da elevação do custo de vida;
- Fim do arrocho salarial;
- Estabilidade no emprego;
- Maior segurança e melhores condições de trabalho;
- Direito a greve;
- Liberdade de organização sindical nas fábricas;
- Autonomia sindical;
- Cumprimento das decisões tiradas nas reuniões sindicais e assembleias;
- Imprensa sindical livre.

3- Por outro lado, qualquer trabalho sindical mais combativo que visa contribuir para o crescimento das lutas e para o fortalecimento de formas de organização operárias, terá que ter a fábrica como base e ponto de partida para o seu fortalecimento. Também porque, é o trabalho de base juntamente com o trabalho de organização legal capaz de conservar os vínculos com a base, que podem garantir a continuidade da atividade de oposição face a ataques da repressão sobre as organizações abertas ou as possíveis intervenções no sindicato. Entretanto uma maior utilização das formas legais e dos sindicatos enquanto isto for possível, só pode contribuir pa-

ra o fortalecimento das oposições e de seus laços com os conflitos de fábricas. Por isso é importante combinar o trabalho voltado para o sindicato e o trabalho de base, o trabalho legal e o trabalho ilegal. O trabalho legal de oposição

se fortalece dentro do sindicato, na medida em que o trabalho de oposição nas fábricas e nos seus conflitos cresce. Nas fábricas a atuação nos diversos conflitos que surgem e a organização de comissões e delegações sindicais criam condições para dinamizar os canais burocratizados do sindicato. Cria condições para levar nas reuniões do sindicato quantidade maior de forças de oposição para discutir as reivindicações de fábrica, e para pressionar os pelegos.

Essa atividade que usa os canais legais do sindicato pelo que amplia o raio de ação das oposições, melhora as condições de luta nas fábricas e atua sobre os sindicalistas que ainda não se corromperam com a burocracia, mas que fazem o jogo dos pelegos nas assembleias e reuniões do sindicato. Por outro lado, essa atividade mais ampla nos sindicatos e nas fábricas, usando as formas legais de luta e organização, deve se apoiar e fortalecer a organização da oposição de maneira independente em relação ao sindicato pelego. Tanto ao nível de categoria ou de sindicato, quanto ao nível de fábrica, as oposições devem ter formas de organização que as resguardem de possíveis ataques da repressão no sindicato, ou de intervenções nas diretorias que dificultam o uso dos canais legais para intensificar a atividade de oposição.

4- Devemos lutar para que a unidade do conjunto da atividade dos grupos, de sindicalistas e de lideranças forjadas nas lutas localizadas, se eleve e se expresse na prática sindical por um programa de unidade sindical, que contenha as necessidades mais urgentes da massa trabalhadora e as necessidades de um sindicalismo combativo. Devemos lutar para que as oposições se organizem de forma independente do sindicato pelego. Ao nível do sindicato, por grupos clandestinos que se disponham a assumir num processo a coordenação das atividades de oposição, grupos que expressem o conjunto de forças e lideranças ligadas à oposição. Ao nível de base, pela organização de áreas de influência em grupos de oposição de base, a se organizarem por fábricas ou por áreas. Devemos lutar para que as oposições atuem o mais amplamente possível utilizando os canais legais. Organizando delegações sindicais ou comissões de fábricas ou penetrando nas já existentes. Levando para os sindicatos as reivindicações de fábrica e o maior número de forças de oposição. Buscando assumir o controle das reuniões, das representações sindicais das fábricas nos sindicatos e nas sub-sedes sindicais ou delegacias sindicais.

5- Esta luta, como dissemos antes, está limitada pelo pouco peso que temos ainda nas atividades sindicais de oposição, e também pelo desgaste sofrido pela esquerda frente aos grupos operários e frente a sindicalistas e operários independentes dispersos. Este fato, como também dissemos antes, não nos deve impedir de fazer esforços para encontrar junto com essas forças atividade comum, que vão criando melhores condições para o nosso fortalecimento, para a nossa influência e para a elevação do nível de prática e de unidade das oposições. Para aumentar o nosso peso e a nossa influência, o aspecto mais importante do nosso trabalho de oposição sindical consiste em levar à prática de maneira independente as nossas posições. Essa prática independente combinada com a prática que podemos

e devemos levar em conjunto com todas as forças de oposição, além de contribuir decisivamente para aumentar nosso peso e capacidade de influência na prática comum com os diversos setores de oposição, ela pretende acelerar a formação e organização dos setores mais conscientes e combativos da camada avançada que atua no movimento operário, e desenvolver a nossa agitação e propaganda revolucionária, pretende formar a fração mais consciente das oposições, ligadas a uma alternativa revolucionária frente a ativi-

dade sindical e ao poder político.

6- Essa atividade independente já se encontra presente dentro da prática comum que procuramos desenvolver com outros setores da oposição. Ao defender as nossas posições frente aos fatos a serem respondidos pela prática sindical, ao aproximar os operários para a área de influência de nossas posições ou jornais, volta dos para a formação e organização de setores combativos da oposição, ao distribuir os materiais de propaganda ou de agitação política, estamos realizando um importante trabalho político independente. Contudo, mais importante ainda devem ser nossos esforços para a formação e organização de áreas de influência da oposição, sob o nosso controle político, principalmente nas fábricas e nas áreas fabris. Devemos, nas principais fábricas ou áreas fabris das regiões onde atuamos, concentrar esforços para assumir a direção dos grupos de oposição de fábrica ou de áreas, e das delegações sindicais ou comissões de fábrica. Para isto é importante contarmos com jornais que sirvam de instrumento de trabalho e que levem as nossas posições e uma agitação política, voltadas para a prática sindical combativa, para ajudar na formação, orientação e desenvolvimento desta prática.

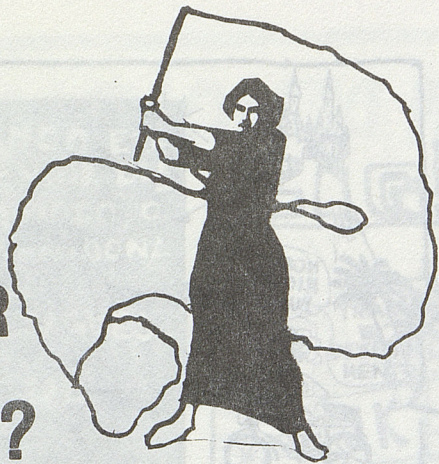
7- Por outro lado, qualquer prática política, e principalmente hoje quando somos fracos, tem como objetivo permanente a aproximação e organização partidária. Além das formas normais de recrutamento, devemos hoje acompanhar o conjunto do nosso trabalho sindical por formas de organização que reúnam os operários mais dispostos sob a nossa propaganda e formação política. No trabalho nas oposições ao nível do sindicato, nas quais já temos influência, ou nas quais ainda ao nosso peso é pequeno, no trabalho nas oposições ao nível de fábrica ou de áreas, principalmente nas fábricas e áreas fabris importantes onde buscamos assumir o controle da oposição, devemos organizar círculos de operários sob a nossa propaganda e formação partidária. Estes círculos devem ser a forma inicial de aproximação e a organização dos operários mais consequentes dentro da atividade de oposição sindical. Devemos transformá-los em grupos responsáveis pela nossa atuação dentro dos grupos de oposição, dentro do sindicato, e dentro das fábricas nas quais atuamos. Os instrumentos para a discussão nestes círculos devem ser os jornais ou boletins voltados para o nosso trabalho sindical mais amplo, e principalmente o jornal político da O. Também devemos levar a estes círculos materiais de formação adequados.

8- A organização de nossas forças no trabalho de oposição sindical se dá em diversas formas e níveis, de acordo com as necessidades do trabalho e das particularidades das regiões. Entre algumas das formas de organização que apontamos e onde devemos buscar estar presentes estão: grupos de oposição ao nível de sindicalismo e ao nível de sub-sede sindical, grupo de oposição ao nível de fábrica ou de área fabril, delegados sindicais, comissões de fábricas, assembleias de delegados sindicais, círculos de operários, etc. Devemos procurar fazer dos círculos operários e dos grupos de oposição sob o nosso controle as formas principais de organização dos setores mais conscientes e combativos da atividade sindical de oposição. É importante promover reuniões por áreas ou por região dos círculos e dos grupos de oposição combativos para estimular as discussões dos problemas das lutas operárias, para a troca de experiência, para o desenvolvimento da unidade política. É ainda importante que as reuniões gerais dos círculos ou de seus representantes possam assumir o controle do jornal voltado para o nosso trabalho sindical.

9- Estas são as linhas gerais de nosso trabalho. Cabe à prática enriquecê-las e desenvolvê-las.



DEIXAR A PÍLULA?



grupo brasileiro de mulheres revolucionarias

O problema da opressão da mulher, ainda que com atraso, chega hoje ao Brasil. De manôira ainda embrionária, os diferentes problemas e tendências do movimento de mulheres a nível internacional vão transparecendo. Seja na imprensa estudantil, nos programas e assembléias sindicais, em artigos da imprensa burguesa e nas pequenas lutas que surgem.

Mas neste último período, duas manifestações assumiram uma dimensão mais significativa: - o movimento de mulheres pela anistia e o jornal Brasil-Mulher. O movimento de mulheres pela anistia não traz nada de novo em relação às experiências anteriores. Ao nível político mais geral ele se mantém nos limites "democráticos", e alimenta-se de expectativas quanto à possibilidade de obtenção desta reivindicação, a partir da pressão feita pelos setores "democráticos" (1). E, ao nível da opressão específica da mulher, ele não nos traz nada: são "mães e mulheres lutando por seus maridos e seus filhos", não apontando nenhum caminho para a luta de libertação das mulheres. Portanto, não é uma alternativa neste campo.

Já o jornal Brasil-Mulher tem uma especificidade. Ao se propor como um organismo de mulheres, ele não pode se limitar a repetir as reivindicações políticas mais gerais, e portanto é levado a abordar os problemas da luta particular das mulheres.

Numa próxima oportunidade gostaríamos de analisar com mais profundidade a iniciativa de Brasil-Mulher enquanto conjunto. Aqui, nos deteremos em um dos artigos saídos no nº 01 "PÍLULAS ... ORA PÍLULAS". Ao realizarmos a discussão deste artigo, vimos o quanto Brasil-Mulher está longe de ser organismo de luta pela nossa Libertação. Ao desenvolvermos esta crítica, pretendemos provocar a discussão sobre o problema e contribuir à construção de um movimento de mulheres no Brasil.

DEIXAR A PÍLULA ?

Neste artigo sobre a pílula, o médico Dr. Mario Victor A. Pacheco procura desenvolver a tese de que a pílula, entre os vários males que traz à mulher, contribuiria historicamente a provocar o atrofiamento dos ovários, e eliminando a possibilidade de reprodução da espécie.

A 1ª vista o artigo poderia aparentar a defesa dos interesses da mulher. Aparenta mesmo denunciar uma das formas com que a mulher luta em nossa sociedade com as "responsabilidades" do sexo. Mas de passagem, somente em aparência.

O artigo não denuncia um dos nossos inimigos mais duros: a medicina do capital, a medicina feita pelo e para o macho. Não denuncia a forma como a sociedade enfiar desigualmente o sexo, fazendo recair sobre a mulher as responsabilidades maiores. E, muito menos levanta uma das nossas principais bandeiras: o direito ao prazer, separando definitivamente o ato sexual do ato de procriação.

O artigo só tem como preocupação central, em última instância, o problema da perda de capacidade de reprodução da espécie. Da perda historicamente de nossa capacidade de reprodução. Explicitamente o artigo só aponta como alternativa o abandono da pílula. Na prática aponta para a defesa do direito da mulher ... a cumprir seu tradicional papel de reprodutora de mão-de-obra. Por acaso, o artigo está em profunda concordância com o capitalismo e ... com o papa.

O problema da pílula, os males que causa à mulher, prejudicando sua saúde, sem dúvida é uma coisa a ser denunciada (2). Mas a nível internacional, todas as tendências do movimento de mulheres (nos países em que ele mais avançou), mesmo fazendo a denúncia da medicina feita pelo e para o macho, defendem o direito da mulher à contracepção, assim como ao aborto. Isto porque a pílula e o DIU são a única maneira, até o momento, de defender o nosso direito ao prazer sexual, castrado por esta sociedade e por todas as que a antecederam. Porque são a única maneira de impedir que o ato sexual seja o pânico de uma possível gravidez ... ou aborto.

Lutar pela divulgação e uso dos contraceptivos, é a única maneira de preparar as condições para que o nosso direito ao sexo seja independente da procriação, para que deixemos de ser objeto dentro da relação sexual, aonde somente ao homem é reservado o direito ao prazer.

Todas estas reflexões nos colocaram a necessidade de também para o futuro aprofundar a crítica à medicina do capital, feita pelo e para o macho. Denunciar e saber porque ainda não se desenvolveram métodos de contracepção para o homem com a mesma abundância. Mas este é apenas um aspecto do problema. Se estudarmos o desenvolvimento da medicina relativo às doenças sexuais, veremos que ela se desenvolveu mais (por exemplo na cura das doenças venéreas) nos homens do que nas mulheres. Há 10 anos o tratamento de uma gonorréia, no homem, levava cerca de 15 dias. Hoje ele pode ser tratado em cerca de 3 dias. Em suma, para o homem, a cura tem um objetivo bem claro: torná-lo apto, o mais rápido possível, para desfrutar do prazer sexual. A mulher, ainda hoje se submete a um tratamento de 15 dias, onde deverá manter abstinência sexual. Para a mulher, como é desconsiderado o seu direito ao prazer, não há pressa. Além do que, para ser uma boa procriadora, ela tem de ser sadia (como uma vaca, ou uma leitoa ...). Não há pressa. No fim das contas, a abstinência sexual da mulher já é um hábito...

Nos cabe aqui portanto, levantar um alerta e um apelo às companheiras de Brasil-Mulher: - a crítica às consequências trazidas pela medicina do macho e do capital, não podem de modo algum nos levar a dar passos atrás, reforçando as posições tradicionais da Igreja, abrindo mão da luta por nossa liberdade sexual, em nome dos "possíveis" males causados pela pílula.

As companheiras de Brasil-Mulher no final de seu artigo apelam:

Prezada leitora: JOGUE FORA a sua "pílula".

Nós terminamos nosso artigo, dizendo: companheiras, quando terminar este artigo ... organize-se e lute!

NOTAS

(1) "A luta pela Anistia não é de guerra, é de paz; não é de desordem, é de ordem; não é de violência, é de persuasão; não é de ódio, é de amor" ... (MPPA em Brasil-Mulher nº 2)

(2) A reivindicação pela contracepção levantada pelo movimento de mulheres é, não só o direito à contracepção, mas o desenvolvimento da pesquisa em relação a ela, superando seus aspectos negativos; e que esta contracepção seja feita com os devidos exames prévios e periódicos (sangue, urina, etc.), sob controle médico. As pesquisas já existentes neste campo são sérias mas, pouco divulgadas. Principalmente em casos de contra-indicação parcial ou total (flebite, epilepsia, diabete, etc.)

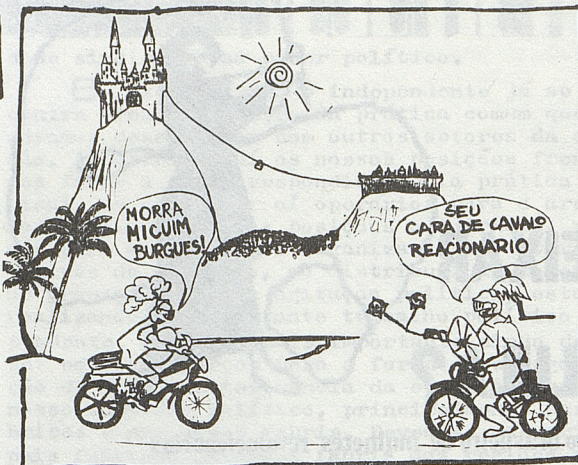
DE ZÉ BEDEU

PEQUENA HISTÓRIA ELEITORAL DO P.C.



EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA...

POR VOLTA DOS ANOS 40/50 DESTE SÉCULO, O BRASIL ERA UM PAÍS "SEMI-FEUDAL"...



NESTA SITUAÇÃO OBJETIVA, SERIA UTOPIA DOS COMUNISTAS, LEVAR UMA POLÍTICA INDEPENDENTE PARA O PROLETARIADO. O QUE LHE CABIA ERA "APOIAR AS LUTAS DESENVOLVIDAS PELA BURGUESIA PROGRESSISTA CONTRA A OLIGARQUIA



ASSIM... EM 1945/1946, IMEDIATAMENTE, APÓS A LEGALIZAÇÃO DO PC, UM FILME É PASSADO EM TODOS OS CINES DO PAÍS.

NELE, O "CAVALEIRO DA ESPERANÇA" (L.C. PRESTES), APERTAVA A MÃO DO EMBAIXADOR AMERICANO, EM PLENA PRAÇA PÚBLICA.

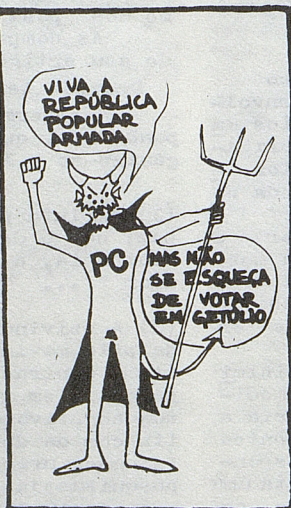


MAS EM 1947.. OUTRA VEZ A ILEGALIDADE



APÓS O PERÍODO DE ZIG, SEUS CATASTRÓFICOS RESULTADOS, VEM A POLÍTICA DO ZAG.

NA ÉPOCA DA GUERRA FRIA, UMA POLÍTICA ULTRAESQUERDISTA NA FORMA COMBINADA COM O INEVITÁVEL APOIO A "BURGUESIA NACIONAL", SE DESENVOLVEU ATÉ O ARMISTÍCIO DA COREIA.



QUANDO INICIA-SE A POLÍTICA DE "DISTENSÃO"



TIRANDO EXPERIÊNCIA DES-
TE PERÍODO, O
PC ABANDONA
OS
ZIG-ZAGUES.
AGORA
É...

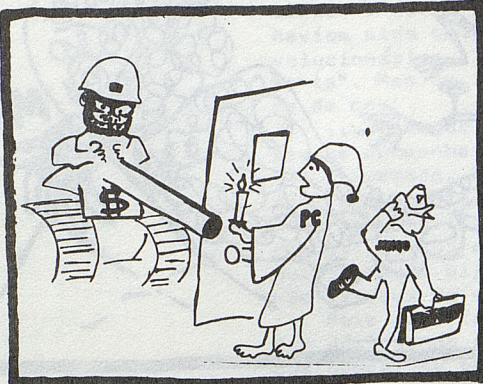
ZIG!



ZIG!

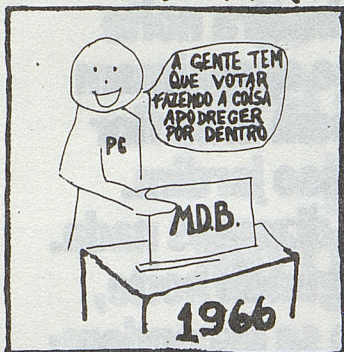


1964
ENCONTRA
O PC UM
POUCO
DESPREVI-
NIDO...



A PARTIR DE
ENTÃO, A CADA
RADICALIZAÇÃO
DA REPRESSÃO
O PC.,
DIALETICAMENTE,
FAZ UM
MOVIMENTO...

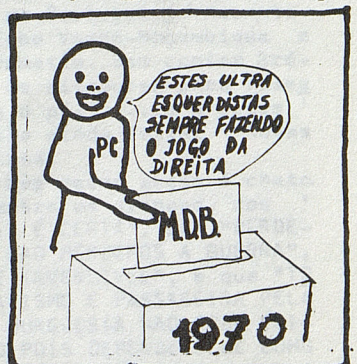
A DIREITA...



1968 - ATO INSTITUC.
N.º 5



E A DIREITA



APÓS O ATO-5, A REPRESSÃO
E A SUPEREXPLORAÇÃO
SE APROFUNDAM. MAS A
"BURGUESIA
DEMOCRÁTI-
CA", SOMEN-
TE SE PREO-
CUPA EM
CATAR AS MI-
GALHAS DA
SUPEREXPLO-
RAÇÃO



MAS EM 1975, ENFIM,
A POLÍTICA DO ZIG,
LEVA A UMA ESTRONDO
SA VITÓRIA ELEITORAL



AS CENTENAS
DE PRISÕES
QUE SE SEQUEM
NÃO CONSE-
QUEM PREJU-
DICAR...



...A AURORA DA DEMOCRACIA



Na primeira noite
eles se aproximam
e colhem uma flor
de nosso jardim.
E não dizemos nada.
Na segunda noite,
já não se escondem:
pisam as flores,
matam nosso cão,
e não dizemos nada.
Até que um dia
o mais frágil deles
entra sozinho em nossa casa,
rouba-nos a lua e,
conhecendo nosso medo,
arranca-nos a voz da garganta.
E porque não dissemos nada,
já não podemos dizer nada.

poesia

carta de perto: REFLEXÕES DE UM MILITANTE

25 de novembro em Portugal... .. mais um golpe.

Não posso reclamar muito. Afinal também vivi dias de rebelião. Rebelião de operários e camponeses, rebelião de soldados...

... Mas puxa!!! Mais um golpe???

Já havia sido mais ou menos assim no Uruguai. Saira para respirar um pouco. Afinal uma Ditadura, o complemento do golpe, su foca. É justo justo, justo nos dias de golpe.

De fato este não fora dos piores. Um "golpe branco" (o anterior ao de Bordaberry), sem tiros, nem aviões, nem nada. Além do mais, eu ainda era amador. Vivera os de 61 e de 64 no Brasil, e no de Getúlio (quando de sua morte) eu ainda era uma criança.

Mais tarde, já como exilado na Bolívia, vieram os dias de Assembléia Popular e o golpe. Os aviões a bombardearem a Universidade...

No Chile, já estava esquecendo toda a experiência anterior quando chegou o 29 de junho. Ensaio geral. Os tanques assaltam o Palácio (tanques, pois os aviões faltaram

desta vez). Mas era apenas o ensaio geral..

Pois Chile... .. um milhão de pessoas nas ruas alguns dias antes... e porrada!

Não era nem meio-dia - eu acordara às 9 horas, ainda a tempo de ouvir no rádio o último discurso de Allende - quando os aviões começaram a passar por sobre a minha casa ' no sentido do palácio...

Agora Portugal... puxa!!!... até quando?!

É bem verdade que a derrota não foi definitiva. No movimento de massas ela não teve senão um reflexo ideológico. A grande derrota, a frontal foi fundamentalmente nos setores revolucionários dentro do exército. Mas viver mais um golpe tem um efeito sobre o moral. Chega-se a falar em "pé-frio", em concentração de "pés-frios".

Na verdade, os exilados brasileiros, os exilados latino-americanos, já sabíamos tudo de cor. Notávamos um pouco a falta de aviões, os quais só começaram a sobrevoar Lisboa 3 dias depois, pois as bases aéreas haviam sido ocupadas pelos paraquedistas revolucionários. Notávamos um pouco a "câmara lenta". Mas de resto, no essencial... .. tudo de cor!

... arrumar os papéis pessoais, localizar os companheiros portugueses para se manter informado, falar pouco para não deixar aparecer o sotaque, queimar e esconder os materiais políticos, mudar de casa, etc., etc... .. tudo de cor, como se já tivesse - mos treinado mil vezes... .. e na verdade não deixava de ser um pouco disto.

Pois isto tudo quebra o moral. Quebra... Sem dúvida que é chato. A gente, mais do que nunca, se sente um Aureliano Buem Dias, o tal que fizera mil revoluções... .. e perdura todas.

Comecei a puxar a cabeça. Afinal este ano já tivéramos Vietnã-Cambodja-Laos. As próprias convulsões em Portugal já nos tinham deixado Guiné-Cabo Verde-Moçambique e em Angola a coisa prometia. Sem contar Grécia e Espanha aonde às ditaduras lhes falseara ou lhes falseava o pé... .. e a crise internacional prometia ainda deixar novas marcas em suas esteiras.

Não estava mal. Mas mesmo assim é chato. A compreensão nos mostra os avanços, nos mostra que a "VITÓRIA É CERTA", que "PERDEMOS UMA BATALHA MAS NÃO PERDEMOS A GUERRA", que "O SOCIALISMO É INVENCÍVEL", e que "TODA VITÓRIA DO CAPITALISMO E PASSAGEIRA PELA SIMPLES RAZÃO QUE A BURGUESIA NÃO PODE ELIMINAR O PROLETARIADO POIS DEPENDE DELE COMO CLASSE"... ..mas um golpe é sem dúvida muito chato... ..viver um golpe é um pé no sa co...

O abalo moral não me impedia de raciocinar, de compreender. Sabia que devia aprofundar minha militância (cujo eixo ainda era em relação ao Brasil), pois é um maior contato com a luta revolucionária nestes momentos de derrota que permite recompor o moral. Em geral o que acontece é justo o contrário. Quando vem a derrota e a desorganização, o militante abalado ideologicamente reduz a sua prática, desvincula-se e se afasta ainda mais da revolução... .. e vem e se aprofunda a crise. Depois é bem mais difícil retomar. Em geral a vontade de lutar volta quando a revolução cresce, evidencia-se e influi... ..quando a revolução volta a encher o espaço e torna impossível que se continue indiferente a ela... ..Mas às vezes isto leva tempo...

... e com o tempo eu aprendera isto: de pois de uma derrota, militar mais, militar melhor.

Pois foi nos dias de golpe, um pouco de

pois, que ouvi uma notícia do Timor. O FRETILIN declarara a independência e fundara a República Popular do Timor Oriental.

O movimento revolucionário da pequena ilha (melhor seria dizer da meia pequena ilha) prevendo o desdobramento da situação em Portugal do pós 25 de novembro, e em face à evidência de invasão da sua meia ilha, por parte da Indonésia, tomara a iniciativa política.

Pois esta "insignificante" notícia me fez com que o moral começasse a subir. O meu raciocínio me mostrava a "insignificância" da ilha. Mas as minhas emoções cagavam para ele. Como em outro momento, meus sentimentos iam um pouco para o outro lado...

Comecei a ler e tentar completar um quadro da situação do Timor com as informações que já tinha. Alguns dias depois, eu já podia resumir assim o quadro da situação:

Imediatamente após a queda de Caetano em Portugal, em Dili, capital do Timor, estourava uma greve geral dos trabalhadores não qualificados. Com o apoio dos futuros líderes do FRETILIN, a greve se estende e abrange a todos os trabalhadores da região. O aumento salarial de 100% é uma das consequências da luta, e a partir dela se forma um embrião de organização sindical: o "Comitê de Defesa dos Trabalhadores Timorenses", que posteriormente vem integrar a Associação Social-Democrata Timorense (ASDT), criada ao amanhecer do 25 de abril.

Alguns meses depois, no dia 12 de setembro de 1974, a ASDT deixa de ser um partido nacionalista social-democrata para, em Assembléia Geral de seus 1000 membros, fundar a Frente Timorense de Libertação Nacional (FRETILIN). Nestes poucos meses seus militantes haviam aprendido que a única via para sua independência era a luta revolucionária.

Colocando em prática um programa de luta socialista, este pequeno número de militantes, jovens operários e estudantes, consegue numa sociedade em crise, transformar o FRETILIN em um partido enraizado nas massas trabalhadoras.

Por outro lado, a União Democrática Timorense (UDT) formada em 26 de abril por membros de antigos partidos facistas, faz eco à proposta de Spínola de "Timor, federada a Portugal", e desenvolvia sua influência junto aos chefes das vilas - os "Lulras" - e entre as elites urbanas aproveitando-se das tradições do colonialismo.

Em setembro de 74, logo após a sua fundação, o FRETILIN reúne em seu primeiro comício 20 000 pessoas e em novembro já conta com 80 000. Sua influência cresce rapidamente no campo, enquanto nas cidades o descontentamento com o governo provisório português começa a se evidenciar. Encaminhando posições do FRETILIN, os professores e funcionários de baixa categoria, lideram estas manifestações e a desdobram em uma "Campanha de Alfabetização" em língua Tetum, e pela criação de cooperativas e serviços médicos.

A repercussão de toda esta atividade se manifesta veementemente nas eleições de início de 75, quando o FRETILIN obteve 95% dos votos.

Face ao crescimento do movimento revolucionário e à esquerdização em Portugal, a UDT, para ganhar tempo, estabelece uma aliança com o FRETILIN, e começa a falar em independência. Mas ela vai rapidamente (cerca de 4 meses depois) romper esta aliança e trocá-la por outra, anti-comunista estabelecida com a organização pró-indonésia na APODETI (Ação Popular Democrática Timorense).

A conjuntura evolui. Em junho o FRETILIN recusa-se a participar da conferência tri-partite promovida por Portugal em Maca

o.

O anti-comunismo, como em Portugal, é a reação ao avanço do movimento de massas, e a UDT, perdendo influência, apoia-se na Igreja e nas elites urbanas, para tentar a contra-ofensiva.

Dia 11 de agosto, a UDT, apoiada por Djakarta e Hong-Kong dá um golpe. Os dirigentes do FRETILIN, retiram-se para as montanhas apoiados nas brigadas revolucionárias, organizações implantadas e impulsionadas em junho de 1975 pelo FRETILIN, e que desenvolviam uma atividade política junto ao campesinato (ajudavam também nas colheitas e desenvolviam um trabalho de alfabetização). Enquanto isto, nas cidades o trabalho político ficava a cargo dos quadros estudantis.

Vinte dias são suficientes para o FRETILIN passar à contra-ofensiva, ocupar todo o território e instalar o seu governo.

No poder durante três meses, o FRETILIN mostrou a sua tenacidade e valor combativo. Perante a fuga dos capitais e dos comerciantes chineses, em lugar de opor vacilação e compromisso, opuseram um comunismo de guerra. São implantadas rapidamente estruturas de poder popular, são nacionalizados todos os bens privados necessários para enfrentar uma possível guerra civil com intervenção estrangeira, são implantadas cooperativas no campo com o objetivo de organizar a produção e a distribuição. A agricultura começa a ser gerada por Comitês democraticamente eleitos pelos trabalhadores; as pequenas empresas - embora raras - assim como os hotéis e o sistema de locomoção (caminhões e automóveis) não escapam às nacionalizações.

A preocupação não são "as batalhas de produção". É construir o Poder dos Trabalhadores, é preparar-se para enfrentar uma eventual guerra civil, apoiada na invasão estrangeira. Organizam-se as Forças Armadas de Libertação Nacional (FATILIN), que reuniam tropas regulares de segunda linha e milícias populares. Desde o início rompe-se com as tradicionais estruturas hierárquicas eliminando os graus e escalões.

Para evitar o surgimento de uma burocracia, especial atenção é dada para impedir que dirigentes tenham privilégios sobre as bases.

A vontade, a disposição de luta dos camaradas do FRETILIN, me despertaram um novo ânimo. De fato, neste tempo, a Indonésia já invadira o Timor Oriental. Mas os massacres em Dili não foram suficientes para quebrar o FRETILIN. Doze horas após a invasão a sua rádio já funcionava nas montanhas. Durante os 3 meses no poder, a população criara as condições para desenvolver uma guerra de guerrilhas nas montanhas. Acumularam armamentos e víveres nos subterrâneos que haviam sido construídos há alguns séculos, quando da resistência a outras invasões.

Em Bacão, antes de serem expulsos da cidade as forças do FRETILIN arrasaram o aeroporto internacional e grande parte da cidade. Mais tarde voltaram a cercá-la e desenvolveram novos combates.

O governo indonésio, através de suas fontes, declarava controlar a ilha. Mas eu me dizia que não, eu sabia que não. Na verdade eu me transformara numa espécie de "torcedor". Sedento, buscando informações nos jornais conforme elas apareciam nas bancas.

Depois de tudo, o que importa é que o impacto ideológico já tinha se dado: e a minha militância se reforçou...

... É o carinho que ficou, me faz prometer a mim mesmo divulgar e apoiar ativamente a sua luta.

MINO RIBAS
FIM 75 / INICIO DE 76

Em fins de 75, a conjuntura da economia capitalista internacional continua dominada pelas condições de recessão. Certamente, alguns traços de retomada das atividades econômicas se multiplicaram durante o 3º trimestre, na economia americana. A atividade econômica da Alemanha Ocidental e do Japão deixou de recuar. Um leve aumento dos preços de certas matérias-primas pode refletir o início de uma reviravolta na tendência do comércio internacional. Mas a persistência do alto nível de desemprego, e sobretudo o marasmo dos Investimentos produtivos em todos os países imperialistas, têm freado até agora uma verdadeira recuperação, ameaçando mesmo provocar uma "quebra" da recuperação nos Estados Unidos. O veredito global é claro: as medidas inflacionistas de reativação, adotadas pela maior parte dos governos imperialistas, não tiveram o resultado esperado no tempo desejado. Uma verdadeira retomada geral da economia capitalista internacional só a contecera no decurso do 1º trimestre de 76, ou até mesmo, durante o 3º trimestre do mesmo ano.

Em meados de 75, a produção industrial continuou em baixa em todos os países imperialistas, sem exceção, precisando e consolidando por seus efeitos acumulativos, a natureza da recessão econômica generalizada durante o período de 1974-75. Se a queda da produção industrial continua ainda bastante inferior à conhecida quando da crise de 1929-33, e será de curta duração, o que justifica a designação da fase conjuntural atual como "recessão geral", em lugar de "crise grave" (slump) - foram atingidas agora as reduções da produção industrial mais altas observadas após o fim da 2ª Guerra Mundial.

PAISES	Previsões PNB em termos reais para 1975	Queda Produção Indl. em 1 ano ago.75/nov.75
EE.UU.	- 4,0 %	-12,5% - 8,0%
JAPAO	+ 1,5 %	-14,0% -10,0%
ALEMANHA	- 3,5 %	-12,0% - 3,0%
FRANÇA	- 2,0 %	- 9,0% - 3,0%
G. BRETA	- 0,7 %	- 6,0% - 9,0%
ITALIA	- 3,0 %	-12,0% -15,0%

As previsões parecem aliás por demais otimistas, sobretudo em relação ao Japão, Inglaterra e Itália.

Na verdade, a retomada foi viva nos EUA durante o 3º trimestre de 75. Falou-se de uma taxa de crescimento de 11% do PNB, entre julho e setembro do mesmo ano. Mas a metade deste crescimento se deve a razões ditas "técnicas" (desaceleração do estoque da indústria), e não pelo aumento das vendas aos "consumidores finais". A maioria dos capitalistas (e seus ideólogos) continuam céticos por enquanto quanto às perspectivas da retomada, a curto prazo.

Esse ceticismo se justifica aliás, pela aparição de aspectos contraditórios nos EUA e no Japão. No 1º, a demanda dos consumidores deixou de elevar-se por volta do fim do ano. As vendas atingiram apenas 50 bilhões de dólares em outubro, contra 49 registrados em julho. Os progressos em volume desde um ano (quando a recessão atingira seu auge) foram apenas de 4%.

Na Alemanha Ocidental, a produção industrial aumentou ligeiramente de 2%, de agosto para setembro de 75. Os pedidos industriais aumentaram de 12% em setembro em relação ao mês anterior. Mas esse aumento é muito lento. No que diz respeito aos pedidos internos, encontra-se ainda abaixo do nível de 1970. No que tange aos pedidos externos, sua evolução é a seguinte (100= 1970):

4º trimestre 1974	: 135
1º " 1975	: 119
2º " "	: 115
3º " "	: 122

No Japão, a produção elevou-se de 6% entre março e setembro, mas continua bastante inferior ao nível de 1974.

A política de reativação dos diversos governos obteve resultados incontestáveis. Ela estabeleceu um limite no movimento de acumulação clássica da crise de produção, e permitiu uma certa retomada do consumo interno. Isso aconteceu especialmente nos EUA, Japão, RFA e França.



MANDEL
NA
ESPERA
DA
RECUPERAÇÃO...

pouco menos nos demais países imperialistas.

A retomada dos gastos dos consumidores por meio de uma certa retomada do setor de automóveis (EUA, Alemanha, Japão), um dos setores-chaves por onde se iniciou a recessão.

Na França e na Itália porém, a indústria automobilística conhece uma situação mais duvidosa. Na Inglaterra, se atravessa um período de crise. As importações ocupam uma parte cada vez maior do mercado interno, mas as exportações seguem quase a mesma proporção.

Pelo contrário, porém, o outro setor que desempenhou o papel de detonador da vaga de recessão, a indústria de construção civil, continua a debater-se num marasmo acentuado. Neste momento, ela foi atingida pelas duas faces da moeda... a inflação (coincidência entre recessão e inflação). A recessão incita as classes médias e as camadas mais bem remuneradas do proletariado, a serem prudentes, e reduz os pedidos de construção de habitações (as dificuldades financeiras e a queda dos lucros das empresas agem da mesma forma na construção de prédios industriais e de escritórios). Aliás, a inflação mantém as taxas de juros a longo prazo a níveis elevados, o que pesa no crédito hipotecário.

Em outubro de 75, o número de alojamentos em construção ultrapassava com 1,46 milhões (13%) o nível de outubro de 74 (mas estava longe de atingir o recorde de agosto de 73, com 2 milhões de habitações). Eis os comentários do Business Week - 20 de Outubro de 1975:

"Com a exceção de uma modesta elevação - a partir de um nível extremamente baixo - na construção de moradias individuais, o mercado mobiliário conhece uma profunda depressão. A construção de novos apartamentos (nos EUA) atinge em 75 o seu índice mais baixo nos últimos 15 anos... A demanda por apartamentos para alugar existe, mas a taxa de juros elevada encarece os aluguéis além das possibilidades do mercado".

Somente no Japão, verifica-se uma retomada efetiva no setor de construção de moradias particulares.

A mesma imagem discordante se manifesta num exame de setor a setor dos principais setores industriais. A petroquímica, e sobretudo as fibras sintéticas, conhecem uma certa retomada de suas atividades nos últimos meses; mas elas sofreram uma queda de produção particularmente grave durante o 1º semestre de 75. A indústria têxtil e de roupas parece acompanhar também a maré que se inicia com a retomada dos gastos dos consumidores. A indústria de aparelhos eletro-domésticos continua sofrendo os efeitos do marasmo da construção e da tendência dos consumidores de não fazer despesas não essenciais pelo medo de verem cair suas rendas. A indústria de construção mecânica sofre os efeitos da queda brutal dos investimentos produtivos. A recessão persistindo nesses setores determina uma séria crise na siderurgia e na maioria dos setores de metais não-ferruginosos. A conclusão confirma assim à que se poderia chegar através de um exame da conjuntura de país a país: embora haja alguns sinais de retomada, não se pode ainda afirmar que a recessão tenha sido ultrapassada.

Em geral, as previsões governamentais pecaram por uma fé sem limites no automatismo dos efeitos da retomada das atividades econômicas através de técnicos neo-keynesianos clássicos. O aumento do volume da demanda, deveria ser no imediato, mais ou menos proporcional ao aumento da massa monetária, repercutindo em seguida, vantajosamente na atividade econômica de conjunto, graças ao efeito multiplicador*. Mas há inúmeros canais de descongestionamento nesse jogo de vasos comunicantes; daí o fato de uma parte considerável do aumento deduzido da renda nacional poder escapar, por meio de um simples inchamento da massa monetária, sem que por isso se produzam efeitos notáveis ao nível da atividade econômica.

Primeiramente, uma parte das rendas monetárias suplementares, colocadas à disposição dos consumidores pode não ser consumida imediatamente, mas ser economizada em vista de consumos mais esparsos. É o que aconteceu na maioria dos países imperialistas, onde a poupança dos que ganhavam pouco aumentou ao invés de diminuir depo-

is do início da recessão, se a recessão devesse prolongar-se e provocar uma queda bastante acentuada da massa salarial real, este efeito, evidentemente desapareceria.

Em seguida, uma retomada do consumo interno pode não ser acompanhada de um crescimento proporcional da atividade econômica, caso se verifique uma queda das exportações.

Em período de recessão e de recuo do volume do comércio mundial, nem todos os países imperialistas podem aumentar simultaneamente, ainda mais suas exportações. Foi especialmente esse fator que parecia impedir uma verdadeira retomada na Alemanha, durante o 2º semestre de 75.

Terceiro, uma retomada do consumo interno, não leva obrigatoriamente a uma retomada dos investimentos produtivos das empresas capitalistas, a menos que aquela introduza a perspectiva de um mercado em expansão, e de um aumento da taxa de mais-valia. Assim, a existência de uma grande capacidade de produção excedente constitui um obstáculo mais difícil a ser superado do que podem imaginá-lo os economistas burgueses e reformistas em geral.

Finalmente mesmo quando há uma retomada dos investimentos produtivos sob a ação do Estado, essa retomada não leva necessariamente a um movimento de acumulação, quando se trata de investimentos de racionalização, que suprimem globalmente mais empregos do que criam no setor de construção de máquinas ou da produção de matérias-primas. A persistência de uma taxa elevada de desemprego, pode nesse caso, levar rapidamente a um limite no crescimento do consumo interno, que a expansão dos investimentos deveria, em princípio, estender.

É significativo que tais verdades, aliás por demais banais, sejam repentinamente descobertas pelos economistas burgueses, em meio a uma recessão generalizada. Os economistas confessam sua incapacidade teórica para controlar os problemas da estagnação. A falência da teoria econômica burguesa parece ser bem mais profunda que a própria crise da economia capitalista.

CALCANHAR DE AQUILES DA RECUPERAÇÃO: CAPACIDADE EXCEDENTARIA E INVERSOES PRODUTIVAS



Fica bem claro, que a existência de uma capacidade ociosa excepcionalmente elevada na maioria dos setores industriais de todos os países imperialistas, constitui nesse momento o obstáculo principal à retomada dos investimentos capitalistas produtivos, prolongando a retomada dos gastos dos consumidores, a qual realiza-se sob o impulso da política anti-recessão dos governos.

Assim, nos EUA, os pesquisadores da Mc Gray-Hill prevêem em 76 um aumento de apenas 9% nos gastos em investimentos privados em relação ao ano de 75, o que significa uma estagnação no volume de investimentos. A enquete feita pela Lionel D. Edie & Cº prevê mesmo uma baixa, pois as despesas só atingiram um aumento de 5%.

Na Alemanha Ocidental, os investimentos privados retomaram seu curso no 2º trimestre de 75, com 2%, depois de terem sofrido baixas de 1,5% e 5,5% no 4º trimestre de 74, e no 1º trimestre de 75 respectivamente. Mas seu volume encontra-se ainda inferior em 6% à média trimestral de 70.

No Japão, os investimentos privados diminuíram de 1,8% em volume durante os meses de abril e setembro de 75. O governo esperava uma retomada de 5,4%, entre outubro de 75 e março de 76. Mas o Conselho Estrutural da Indústria, que preparou uma pesquisa entre 1.886 firmas dirigentes, prevê uma baixa total dos investimentos privados de 3,8% ao longo do período abril-75/março-76.

Quanto à Inglaterra, a situação é ainda mais desoladora. Durante o 3º trimestre de 75, os investimentos (capital spending) caíram de 6% na indústria manufatureira, depois de quedas su-

cessivas de 8% e 7% durante o 1º e 2º trimestres do 75. Outras estimativas falam de baixas de 11% durante 75 no conjunto, se comparado à 74. Nesse caso, a indústria de bens de produção conheceria uma recessão perigosa.

As dimensões desta capacidade ociosa, responsável da queda dos investimentos, já se conheciam no passado. No conjunto da indústria manufatureira dos EUA, a capacidade ociosa registrada em meados de 75, elevava-se a 35%; em outubro do mesmo ano, ela permanecia por volta de 28%. FIAT-Itália afirma produzir utilizando apenas 60% de sua capacidade instalada. Times Magazine (7/11/75) afirma que de um modo geral, a indústria italiana trabalha com menos de 70% de sua capacidade instalada. A mesma porcentagem é citada no caso do Japão. A Exxon (ex-Standard Oil of New Jersey), o maior refinador de petróleo do mundo, utiliza 77,6% de sua capacidade (e somente 60% fora dos EUA). As duas maiores empresas de aço do Japão, a Nippon Steel e a ... Nippon Kokan, reduziram, respectivamente sua produção de 30-40% e 38%. Segundo o The Economist.. (8/11/75), "dos 6 estaleiros ingleses que constroem plataformas petrolíferas, nenhum recebeu novos pedidos quando do término das plataformas". O Business Week (1.9.75) cita uma tendência similar em escala mundial: os estaleiros navais capitalistas têm atualmente 167 milhões de toneladas de navios sob sua responsabilidade, contra., 227 milhões existentes em outubro de 64; mas os novos pedidos são tão poucos que na Inglaterra não chegam mesmo a cobrir, durante os 3 primeiros trimestres de 75, que 4,7% (!) da tonelagem em construção no mesmo período em 74. E mesmo nos EUA, onde a metade da tonelagem em construção depende dos pedidos da Marinha de Guerra, os lucros líquidos caíram de 5% a 2% na Balança anual. Na indústria química, taxas de capacidade ociosa situando-se entre 40 e 50% foram mencionadas no caso da Hoechst, e por volta de 30% no caso da Dupont Nemours americana.

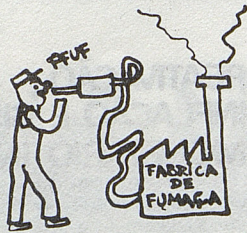
Nessas condições, a discussão sobre "penúria de capitais", lançada através de estudos sensacionalistas realizados por 2 equipes de economistas americanos (e retomada pelo secretário do Tesouro americano William E. Simon), que segundo alguns comentários declaram-se marxistas, mostra-se bastante irreal.

É claro que, num regime capitalista nunca há superprodução "absoluta" de capitais. A superprodução de capitais refere-se sempre à possibilidade de imediata de valorização. Superprodução - e a supercapacidade é apenas uma manifestação da superprodução - significa sempre: capitais demais, para realizar o lucro médio esperado.

Isto dito, é preciso ter em mente que taxas de capacidade ociosa atingindo dimensões tais como as que acabamos de mencionar refletem evidentemente um excedente enorme e não só uma certa "penúria" de capitais produtivos a serem valorizados. Os ideólogos confundem penúria de capitais e penúria de mais-valia, isto é, penúria de lucros! Não haverá retomada mais séria de acumulação de capitais - isto é, uma nova "alta conjuntura capitalista" - enquanto as condições de valorização do capital, a saber a massa total de mais-valia relacionada à massa total de capitais, não aumentarem extraordinariamente. E é impossível que isso aconteça a curto ou médio prazo. Prudentemente, o The Economist que havia previsto um novo boom para 76, adiou-o para 77. Mas o impulso dos investimentos produtivos demorando a se manifestar, mesmo o boom de 77 parece inviável.

REATIVAÇÃO E DESEMPREGO

A crise capitalista de superprodução preenche objetivamente uma dupla função visando à melhoria das condições de valorização do capital. Ela deve favorecer uma elevação da taxa de lucro,



primeiro através da desvalorização massiva do capital total acumulado, e em seguida através de um aumento líquido da taxa de mais-valia (taxa de exploração dos trabalhadores produtivos).

Tratemos de esclarecer primeiro esta 2ª condição. É incontestável que toda crise de superprodução grave aparece, na ótica da luta de classes, como uma agressão massiva do capital contra as condições de existência do trabalho assalariado. Os despedimentos massivos, os jovens, recém-formados, que não são contratados, o medo do desemprego que penetra na classe operária, devem favorecer um bloqueio ou pelo menos uma redução dos salários reais, uma maior "disciplina do trabalho", no seio das empresas, uma intensificação dos processos de trabalho. Mas sobretudo, durante a recessão, a exacerbação da concorrência incita as empresas a redobrar seus esforços no campo dos investimentos de racionalização. De fato, cada empresa capitalista tende a investir em vista de uma redução da mão-de-obra em lugar da criação de novos empregos.

No momento em que todos os governos imperialistas (inclusive aqueles cuja a direção é a social-democracia) proclamarem que o objetivo número 1, a longo prazo continua sendo a "luta contra a inflação" e não a luta contra a recessão, vamos assistir ao abandono do mito da prioridade do pleno-emprego, que vinha dominando a política econômica e social dos países imperialistas após a 2ª Guerra mundial. As medidas de retomada das atividades econômicas (que alimentam a inflação) continuam limitadas a um nível em que o desaparecimento do emprego não é mais o alvo a ser visado. A mudança da política econômica imperialista a esse respeito é universal.

Vejamos algumas estimativas para fins de 76 relacionadas ao mesmo período nos anos 74-75:

PAISES	Número total de desempregados (em milhões):	
	1974-75	75-76
E.U.A.	7,5	8,2
Inglaterra	0,8	1,5
Japão	1,0	1,5
Itália	1,5	1,5
França	0,8	1,3
Alemanha Ocidental	1,0	1,2
Canadá		
Es. panha	2,0	0,6
Pequenos países imperialistas		
Conjunto dos países imperialistas	± 15	± 17

Se adicionarmos o número de desempregados parciais, apesar do caráter pouco rigoroso de tal condição, rapidamente atingiremos ou mesmo ultrapassaremos os 20 milhões de desempregados nos países imperialistas.

É evidente que a reabsorção do desemprego vai retardar, e muito, a retomada industrial, e tal atraso implicará por isso mesmo num amortecimento da volta à alta conjuntura.

Deparamo-nos assim, com o dilema real dos governos capitalistas, o que reflete uma contradição real do modo de produção capitalista. Para reativar a conjuntura, é preciso levantar a taxa de lucro, dizem alguns que não estão totalmente errados. Mas concluem um pouco precipitadamente, que é preciso implantar a austeridade no coração (e no estômago) da classe operária: é a função ideológica do "grande medo da penúria de capitais". Para reabsorver a capacidade de produção ociosa, é preciso reativar o consumo dos "últimos consumidores" e não restringi-lo, retrucam os reformistas do movimento operário e os reformistas burgueses. Eles também têm alguma razão. O pior é que em ambos os casos, eles só têm razão até um certo ponto, ou melhor, tanto num caso como no outro enganam-se. Isto porque um período de alta conjuntura capitalista efetivo exige simultaneamente uma retomada profunda da taxa de lucro e uma expansão de vendas aos "últimos consumidores". A coincidência das duas prerrogativas não é das mais evidentes, sobretudo quando influi no mercado de capitais uma enorme capacidade ociosa por um lado, e uma classe operária combativa, ainda não desmoralizada, por outro lado.

É preciso acrescentar que não há garantias

para o sucesso desta nova ofensiva mundial do capital contra as condições de vida e trabalho do proletariado industrial. Não há nenhuma interação imediata entre nível de emprego de um lado, e nível de salários e combatividade operária do outro, pelo menos a curto prazo. A interação entre ambos é obtida graças a numerosas condições específicas: o grau de organização da classe operária; seu nível de consciência médio; seu grau de confiança em suas próprias forças, que resulta sobremaneira do tempo de duração do desemprego e do saldo das lutas operárias precedentes; a amplitude e o peso da vanguarda; o peso que a organização marxista-revolucionária já conquistou no seio da classe operária e do movimento operário organizado, etc.

Levando em consideração todos esses fatores, nós predisseramos desde o início da recessão que, esta não implicaria num recuo generalizado da luta operária. Até agora, os acontecimentos nos dão razão.

Nem na defesa de seus salários reais, nem na luta contra o desemprego, a classe operária dos países imperialistas vacilou. Suas reações, são bem mais massivas, bem mais eficientes, e situam-se a um nível de consciência bem superior ao de 1929-32.

O ciclo ascendente das lutas operárias só agora começa. Seus ápices estão à nossa frente, e não no passado, embora este ou aquele país possa ser a exceção que confirma a regra. Os sinais de transformação da marcha ascendente das lutas operárias em plena crise socio-política das mais explosivas, multiplicam-se em todos os países.

A outra função objetiva da crise de superprodução é a desvalorização do capital que deveria favorecer um aumento da taxa média de lucro, mesmo com a massa de mais-valia permanecendo quase que inalterável (a elevação da taxa de mais-valia compensa a redução do emprego). Na prática tal desvalorização do capital efetua-se:

- a) através do acirramento da concorrência que elimina as firmas pouco rentáveis em ritmo acelerado;
- b) através da desvalorização das mercadorias e instalações.

Incontestavelmente os dois fenômenos se produzem durante o atual período de recessão generalizada da economia capitalista internacional. O número de bancarrotas cresceu em 30% nos EUA em mais de 60% na Inglaterra. Atingiu 7.500 na Alemanha Ocidental em 1974, e subiu bastante no Japão (8.600 falências em 75). O curso das matérias-primas e os preços de atacado de inúmeros produtos manufaturados caíram.

Nós mencionamos anteriormente as quebras de alguns bancos e financeiras que foram provocados pela especulação. A isto deve-se acrescentar as falências fabulosas de alguns trustes: a da W.T. Grand & Co dos EUA (a maior falência dos EUA depois da ferroviária Penn State com dívidas que ultrapassam o bilhão de dólares); o truste têxtil japonês Kohjin (500 milhões de dólares em dívidas) e a Sakamoto Spinning Co (213 milhões de dólares de dívidas).

Entretanto, o que surpreende quando se observam os efeitos do conjunto da recessão é justamente a dimensão reduzida do processo de desvalorização do capital, visto a importância considerável da queda dos lucros e da produção. A explicação desse paradoxo aparente é porém de fácil compreensão. A inflação que continua se expandindo em plena recessão contribui para que os efeitos da concorrência atenuem-se em relação aos trustes mais fracos. O sistema bancário continua estendendo seus créditos. O Estado e os bancos centrais continuam tentando consertar a situação. O caso Kohjin é particularmente eloquente: as suas transações continuam como se nada estivesse acontecendo a uma empresa em vias de falência.

No que diz respeito aos trustes europeus de automóveis, alguns encontram-se mesmo em péssimas condições, e o apoio do Estado foi implicitamente concedido a todas as grandes empresas automobilísticas européias.

Isso provoca uma dupla consequência. Primeiro, um endividamento cada vez maior dos grandes trustes, retardando assim a retomada da taxa de

lucro.

Há 10 anos atrás, o valor das ações das sociedades não-financeiras americanas, ultrapassava 4 vezes o volume de suas dívidas. Hoje em dia o volume dessas dívidas eleva-se a mais de 50% do valor das ações, e essa proporção tem aumentado rapidamente. O serviço da dívida representava apenas 9% da receita bruta das empresas em 1959; atualmente ele representa 33%. Na Alemanha, a relação entre as dívidas das empresas e o seu capital passou de 1,5 para 1 a 2 para 1 entre 68 e 75.

Por outro lado, uma pressão cada vez mais forte se dá sobre o sistema bancário, sempre que um grande cliente não pode reembolsar suas dívidas. A falência da W.T. Grand & Co custou bem caro ao sistema que lhe emprestara 640 milhões de dólares. Suas dívidas aos 3 maiores bancos de Nova York - o Chase Manhattan, o First National City Bank, e o Morgan Guarantee - atingem quase os 100 milhões de dólares com cada um.

Compreende-se assim o porque do pânico quando do desmoronamento do banco Herstatt de Colômbia e da ameaça de falência da cidade de Nova York.

Os 12 maiores bancos de Nova York possuem hoje mais de 4 bilhões de dólares em dívidas... "perigosas" (obrigações da cidade de N.York, empréstimos às linhas aéreas, à W.T. Grant e a outros municípios ameaçados de falência). A isso acrescentam-se os empréstimos imobiliários sem garantias de 7,6 Bilhões de dólares e os empréstimos aos REIT em dificuldades de 4 bilhões de dólares.

Sabe-se que as reservas por perdas por dívidas não saldadas atingem apenas 1,8 bilhões de dólares, e que as possibilidades concretas desses bancos situam-se por volta dos 9,5 bilhões de dólares, veremos que os riscos de uma quebra do sistema de crédito são reais. É por isso que Ford resolveu intervir, prometendo que o governo federal tiraria N.York de suas dificuldades. Para alguns, o capital próprio mais reserva por perdas de empréstimos são inferiores às obrigações da cidade de N.York, e às do REIT (é o caso da... Chemical Bank e da Bankers Trust Co). Outros empréstimos "perigosos" da parte dos bancos novaiorquinos referem-se às Companhias Aéreas (algumas correndo o risco de falência), e ao financiamento dos grandes petroleiros.

A situação do sistema bancário britânico não parece melhor. Segundo o The Economist (9 de agosto -75), a ruína do mercado imobiliário constituiu-se numa ameaça mais grave para o sistema financeiro britânico, que a retirada dos depósitos de bancos secundários. Segundo avaliações imobiliárias realistas, inúmeros bancos estão a brinde falência não-declarada.

Desta vez, os bancos escaparam por pouco. Como nós havíamos estimado na nossa primeira análise no fim do 2º semestre de 75, as reservas do sistema capitalista nos países imperialistas mais ricos não se esgotaram com a inflação. Elas permitem ainda que se prossiga a espiral "endividamento-inflação-endividamento maior" durante alguns ciclos. Mas, simultaneamente, a recessão não pode ter um papel objetivo, que ela deveria ter. A desvalorização do capital continua marginal. O aumento da taxa de lucro será medíocre. A conclusão é clara: a recessão não se concretizará num boom poderoso, mas numa retomada limitada, levando do rapidamente a uma nova recessão.



REATIVAÇÃO, INFLAÇÃO E SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL

A retomada do consumo interno e o desentramento das firmas em dificuldade por intermédio de subsídios (e de déficits) corresponde a uma retomada da inflação. A opinião burguesa que se vem tomando de uma pequena desaceleração da inflação durante o ano de 75, não parece perceber que a continuação da alta do custo de vida em plena re-

cessão, coincidindo com uma redução da produção material da ordem de 5 a 10% na maioria dos países imperialistas, constitui por si só um fenômeno extremamente grave, que deixa prever uma nova onda inflacionista, assim que a conjuntura se levantar seriamente.

Mas a retomada da economia por intermédio do aumento das despesas públicas tem igualmente um outro resultado sobre a conjuntura. Enormes déficits apareceram: 70 bilhões de dólares nos EUA; 35 bilhões de dólares na Alemanha Ocidental; 20 bilhões na Inglaterra; 10 bilhões no Japão; 9 bilhões na França; no total 160 bilhões de dólares no conjunto dos países imperialistas! Estes déficits precisam ser cobertos por um volume sempre crescente de empréstimos no mercado de capitais: só no Japão, esperam-se 18 bilhões de dólares de empréstimos públicos!

Por isso mesmo, no momento em que o endividamento crescente das firmas capitalistas obriga-as a fazer uso do mercado financeiro para financiar seus investimentos, esse mercado encontra-se pressionado pela demanda de capitais por parte dos poderes públicos. Isso provoca por um lado, um aumento da taxa de juros a longo prazo, antes mesmo que a retomada industrial tenha lugar.

Esta alta da taxa de juros a longo prazo corresponde também à inflação, isto é, ao aparecimento de uma taxa de juros real e de uma taxa de inflação.

Por outro lado, provoca uma forte pressão por parte da burguesia visando a um "saneamento" das finanças públicas, traduzindo-se antes de tudo por uma redução dos gastos sociais, isto é, uma nova agressão contra o nível de vida das massas trabalhadoras, juntamente a um ataque contra os salários reais.

As taxas de inflação bem díspares entre as principais potências imperialistas atuaram sobre as relações recíprocas entre as principais divisas, que continuam sendo dirigidas pelo sistema de taxas de conversão flutuantes. O dólar fortalecendo relativamente em relação às outras divisas imperialistas; em uma proporção menor, isto aplica-se também ao franco francês e à lira. A política de retomada do governo japonês, depois de estar subordinada imperativamente à estabilização da balança de pagamentos e ao yen, visa agora à retomada das exportações. Nesse contexto, uma ligeira queda do yen em relação ao dólar não lhe desagrada.

Mas as potências imperialistas continuam profundamente divididas quanto ao futuro do sistema monetário internacional, e quanto aos incidentes da desordem monetária causada pela ruína do sistema de Bretton-Woods sobre a conjuntura econômica do conjunto do mundo capitalista. Os imperialistas americanos e ingleses continuam partidários do sistema de conversão flutuante. Esse sistema permite sobretudo que o dólar seja mantido como reserva de conversão nos bancos centrais fora dos EUA, impedindo a volta à convertibilidade de do dólar em ouro. Muitas potências européias - começando pela França, Suíça - opõem-se por causa disso à manutenção do sistema de conversão flutuante. Crêem que esse sistema favorece a desordem e a especulação no comércio internacional, freando pouco a pouco o seu desenvolvimento. Aliás, vêem nele uma fonte permanente de inflação pois esse sistema permite que os EUA conservem ad infinitum um défice da balança de pagamentos. O afluxo de dólares desvalorizados no resto do mundo - decorrência desse sistema - alimenta

o incha o movimento inflacionista no geral.

As discussões que procederam e acompanharam a reunião imperialista dos "grandes", em Rambouillet, situavam-se muito nesse campo de debates. O resultado foi medíocre. Entretanto, os governos imperialistas decidiram reduzir a amplitude das flutuações da taxa de conversão, isto é, adotar uma solução intermediária entre o sistema de conversão fixa e o das conversões flutuantes. Apostar exclusivamente na estabilidade do dólar parece deveras arriscado, tendo em vista a situação financeira do capitalismo americano tal e qual nós a resumimos acima, e tal a qual ela se apresenta aos olhos da burguesia internacional.

Na verdade, a dificuldade de uma "reorganização" do sistema monetário internacional provém antes de mais nada do fato de não haver solução de reconversão para o dólar.

O "écú", moeda européia que deveria resultar de uma integração monetário-financeira mais avançada dentro do Mercado Comum europeu, continua sendo um sonho. Nessas condições, apesar de todas as pressões do governo americano, os projetos de "desmonetização" do ouro não tem chance alguma de se realizarem, mesmo que alguns governos lhe dessem o mais total apoio. Na ausência de um "governo mundial burguês", irrealizável nas condições de concorrência inter-imperialistas que se acirram, o ouro continua sendo o meio principal de pagamento em última instância (o principal meio de entesouramento). As flutuações violentas do ouro (que passou de 200 dólares a onça em fins de 74, a 126 dólares em setembro de 75, depois que o Fundo Monetário Internacional decidiu vender 25 milhões de onças de ouro; posteriormente, ele subiu a 146 dólares a onça), longe de mostrar a expulsão progressiva do metal fora do sistema monetário internacional, demonstram o contrário. O governo dos EUA se verá obrigado a ceder neste ponto, tendo já admitido que os bancos centrais que o desejem (sobretudo os da Europa capitalista), tenham o direito de comprar-se mutuamente ouro ao preço do mercado, e não a um preço artificialmente baixo.

Segundo um informe do GATT, durante o primeiro semestre de 1975, o volume do comércio mundial, comparado com o período correspondente de 1974, baixou de 10%.

As exportações das principais potências imperialistas, anteriores à recessão, como se pode ver nas seguintes cifras, não recuperaram seu nível:

Exportações em bilhões de dólares			
	USA	Alemanha	Japão
3º trimestre 1974	23,4	22,0	15,0
4º " "	27,1	24,2	16,5
1º " 1975	27,2	22,5	13,3
2º " "	26,7	23,6	13,3
3º " "	27,0	22,2	13,4

Levando em consideração que os preços dos produtos manufaturados, exportados principalmente por estes países, continuam aumentando, a queda do volume das exportações é ainda maior que o expressado em valor por estas cifras.

Entretanto, durante o último semestre de 1975, os diferentes setores do mercado mundial evoluíram de maneira desigual: o mercado norte-americano está em expansão, devido ao efeito da recuperação.

As importações experimentaram um ligeiro aumento e alguns ramos da indústria ganharam sensivelmente com isto.

O mercado dos principais países imperialistas da Europa e aquele do Japão continua a estagnar-se, ainda que a partir do final de 1975 manifestam-se ligeiros sinais de expansão. Na maior parte destes países, a parte das importações com relação ao PNB, tende a estagnar-se ou mesmo a retroceder. Foi o caso do Japão principalmente. A exceção é a Inglaterra, onde a concorrência estrangeira, principalmente européia e japonesa, se torna mais eficaz devido à explosão dos preços de venda dos produtos britânicos.

A contração do mercado japonês foi um desastre para os países capitalistas da Ásia, para os quais o mercado japonês constitui o cliente de um terço de sua exportação total. Assim, sem con



tar com o petróleo, as importações japonesas diminuíram de cerca de 50% durante o 1º trimestre de 1975. Ainda em agosto-setembro de 1975, o Japão importou 20% a menos de minério de ferro e 33% de madeira a menos que o ano anterior.

O mercado dos países semi-coloniais não exportadores de petróleo está sofrendo uma séria contração, tendo-se em conta a baixa dos preços das matérias-primas que se verificou durante todo o ano de 1975 até o mês de novembro. A queda do curso das principais matérias primas, aliada com o fato da contração dos volumes exportados, resultante da baixa da demanda como consequência da recessão, reduziu severamente o poder de compra dos países exportadores de matérias-primas.. (a parte do petróleo) no mercado mundial. Estes países tiveram que: seja, agravar seriamente sua dívida para pagar suas importações, seja reduzir por seu lado o volume destas. Assim, muitas esperanças de grandes compras para os países imperiais listas se esfumaram momentaneamente.

O deficit comercial global destes países que já se haviam elevado à impressionante cifra de 40 bilhões de dólares em 1974, corre o risco de aumentar mais ainda em 1975.

O mercado dos países exportadores de petróleo conheceu uma expansão maior que a prevista, porque gastaram uma parte maior que a prevista de seus recursos petrolíferos em diversas formas de importação (armamentos, projetos de desenvolvimento de infra-estruturas, da indústria e da agricultura, consumo corrente e de luxo, etc.). De fato o superavite da balança de pagamentos dos países exportadores de petróleo não será de mais de 17 bilhões de dólares, durante o 1º semestre de 1975, contra um superavit de 33,7 bilhões de dólares para o segundo semestre de 1974.

As estimações do U.S.Treasury (Ministério das Finanças americano), avaliam a progressão das importações como superior a 20 bilhões de dólares em 1973, a 37 bilhões em 1974, e 55 bilhões em 1975. O progresso das importações foi de tal magnitude que certos países exportadores se indignaram novamente, e o excedente de suas balanças de pagamentos foi praticamente absorvido. Outros tiveram que reexaminar projetos já postos em execução, o que provocou alguns fracassos (talvez momentâneos) aos países imperialistas exportadores. Assinalemos que a produção de petróleo diminuiu de 14% no 1º semestre de 1974: a baixa chegou mesmo aos 27% no Kuwait e de 41% na Líbia.

O mercado dos estados operários burocratiza e continuam a estar em expansão do ponto de vista do comércio exterior dos países capitalistas. Mas esta expansão é mais modesta que a prevista, principalmente porque a recessão reduziu a capacidade dos mercados capitalistas em absorver os produtos provenientes dos países do Leste, e que estes começam a conhecer uma séria penúria de divisas ocidentais. Muitos deles tiveram que recorrer ao mercado de capitais da Europa Ocidental, para financiar projetos de importações, o que em geral funcionou. É preciso assinalar também a tendência a estabelecer acordos de trocas a longo prazo com o objetivo de proteger-se contra as flutuações demasiadamente fortes dos preços no mercado mundial: a troca de trigo norte-americano contra o petróleo soviético, o aço japonês contra o petróleo chinês, etc.

De uma maneira geral, o clima de recessão e de concorrência interimperialista exacerbada estimulou um auge de nacionalismo e de protecionismo econômico em todos os países imperialistas. Nos EUA, os processos contra concorrência desleal contra os importadores de automóveis, assim como de produtos siderúrgicos da Europa e do Japão, e isto quando os fabricantes de relógios vão contra as importações dos chamados relógios digitais ou eletrônicos. No Mercado Comum por seu lado, os importadores de caminhão soviéticos e de aço japonês, são acusados de dumping. E o Japão estava rodeado a liberalização das importações de automóveis de tantos obstáculos burocráticos que o Mercado Comum Europeu exigiu abertura de suas fronteiras sob a ameaça de que em caso contrário, ele começaria a restringir suas importações de automóveis japoneses.

A Austrália impôs tais cotas de importações de carros que elas diminuíram num 55% no período

de julho a outubro de 1975. A Inglaterra acusa a Espanha de praticar dumping com as importações de produtos siderúrgicos.

A Suécia restringe suas importações de calçados, enquanto que no Mercado Comum se restringe em revanche, as importações de papel suco. A França impôs restrições às importações do vinho italiano, contrariamente ao espírito do tratado de Roma, e assim por diante.

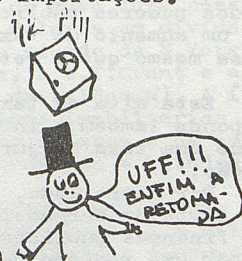
O caso mais típico, é o da siderurgia. Ele foi atingido de uma forma especial pela recessão como o indicam os seguintes dados:

-Baixa da produção de aço durante os oito primeiros meses de 1975:

Bélgica ... =	-29,0%	Gran-	
R.F.A. =	-21,0%	Bretanha .. =	-10,1%
U.S.A. =	-18,4%	Outros países capita-	
França =	-18,0%	listas =	-12,8%
Japão =	-11,6%		

De maneira mais geral, a Gran-Bretanha se prepara para introduzir controles (e por consequência, limitações) nas suas importações.

ALGUMAS PERSPECTIVAS A MAIS LONGO PRAZO



As tendências de desenvolvimento a longo prazo da economia capitalista mundial - desde que um avanço da revolução socialista na Europa Ocidental nos próximos anos não contrarie todos estes dados - podem ser precisados assim:

Para certo que em vista da baixa taxa média de lucro, a economia dos países imperialistas já não recuperará suas taxas de crescimento médio dos anos 50 e 60.

Os ramos particularmente atingidos por esta inversão da tendência a longo prazo vão conhecer um saneamento pela eliminação de uma série de concorrentes menos aptos. Apesar da intervenção dos poderes públicos, este saneamento é inevitável, fundamentalmente no ramo automobilístico. A reação dos monopólios mais dinâmicos (fundamentalmente na Europa) irá no sentido da diversificação. Os trustes clássicos do automóvel, como a FIAT e a Renault esperam rapidamente ter menos de 50% do sua cifra global de negócios neste ramo. A U.S.Steel já obtém 43% de seus lucros fora da siderurgia.

Os ramos que conheceram uma taxa de crescimento excepcional no curso da "longa onda de tendência expansiva", 1940-1967, conhecerão uma expansão mais lenta. Perderão as taxas excepcionais de superlucro que até agora haviam usufruído. O caso mais importante será sem dúvida o dos computadores. A concorrência é ali particularmente forte desde o início da recessão. O mercado dos grandes conjuntos de computadores está cada vez mais saturado. Os gigantes, sobretudo a IBM - que até agora haviam deixado o mercado dos mini e dos micro-computadores aos competidores mais fracos, para que estes limpassem o terreno e se desangrassem numa guerra de preços - vão começar a entrar a todo o vapor. A expansão só poderá continuar graças à produção e venda em massa, quer dizer: de modelos pequenos. Mas também neste campo, a taxa de crescimento cairá rapidamente. Segundo o Financial Times, prevê-se a seguinte expansão da produção industrial mundial: de 23 milhões de unidades em 1973 a 34 milhões em 1974 (+50%), a 50 milhões em 1975 (+47%), a 67 milhões em 1976 (+34%), a 86 milhões em 1977 (+27%), e a 92 milhões de unidades em 1978 (+8% somente).

Os esforços para realizar espetaculares inovações graças a centenas de milhões, inclusive de bilhões de dólares em preparativos duplicarão devido a um excedente de capitais, consequência por sua vez da diminuição a longo prazo da taxa de crescimento. Muitos destes projetos serão verdadeiros fracassos financeiros, tal como foi o

caso do Concorde, e da tentativa dos trustes ... Gulf Oil e Royal Dutch Shell de lançar-se conjuntamente na indústria nuclear. Alguns projetos têm a probabilidade de "avanço" a curto prazo como o caso do automóvel elétrico, o vídeo-disco, etc. A indústria japonesa dos mecanismos de anti-contaminação parece ter um futuro de expansão brilhante, segundo a Far Eastern Economic Review "Os equipamentos antipoluição passaram hoje para o 2º lugar em importância, e nos mais rentáveis para os fabricantes japoneses de máquinas. Os investimentos para prevenir ou frear a poluição nas indústrias chaves passaram a mais do dobro".

As perspectivas da indústria nuclear são menos claras e menos expansivas que o que se pensava há alguns anos. Os acidentes espetaculares, o custo elevado das medidas suplementares de segurança, a diminuição do "deficite energético" prevista em função das extrapolações imprudentes sobre as taxas de crescimento, tanto da produção como da população: tudo isto incita a uma maior prudência quando se trata do número de centrais nucleares que funcionarão daqui a dez anos. Entretanto, este ramo e o dos equipamentos eletro-nucleares, continuará sendo um setor importante em expansão.

Desde o ponto de vista geográfico, os países exportadores de petróleo seguirão conhecendo, durante vários anos, uma taxa de crescimento econômico por cima da média, graças aos recursos financeiros já acumulados. As exportações de bens de equipamentos em direção a estes países aumentará também mais que proporcionalmente, comparado ao comércio mundial em seu conjunto. Mas, uma vez construída a 1ª série de fábricas, estas arriscarão de suprimir empregos nos países exportadores de máquinas, se a diminuição do crescimento econômico e as perturbações do comércio mundi-

al se mantêm, tal o como se espera.

A Gran-Bretanha espera uma transformação de sua balança de pagamentos, às entradas procedentes do petróleo do Mar Negro. O Japão e a Alemanha Ocidental continuam com sua intensa expansão de suas exportações diretas de capital ao estrangeiro. A penetração nos países do Pacífico e da América Latina por parte do capital japonês é particularmente espetacular. Entre abril de 1973 e Março de 1975, foram aprovadas inversões japonesas num total de 685 milhões de dólares no Brasil 360 milhões no Peru, de 272 milhões nas Bermudas, de 218 milhões na Austrália, de 174 milhões no Oriente Médio e de 165 milhões no Canadá, sem incluir cerca de 2 bilhões de inversões nos mercados tradicionais da Ásia Oriental e de 1,3 bilhões de dólares investidos nos EUA.

As grandes linhas se esboçam progressivamente todas as características de uma "ampla onda" de crescimento lento, e inclusive de um estancamento predominante. Em razão da força da classe operária, isto implica numa encarniçada luta pela modificação da taxa de mais-valia, único meio que em última instância dispõe o capital para inverter a tendência a longo prazo de uma baixa da taxa de lucro, em razão do caráter irreversível da semi-automatização e da automatização ... (quer dizer, o considerável aumento da composição orgânica do capital). O "ambiente econômico" se assemelha, guardando as proporções, ao de princípios dos anos 20. Ao final de todo este ciclo de intensas lutas de classes, haverá ou uma vitória da revolução socialista, ou então verdadeiras catástrofes para o gênero humano, tal como foi a caso há meio século: sangrentas ditaduras e guerras assassinas.

DEZEMBRO 75 MANDEL

Endereço para correspondência:
CAMPANHA

C/O Mouvement pour le Désarmement

la Paix et la Liberté (MDPL).

BP 126-10 -Paris.

Depositos e pagamentos de assinaturas:
CCP 2272-22 com CLAUDE BOURDET (Paris).

ASSINATURA

EM FRANÇA

6 NÚMEROS

35 FRANCO



As consequências da pratica anterior
O último dos "autênticos"
Educação política e
pensamento marxista vivo
Uma tática classista
na luta pela anistia
China- Post scriptum
O caminho é sinuoso,
mas é o futuro radiante ?
Como funcionam os soviets
Du cotê de petite fille
Gota D'Água
A política para o movimento operário
Deixar a pilula ?
História (em quadrinhos) eleitoral do PC
Poesia
Reflexões de um militante
Na espera da recessão

3
4
5
10
12
13
19
25
26
27
31
32
34
35
37